



ATLAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LINHARES

Diagnósticos e Apontamentos
Preliminares

Vol. I

Organização
Marcelo Chaves Soares


EDITORA
FACELI



Fundação das Faculdades Integradas de Ensino Superior de Linhares
Fundação Faceli
Faculdade de Ensino Superior de Linhares
Faceli

Atlas de Políticas Públicas para Linhares

Diagnósticos e Apontamentos Preliminares

Vol. I

Marcelo Chaves Soares
Organizador



Linhares
2026

Fundação das Faculdades Integradas de Ensino Superior de Linhares

Fundação Faceli

Faculdade de Ensino Superior de Linhares
Faceli

Ludmila Caliman Campos Vinhas Alcuri
Presidente da Fundação Faceli

Cristina Giovanelli Biancardi
Diretora Administrativa-Financeira

Alexandre Jacob
Diretor Acadêmico

Naywska Nascimento Filgueiras
Secretária Acadêmica

Adriana dos Santos Gimenez
Bibliotecária

Amanda Soares Zambelli Ferretti
Coordenadora da Pós-graduação Lato Sensu

Cíntia Christiele Braga Dantas
Coordenadora de Pesquisa e Extensão

Vasconcelos Zuqui
Coordenador do Curso de Administração

Marcelo Chaves Soares
Coordenador do Curso de Direito

Thalita Nunes Ruy Seibert
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Conselho Editorial

Marcelo Chaves Soares
Editor-Chefe

Alexandre Jacob
Editor-Adjunto

Marcelle Mourelle Perez Diós
Secretária

Conselheiros

Amanda Soares Zambelli Ferretti - Faceli
Cidimar Andreatta - Faceli
Cintia Christiele Braga Dantas - Faceli
Dalton Jacinto Dutra Junior - Faceli
Luciane Martins de Oliveira Matos - Faceli
Matheus Soprani Lopes da Silva - Faceli
Poliana Bernabé Leonardeli - Faceli

Diagramação e Capa
Editora Faceli

Revisão de Texto
Marcelo Chaves Soares

Imagens da Capa
Breno Zardini Rocha
Lucas Rangel Sefarim
Maria Eduarda de Bruin de Oliveira
Victor Conte André

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Atlas de políticas públicas para Linhares [livro eletrônico] : diagnósticos e apontamentos preliminares / [organização Marcelo Chaves Soares]. -- 1. ed. -- Linhares, ES : Editora Faceli, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-979955-1-6

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais
2. Desenvolvimento regional 3. Linhares (ES) - Aspectos sociais 4. Políticas públicas
5. Relatórios I. Soares, Marcelo Chaves.

26-353800.0

CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas e práticas sociais 361.61

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Agradecimentos

Fazer agradecimentos é sempre difícil porque podemos incorrer em esquecimento de pessoas que contribuíram para este trabalho ganhar corpo. Mas tentarei, ainda que de modo parcial, agradecer a todas as pessoas que fizeram com que este projeto se tornasse o que ele é.

Primeiramente, minha sincera gratidão à Faculdade de Ensino Superior de Linhares, instituição que tenho imenso orgulho de fazer parte e contribuir modestamente com o seu crescimento e destaque no cenário acadêmico capixaba e nacional. A Faceli é pública, gratuita, inclusiva e de qualidade!

Ainda no âmbito da instituição, quero agradecer à nossa Presidente, Professora Ludmila Caliman Campos Vinhas Alcuri, que apoiou fortemente o desenvolvimento do Observatório de Políticas Públicas da Faceli. Este projeto tem um pouco de suas mãos.

Agradeço imensamente ao meu amigo e Diretor Acadêmico da Faceli, Professor Alexandre Jacob, que não mede esforços para fazer com que os projetos desenvolvidos na instituição sejam sempre um sucesso. Tenho a oportunidade de aprender diariamente contigo, mais do que gestão acadêmica, mas a construir propósitos.

Tenho que agradecer, também, à nossa Coordenadora de Pós-graduação *lato sensu*, Professora Amanda Soares Zambelli Ferretti, que diariamente pensa estratégias de melhorias do curso e com quem eu tenho a felicidade e o privilégio de aprender todos os dias com sua capacidade de articulação.

Ao Conselho Editorial da Editora Faceli, que acolheu esta obra com tanto carinho e delicadeza e possibilitou a sua publicação.

Agradeço aos meus colegas que fazem parte do “Observatório de Políticas Públicas da Faceli”, vocês também são parte fundamental desse projeto.

Aos estudantes da Pós-graduação em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faceli que são peças fundamentais deste trabalho ao escreverem trabalhos com

um olhar tão apurado para a realidade social linharenses. O “Atlas de Políticas Públicas para Linhares” só existe por causa de vocês!

À Câmara Municipal de Vereadores de Linhares por terem apoiado desde o início a criação da Pós-graduação na Faceli e por credibilizarem o trabalho da instituição ao firmarem o acordo que deu origem ao nosso primeiro volume do Atlas.

Agradeço ao Poder Público Municipal que tem apoiado as ações da Faceli, demonstrando que o Ensino Superior Público Municipal é parte fundamental do desenvolvimento do município.

E, por fim, mas não menos importante, à população linharenses, que faz com que a Faceli seja a instituição que é. Uma instituição pública só existe porque é feita por e para pessoas!

Apresentação

Prezada leitora, prezado leitor,

A obra que você tem em mãos resulta de um esforço coletivo de pessoas interessadas em refletir sobre problemas públicos concretos e em pensar caminhos possíveis para o enfrentamento de demandas sociais latentes. Os debates que atravessam os capítulos aqui reunidos surgiram no âmbito da Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli, especialmente a partir da disciplina de Introdução às Políticas Públicas.

Esta obra se inscreve, ainda, em um movimento institucional mais amplo. Nos últimos anos, a Faceli vem buscando consolidar e expandir seu campo de pesquisa e extensão, compreendendo-o como dimensão indispensável de sua função social. Nesse contexto, a criação do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social revelou-se uma iniciativa estratégica, ao abrir espaço para o debate qualificado sobre questões que ultrapassam os limites do ambiente acadêmico e interpelam diretamente a vida social do município e da região.

Foi nesse horizonte que, com a celebração do Acordo de Cooperação entre a Faceli e a Câmara Municipal de Vereadores de Linhares, para a execução do projeto Observatório de Políticas Públicas, as ações que deram origem a esta obra ganharam maior consistência e alcance. O presente volume, portanto, nasce da convergência entre formação acadêmica, compromisso institucional e interesse público.

Os textos aqui reunidos procuram, em alguma medida, lançar luz sobre problemas sociais que atravessam, sobretudo, o município de Linhares, território que, apesar de sua relevância territorial, econômica e política, ainda convive com importantes assimetrias sociais, as quais comprometem a plena realização do desenvolvimento social.

O leitor e a leitora não encontrarão, nas páginas que seguem, soluções prontas ou receitas para o enfrentamento das questões apresentadas. Encontrarão, antes,

diagnósticos e apontamentos preliminares que podem contribuir para o aprimoramento da gestão pública, da elaboração de políticas e de seus mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação. Trata-se de estudos que oferecem pistas importantes para compreender para onde o poder público deve dirigir seu olhar e sua capacidade de intervenção.

Partimos da compreensão de que o desenvolvimento social, atravessado por dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais, tem no Estado seu principal agente coordenador. Contudo, esse processo não se realiza de forma isolada: ele depende da atuação articulada entre poder público e outros atores sociais, como a sociedade civil organizada, organizações do terceiro setor, empresas privadas, servidores públicos, entidades filantrópicas e grupos religiosos, todos igualmente relevantes na construção de respostas socialmente significativas e comprometidas com a garantia de direitos humanos e fundamentais.

Nesse sentido, cara leitora e caro leitor, os capítulos aqui dispostos são estudos em fase incipiente e, por isso, ainda pretendemos aprimorá-los em volume posterior. No entanto, eles marcam uma etapa fundamental para todo gestor, propositor ou analista de políticas públicas: o cuidado com o planejamento minucioso e o olhar crítico sobre o objeto de estudo.

Desejo, desde já, uma excelente leitura e que esta obra possa suscitar reflexões, inquietações e novos compromissos com a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais e mais efetivas na promoção do desenvolvimento social e territorial.

Com carinho,

O organizador da obra.

*Prof. Dr. Marcelo Chaves Soares
Professor Adjunto de Direito Público - Faceli
Coordenador do Curso de Direito
Doutor em Sociologia - UFF/ULisboa*

Olhos sobre Linhares...

Quando voltamos nossos olhares para o estudo das expressões artísticas, nos deparamos com aquelas consolidadas pelo intelectual italiano Ricciotto Canudo no “Manifesto das Sete Artes” (1923), em que valoriza diferentes formas de produção artística. No entanto, atualmente, a fotografia compõe as outras formas de arte e que, no mundo contemporâneo, não é possível falar de todo o universo criativo, sem mencioná-la.

Pensando nisso, em abril de 2025, a Faceli tornou público o Concurso de Fotografias da instituição. O evento tinha o intuito de dar visibilidade às expressões artísticas de Linhares e valorizá-las por meio de fotografias. Diversos artistas profissionais e amadores se inscreveram e brindaram a competição com lindas obras de arte que captam instantes, movimentos e relações do município de Linhares. Retrataram suas belezas naturais e culturais com olhares apurados e sensíveis.

Por tal motivo, escolhemos compor a capa desta obra com algumas dessas imagens, pois elas representam a pluralidade do município, ao passo que dialogam com o nosso entendimento de que a proteção e valorização dessas belezas devem ser feitas por meio de políticas públicas eficazes. Assim, muito mais que compor o projeto visual desta obra, as fotografias foram reproduzidas em sua integridade nesta seção do livro.

Esperamos que ao voltarmos nossos olhos para essas fotografias, possamos nos ver mais através delas; que possamos nos reconhecer na beleza que somos enquanto povo. Que essas fotografias povoadas por imaginários, belezas, cultura, trabalho e patrimônios naturais nos povoem enquanto humanos e pensemos na importância da coletividade e diversidade em Linhares.

Infelizmente, em razão das limitações editoriais, não foi possível inserir todas as fotografias que gostaríamos, mas isso não comprometeu o objetivo de valorizar nossas belezas. Portanto, gostaria de, novamente, externar meus agradecimentos aos artistas que cederam as fotografias. Gratidão a Breno Zardini Rocha, Lucas Rangel Sefarim, Maria Eduarda de Bruin de Oliveira e Victor Conte André.

Aproveitem essas obras de arte!

O organizador



Mestre Zuza
São Rafael, Linhares - 2025
Autor: Breno Zardini Rocha



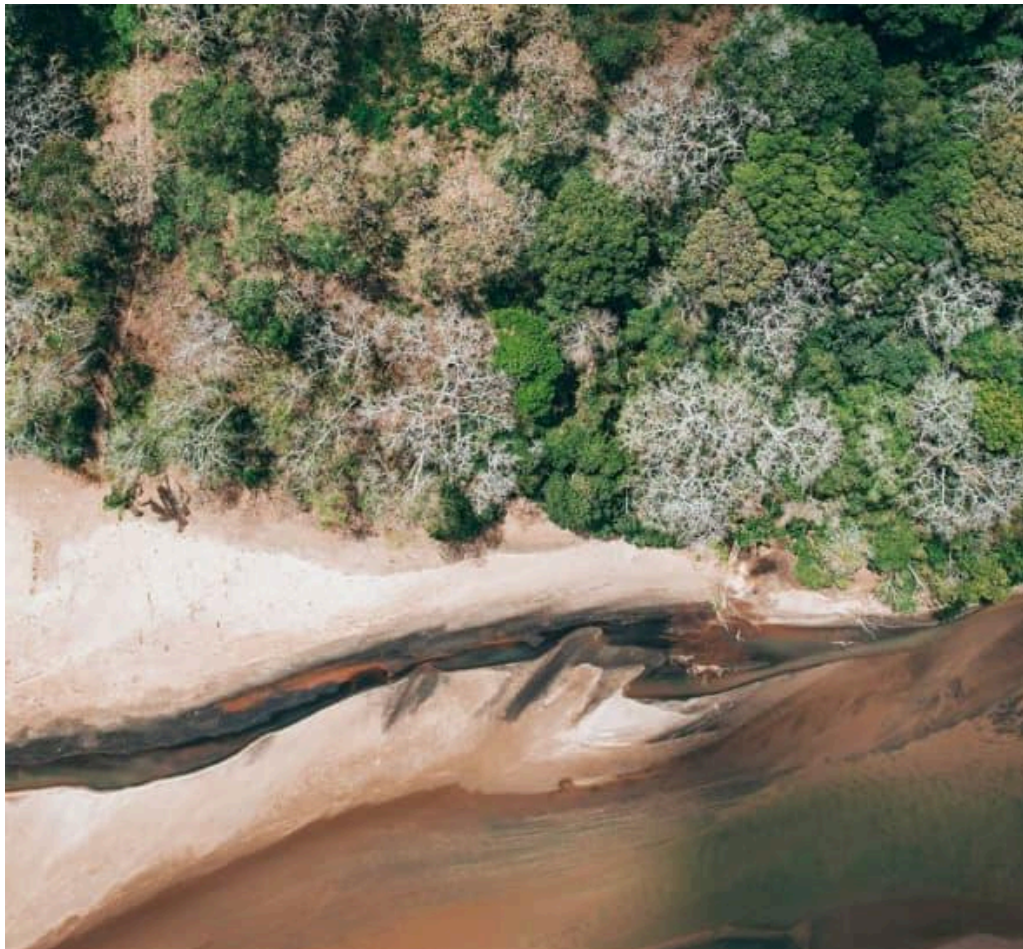
Tambores Banda de Congo Pedrolândia
São Rafael, Linhares - 2025
Autor: Breno Zardini Rocha



A Majestosa Juparanã
Lagoa Juparanã, Linhares - 2025
Autor: Victor Conte André



Remando Memórias: O tempo nas águas do Rio Doce
Regência, Linhares - 2025
Autora: Maria Eduarda de Bruin de Oliveira



Rio que desenha

Povoação, Linhares - 2024

Autor: Lucas Rangel Serafim

Sumário

Apresentação	5
Olhos sobre Linhares...	7
Introdução geral: políticas públicas, território e diagnósticos preliminares em Linhares	14
<i>Marcelo Chaves Soares</i>	

Eixo I - Proteção social e vulnerabilidades

Capítulo I	25
Proposta de intervenção socioassistencial para usuários de drogas em situação de rua: o Beco da Junal e a articulação PNAS/SUAS em Linhares/ES	25
<i>Joelso Costalonga</i>	
<i>Juliano Salaroli</i>	
<i>Nairo Bustamante Pandolfi</i>	
Capítulo II	34
Bolsa Família em Linhares	34
<i>Gerline Deolinda de Paiva</i>	
Capítulo III	41
Análise das políticas públicas para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica	41
<i>Alessandra Lopes Siqueira da Penha</i>	
<i>Sheila Lopes Siqueira da Penha</i>	
Capítulo IV	49
Políticas de indenização e possíveis impactos socioeconômicos: breves proposições sobre a contradição da baixa disponibilidade de trabalhadores e a alta oferta de vagas na cidade de Linhares/ES	49
<i>Bárbara Broedel Sardinha</i>	
<i>Samanta Sampaio</i>	

Eixo II - Educação, infância e juventudes

Capítulo V	60
Políticas públicas na Educação Infantil Básica: construindo a vida escolar desde a primeira infância	60
<i>Eliane Vieira Celestrini Dias</i>	
<i>Raquel Santos Saraiva</i>	

Capítulo VI	67
Segurança alimentar dos alunos da rede pública de ensino durante o período de recesso escolar: análise das políticas públicas	67
<i>Carlos Alberto da Silva Corrêa</i>	
<i>Rony Preato Pião</i>	
<i>Vinicius de Souza Sant' Ana</i>	
Capítulo VII	75
Centro de Referência das Juventudes como política pública transversal: articulações e desafios na rede de serviços públicos de Linhares/ES	75
<i>Gabriela Maderi Fantichelli Rabello Frohlich</i>	
<i>Luzia Joyce Carvalho de Souza</i>	
<i>Ranyelle Ferreira dos Santos Scherp</i>	
Capítulo VIII	85
Sistema multidisciplinar de atendimento à criança com deficiência: integração das redes de educação, saúde e assistência social em Linhares/ES	85
<i>Milena Afonso de Souza Reis</i>	
Capítulo IX	91
Educação Superior Pública em Linhares: breves apontamentos sobre a necessidade de expansão da Faceli	91
<i>Naywska Nascimento Filgueiras</i>	
Eixo III – Saúde, cuidado e inclusão	
Capítulo X	105
A centralização dos serviços de saúde pública em Linhares/ES	105
<i>Francisco Hábnner de Almeida Silva</i>	
<i>Rullyan Henrique Janut Oliveira</i>	
Capítulo XI	112
A importância da oficina terapêutica no Caps II de Linhares/ES: uma reabilitação psicossocial inclusiva	112
<i>Jefferson Azevedo Goulart</i>	
<i>Luiz Werllen da Silva Santana</i>	
Capítulo XII	119
Pobreza menstrual no Brasil: Programa Dignidade Menstrual	119
<i>Adriana Vilela Pinto Machado</i>	

Jani Pereira Dos Santos Ramos
Juliana Barcelos Mariano

Capítulo XIII	128
Espaços públicos de lazer e prática de atividade física: análise das condições de uso, distribuição territorial e impacto na participação da população de Linhares	128
<i>João Pedro Gonçalves da Silva</i>	

Eixo IV – Território, meio ambiente e desenvolvimento rural

Capítulo XIV	136
Desafios ambientais e gestão hídrica em Linhares/ES: análise da poluição, dos impactos socioambientais e das políticas públicas para a revitalização da Lagoa do Meio	136
<i>Lidiane Bastos Souza</i>	
<i>Patrícia Firme</i>	

Capítulo XV	142
Políticas de segurança alimentar como fortalecimento da agricultura familiar: um estudo de caso a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e uma proposta a nível municipal	142
<i>Matheus Amorim Caliman</i>	

Capítulo XVI	150
O PNAE e a agricultura familiar de Linhares: o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e do êxodo rural no município de Linhares por meio de políticas públicas	150
<i>Ana Neri Barcelos Soares</i>	
<i>Raphael Palaoro</i>	

Considerações Finais	157
-----------------------------	------------

Sobre os autores	158
-------------------------	------------

Índice Remissivo	168
-------------------------	------------

Introdução geral: políticas públicas, território e diagnósticos preliminares em Linhares

Marcelo Chaves Soares

Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli

Durante muito tempo, acreditou-se que o campo de estudos envolvendo políticas públicas estaria superado por meio de consenso conceitual e de contexto político. Tal entendimento se deu diante do avanço de processos econômicos restritivos de gastos do pós-guerra no século passado que atingiram, sobretudo, os países em desenvolvimento, com especial atenção na América Latina (Souza, 2006). De lá para cá esse modelo econômico busca impor limitações aos orçamentos públicos e à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais, rompendo sistematicamente com o modelo de Estado de Bem-estar Social que ganhou seu auge, em território brasileiro, com a promulgação da Constituição de 1988. No entanto, as disputas em torno das políticas públicas permanecem iminentemente presentes na contemporaneidade.

Inseridos numa realidade marcada por profundas assimetrias sociais e regionais, os legisladores constituintes compreenderam que a Constituição Federal Brasileira deveria observar essas desigualdades e resguardou à República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º, os objetivos a serem perseguidos nas próximas décadas. Assim, ao olharmos para o inciso III do mesmo artigo, encontramos a redação: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Essa diretriz orienta o dever do Estado Brasileiro no que toca a sua atuação e, em última instância, as políticas públicas promovidas por ele.

Ainda que a Constituição revele deveres do Estado Brasileiro no plano federal, as políticas públicas são tema transversal para todos os entes federativos. Na mesma medida, ocupam centralidade na operacionalização da máquina pública e, desse

modo, compreendemos aqui que política pública ou políticas públicas, consistem “[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p. 26 - grifo da autora). Dessa maneira, sua interpretação, avaliação, monitoramento, implementação e formulação, exigem a articulação multidisciplinar de diferentes áreas do conhecimento, diferentes atores sociais, diferentes setores governamentais a depender do problema social que se pretende observar ou intervir.

Portanto, as políticas públicas exigem, antes de qualquer coisa, uma atuação integrada desde a formulação até a implementação. Foi com foco nesse entendimento que esta obra buscou articular em seus capítulos conhecimentos de diferentes áreas: Administração, Direito, Segurança Pública, Assistência Social, Desenvolvimento Urbano e Rural, Educação, Saúde Pública, Território, Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e outras áreas afetas.

O estudo, análise, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas tem forte apelo dos estudos territoriais. Assim, toma-se aqui a abordagem da Escola Italiana de estudos em território, que o entende como patrimônio territorial (Magnaghi, 2010), diferenciando-o diretamente de outros termos, como capital territorial (Camagni, 2009). Nesse âmbito, compreendemos, assim como Magnaghi (2010), que o patrimônio territorial é concebido numa perspectiva material, vinculado a morfologias, fisicalidade de lugares, paisagens, no entanto, baseia-se em elementos socioeconômicos que ressoam em processos de desenvolvimento, em conhecimentos localizados, saberes, expressões culturais e de identidade que se vinculam à memória coletiva, valores simbólicos que proporcionam pertencimento ao lugar.

A partir desse percurso argumentativo, esta obra toma a questão territorial do município de Linhares como elemento crucial às políticas públicas aqui pensadas. O território de Linhares é marcado por uma variedade de paisagens, como a maior concentração de lagoas da América Latina, variedade na sua agricultura e possui índices socioeconômicos que merecem atenção especial, pois revelam assimetrias sociais que geram impeditivos ao desenvolvimento econômico e social.

Situado no norte do Espírito Santo, o município desponta como um importante polo industrial e logístico no estado. Sendo o município com maior extensão territorial do estado, segundo o IBGE, possuía 166.786 habitantes no Censo 2022 e uma população estimada em 183.797 pessoas em 2025. O mesmo painel informa escolarização de 98,5% para a faixa de 6 a 14 anos, salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos, PIB per capita de R\$ 44.705,34, taxa de mortalidade infantil de 10,27 por mil nascidos vivos em 2023 e IDHM de 0,724. Além disso, possui o privilégio de ser cortado pela BR-101 (principal eixo rodoviário do país) e possui um aeroporto regional que foi recentemente ampliado, estando apto a receber aeronaves de grande porte. Por estar próximo a complexos portuários de grande operação, Linhares integra o projeto Parklog/BR, um parque logístico em desenvolvimento nos municípios de Aracruz e de Linhares que contará com três terminais portuários (Portocel, Barra do Riacho e Imetame), além de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) privada.

Paralelamente, os indicadores econômicos recentes refletem o fortalecimento do setor produtivo local. Os dados de 2025, demonstram que o Espírito Santo registrou aumento de 11,6% na atividade industrial em relação a 2024, sendo o melhor desempenho entre as unidades da federação pesquisadas pelo IBGE. No mesmo ano, a corrente de comércio exterior do Estado alcançou US\$ 24,32 bilhões, mantendo-se em patamar elevado, ainda que com leve retração de 1,22% frente a 2024. Em Linhares, os dados mais recentes localizados para o mercado formal mostram que o município encerrou o 1º trimestre de 2025 com saldo positivo de 1.197 vagas com carteira assinada, quase 80% acima do mesmo período de 2024, além de atingir 50.671 trabalhadores formais. Esse desempenho foi disseminado entre os setores, com destaque para serviços, indústria e comércio, e todos os segmentos apresentaram resultado positivo no período. No plano estadual, o Espírito Santo encerrou 2025 com saldo de 13.816 novos empregos formais, enquanto a taxa de desocupação caiu para 2,4% no quarto trimestre de 2025, uma das menores do país.

Esse cenário confirma a capacidade de expansão da economia local e o ambiente favorável à geração de empregos qualificados em Linhares. Soma-se a isso o fato de que Linhares integra a área de atuação da Sudene desde a ampliação promovida pela

Lei Complementar nº 185/2021, o que amplia o acesso a incentivos regionais. Ao mesmo tempo, instrumentos estaduais como o Compete-ES e o Invest-ES seguem estruturando políticas de apoio à competitividade, à atração de investimentos, à modernização produtiva e à diversificação econômica do Espírito Santo.

Apesar desses excelentes resultados, no campo social, entretanto, o dinamismo econômico de Linhares convive com desigualdades importantes em segurança, renda e moradia. Na área da violência, embora o município tenha registrado melhora em 2024, a taxa de crimes letais intencionais ainda foi de 32,4 por 100 mil habitantes, acima da média estadual de 22,0, mesmo após queda em relação aos 48,6 por 100 mil de 2023; além disso, Linhares apareceu entre os municípios de destaque também na taxa de crimes violentos contra o patrimônio, com 251,2 por 100 mil habitantes em 2024. No plano da renda, os indicadores mostram uma economia relevante, mas com distribuição social desigual: o PIB per capita municipal chegou a R\$ 60.043,15 em 2023, enquanto o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos em 2022, com 55.637 pessoas ocupadas e apenas 33,36% da população efetivamente ocupada, o que nos sugere forte assimetria entre a riqueza produzida e sua apropriação social.

Essa desigualdade também se expressa nas condições habitacionais: segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, com base no CadÚnico de 2023, Linhares concentrava 5.239 famílias em situação de déficit habitacional (4.954 urbanas e 285 rurais), respondendo por 3,94% do déficit estadual, além de ocupar a 1ª posição no déficit habitacional rural relativo no Espírito Santo. Em conjunto, esses dados evidenciam que o crescimento econômico local não elimina, por si só, vulnerabilidades estruturais que ainda atravessam o município, especialmente nas periferias urbanas e em áreas rurais mais precarizadas.

Nesse sentido, os dissensos em torno do patrimônio territorial de Linhares são evidentes e merecem atenção constante e especializada. Sabe-se, no entanto, que a solução para problemas sociais, como os apontados aqui, por meio de políticas públicas, não é uma agenda sistematizada, tampouco simples, uma vez que é preciso dados robustos, atores sociais engajados, atores públicos aptos a atuação nas ações

propostas e o monitoramento por meio dos indicadores produzidos em pesquisas empíricas.

Com base nos excertos acima, os capítulos que seguem tiveram o cuidado de situarem-se como diagnósticos e apontamentos preliminares, tendo em vista que é necessário, ainda, o levantamento empírico e detalhamento de dados que possam corroborar para a execução das ações aqui propostas. No entanto, esses trabalhos já são indicativos relevantes para o território de Linhares.

A organização da obra se deu em quatro eixos de análise e discussão, sendo eles: Eixo I - Proteção social e vulnerabilidades; Eixo II - Educação, infância e juventudes; Eixo III - Saúde, cuidado e inclusão; Eixo IV - Território, meio ambiente e desenvolvimento rural. Assim, o Eixo I - Proteção social e vulnerabilidades reúne capítulos que se debruçam sobre diferentes expressões da desigualdade social e sobre os limites e possibilidades das políticas públicas voltadas à proteção de sujeitos e grupos em situação de risco, exclusão ou violação de direitos. Em comum, os textos aqui reunidos evidenciam que a vulnerabilidade social não pode ser compreendida de modo abstrato, mas como fenômeno territorialmente situado, produzido por assimetrias econômicas, institucionais e sociais que exigem respostas estatais articuladas e continuadas.

Nessa direção, o capítulo “Proposta de intervenção socioassistencial para usuários de drogas em situação de rua: o Beco da Junal e a articulação PNAS/SUAS em Linhares/ES” analisa a complexidade do atendimento à população em situação de rua e uso abusivo de drogas, propondo uma reflexão sobre a necessidade de articulação intersetorial entre assistência social, saúde e segurança pública.

Já o texto “Bolsa Família em Linhares” discute a implementação local de uma das mais relevantes políticas de transferência de renda do país, com atenção especial aos desafios de acompanhamento das famílias beneficiárias e à articulação entre proteção social, saúde e educação. Por sua vez, o capítulo “Análise das políticas públicas para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica” aborda a violência de gênero como problema estrutural e persistente, examinando os instrumentos de proteção

estatal e os entraves que ainda dificultam a efetividade da rede de atendimento às mulheres.

Fechando o eixo, o trabalho “Políticas de indenização e possíveis impactos socioeconômicos: breves proposições sobre a contradição da baixa disponibilidade de trabalhadores e a alta oferta de vagas na cidade de Linhares/ES” examina as transformações recentes no mercado de trabalho do município, refletindo sobre os possíveis efeitos das indenizações e da baixa atratividade salarial na dinâmica local do emprego. Em conjunto, os textos revelam que a proteção social, para além da assistência imediata, envolve a capacidade do poder público de reconhecer situações complexas de vulnerabilidade e de construir respostas institucionais sensíveis às particularidades do território.

O Eixo II - Educação, infância e juventudes reúne capítulos que abordam políticas públicas voltadas à garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, compreendendo a educação e a proteção integral como dimensões centrais do desenvolvimento social. Os textos aqui dispostos partem do entendimento de que infância e juventudes não podem ser pensadas apenas como etapas biográficas, mas como campos atravessados por desigualdades, vulnerabilidades e disputas em torno do acesso a direitos, oportunidades e condições dignas de vida.

Nesse horizonte, o capítulo “Políticas públicas na Educação Infantil Básica: construindo a vida escolar desde a primeira infância” discute a centralidade da educação infantil como política estratégica para o desenvolvimento das crianças e para a ampliação das possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho, destacando sua relevância no enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero.

Em seguida, o texto “Segurança alimentar dos alunos da rede pública de ensino durante o período de recesso escolar: análise das políticas públicas” examina os desafios da garantia do direito à alimentação de estudantes nos períodos em que não há oferta regular da merenda escolar, refletindo sobre alternativas institucionais capazes de reduzir os efeitos da insegurança alimentar entre crianças e adolescentes.

O capítulo “Centro de Referência das Juventudes como política pública transversal: articulações e desafios na rede de serviços públicos de Linhares/ES” analisa o papel do CRJ na organização de ações intersetoriais voltadas às juventudes, com atenção especial às articulações com a rede municipal, aos fluxos de encaminhamento e aos limites ainda existentes para a consolidação de uma política efetivamente integrada.

No texto “Sistema multidisciplinar de atendimento à criança com deficiência: integração das redes de educação, saúde e assistência social em Linhares/ES”, encontramos a problematização da fragmentação do atendimento às crianças com deficiência e o apontamento à necessidade de integração entre diferentes políticas setoriais, de modo a assegurar tratamento mais eficiente, contínuo e compatível com a garantia de direitos.

Por fim, no capítulo “Educação Superior Pública em Linhares: breves apontamentos sobre a necessidade de expansão da Faceli”, encontramos dados sobre o acesso ao ensino superior público municipal de Linhares. Onde discute-se como a Faceli sendo uma das únicas instituições públicas municipais de ensino superior tem a capacidade de atender outras demandas da região, além da necessidade de reestruturação administrativa, maior investimento de outros órgãos públicos para além do Poder Público Municipal a fim de garantir a entrada e permanência dos estudantes no ensino superior.

Coletivamente, os capítulos deste eixo evidenciam que pensar políticas públicas para infância e juventudes implica reconhecer a interdependência entre educação, cuidado, proteção social, alimentação, inclusão e participação, reafirmando a necessidade de respostas estatais articuladas e territorialmente sensíveis.

Enquanto isso, o Eixo III - Saúde, cuidado e inclusão reúne capítulos que discutem políticas públicas voltadas à promoção da saúde, à ampliação do acesso ao cuidado e à construção de condições mais inclusivas de vida para diferentes grupos sociais. Em comum, os textos deste eixo partem da compreensão de que a saúde não se restringe à ausência de doença, mas envolve condições materiais, institucionais e simbólicas que possibilitem bem-estar, autonomia, dignidade e participação social.

Nessa direção, o capítulo “A centralização dos serviços de saúde pública em Linhares/ES” problematiza a concentração territorial dos equipamentos de saúde no município e seus efeitos sobre a efetivação dos princípios da universalidade e da equidade do SUS, apontando a descentralização como um caminho necessário para ampliar o acesso da população residente em áreas periféricas e rurais.

O texto “A importância da oficina terapêutica no Caps II de Linhares/ES: uma reabilitação psicossocial inclusiva” analisa o papel das oficinas terapêuticas no processo de reabilitação psicossocial de pessoas com sofrimento psíquico, destacando suas contribuições para a autonomia, a reinserção social e a construção de vínculos no âmbito da política de saúde mental.

Já o capítulo “Pobreza Menstrual no Brasil: Programa Dignidade Menstrual” amplia o debate ao abordar a saúde menstrual como questão pública atravessada por desigualdades socioeconômicas, barreiras de acesso e limitações estruturais, discutindo o alcance e os desafios de uma política voltada à garantia de dignidade e direitos. Por sua vez, o texto “Espaços públicos de lazer e prática de atividade física: análise das condições de uso, distribuição territorial e impacto na participação da população de Linhares” examina as condições de oferta e uso de espaços públicos destinados à atividade física, evidenciando como desigualdades socioespaciais, precariedade de infraestrutura e ausência de manutenção afetam a participação da população e, conseqüentemente, a promoção da saúde coletiva.

Os capítulos deste eixo, de modo colaborativo, revelam que as políticas de saúde e cuidado exigem olhar ampliado, intersetorial e territorializado, capaz de reconhecer a pluralidade das necessidades sociais e de produzir respostas mais inclusivas, equitativas e comprometidas com a dignidade humana.

O último eixo, Eixo IV - Território, meio ambiente e desenvolvimento rural reúne capítulos que, a partir de diferentes recortes, evidenciam como as políticas públicas se materializam no espaço e como o território se constitui simultaneamente como cenário, condição e objeto da ação estatal. Os textos aqui reunidos partem do reconhecimento de que o desenvolvimento social não pode ser dissociado das dinâmicas ambientais, produtivas e alimentares, especialmente em municípios

marcados por forte diversidade territorial, relevância agrícola e desigualdades no acesso a bens e serviços públicos.

Nesses termos, o capítulo “Desafios ambientais e gestão hídrica em Linhares/ES: análise da poluição, dos impactos socioambientais e das políticas públicas para a revitalização da Lagoa do Meio” discute a degradação de um importante corpo hídrico do município, articulando poluição, saneamento deficitário, ocupações irregulares e impactos sociais e sanitários, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas à revitalização ambiental.

O texto “Políticas de segurança alimentar como fortalecimento da agricultura familiar: um estudo de caso a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e uma proposta a nível municipal” analisa o papel das compras públicas no fortalecimento da agricultura familiar, destacando os efeitos do programa sobre renda, permanência no campo, diversificação produtiva e segurança alimentar, bem como seus desafios de implementação e continuidade.

Encontramos no capítulo “O PNAE e a agricultura familiar de Linhares: o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e do êxodo rural no município de Linhares por meio de políticas públicas” a proposição de uma reflexão sobre a articulação entre alimentação escolar, produção local e desenvolvimento rural, problematizando a baixa transparência dos dados, a limitada diversidade dos produtos adquiridos e a necessidade de maior estruturação das políticas municipais de apoio à agricultura familiar.

Sob essa perspectiva, o eixo reafirma que o território não deve ser compreendido apenas como base física das políticas públicas, mas como dimensão viva em que se entrelaçam meio ambiente, produção, alimentação e modos de vida, exigindo respostas institucionais comprometidas com a sustentabilidade e com a justiça social.

Os capítulos adiante nos darão subsídios para refletir acerca da necessidade de ampliação das políticas públicas no território linharensense. Além disso, esta obra comunica não somente aos agentes públicos, mas também a toda sociedade que pode, a partir de agora, conhecer um pouco mais sobre a realidade do patrimônio

territorial do município e, também contribuir, para a formulação de ações que visem mitigar problemas sociais que se tornam impeditivos para o Bem-estar social.

Referências

CAMAGNI, Roberto. **Territorial capital and regional development**. In: CAPELLO, R.; NIJKAMP, P. (eds). *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009. p. 118-132.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale: verso la coscienza di luogo**. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Eixo I - Proteção social e vulnerabilidades

Capítulo I

Proposta de intervenção socioassistencial para usuários de drogas em situação de rua: o Beco da Junal e a articulação PNAS/SUAS em Linhares/ES

Joelso Costalonga
Juliano Salaroli
Nairo Bustamante Pandolfi

Resumo

O presente trabalho propõe o desenho de uma política municipal de acolhimento e reinserção social em Linhares/ES, com foco específico na população em situação de rua e uso abusivo de drogas na região nas proximidades do conhecido “Beco da Junal”. Fundamentado nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e nas metas do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2026-2029), o estudo analisa os desafios da implementação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o referencial teórico de Mastrodi e Ifanger para a definição funcional de políticas públicas e de Lotta e Bichir para a análise da implementação e da burocracia de nível de rua. Os resultados apontam para a necessidade de criação de um Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social, uma estratégia de coordenação desenvolvida para mitigar a fragmentação dos serviços, otimizar recursos existentes e garantir a efetividade dos direitos sociais previstos no planejamento municipal.

Palavras-chave: Assistência Social; Implementação; PNAS; PMAS Linhares; SUAS.

Introdução

A persistência de cenários de extrema vulnerabilidade social em centros urbanos brasileiros, caracterizados pela sobreposição complexa entre a situação de rua, a ruptura de vínculos familiares e o uso abusivo de substâncias psicoativas, impõe ao Estado um desafio de alta complexidade. Este fenômeno não é exclusivo das grandes metrópoles; ele se manifesta de forma aguda em cidades de médio porte e polos regionais, exigindo respostas que transcendam o assistencialismo pontual ou a repressão policial. No município de Linhares/ES, essa realidade se materializa de forma crítica na região próximo ao conhecido “Beco da Junal”, uma região que se tornou destaque na cidade pela quantidade de usuários de drogas e que demanda

uma intervenção estatal estruturada, capaz de garantir direitos fundamentais e promover a reinserção social.

A nossa Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definem claramente a responsabilidade do Estado na oferta de proteção social a quem dela necessitar. Especificamente, as pessoas que ocupam a região nas proximidades do conhecido Beco da Junal demanda a atuação da proteção social, voltada a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, com direitos violados. Contudo, a transposição da norma federal para a realidade local enfrenta barreiras operacionais, burocráticas e políticas que exigem um planejamento municipal alinhado e eficaz.

Nesse contexto, este trabalho se debruça sobre a seguinte problemática: De que forma os instrumentos da PNAS e as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2026-2029) podem ser articulados para a criação de uma política efetiva de acolhimento e reinserção social na região conhecida como Beco da Junal? A hipótese central é a de que a fragmentação dos serviços existentes impede a eficácia do atendimento, sendo necessária a criação de um dispositivo de articulação de forma exclusiva para a situação do local.

O objetivo geral deste estudo é propor o desenho de um Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social, um dispositivo de articulação intersetorial desenhado para enfrentar a fragmentação dos serviços em Linhares. Como objetivos específicos, busca-se: (a) analisar o conceito de políticas públicas e sua função na garantia de direitos; (b) compreender os entraves da implementação de políticas no nível local, com foco na burocracia de nível de rua; e (c) desenhar um fluxo de atendimento que integre Assistência Social, Saúde e Segurança Pública.

A justificativa para esta proposta apoia-se na compreensão de que políticas públicas só cumprem sua função quando conseguem transformar a realidade que pretendem alcançar. No caso da população que ocupa a região conhecida como Beco da Junal, a assistência social tem sido acionada mais como resposta emergencial e menos como garantidora de direitos continuados, o que produz ciclos de atendimento fragmentado. Não se trata apenas de amparar pessoas em situação de

vulnerabilidade extrema, mas de reconhecer que a omissão ou a atuação descoordenada do poder público contribuem para a perpetuação das violações. Assim, discute-se aqui uma proposta que parte de um diagnóstico territorial e se orienta para a reconstrução de vínculos sociais de maneira integrada e progressiva.

A discussão proposta é fundamentada na compreensão funcional de políticas públicas apresentada por Mastrodi e Ifanger, que destacam o papel do Estado como responsável por tornar direitos sociais efetivos. Soma-se a essa base o debate sobre implementação discutido por Gabriela Lotta, destacando o papel dos burocratas que atuam diretamente com a população e que influenciam os resultados das políticas. Esses referenciais ajudam a interpretar o caso do Beco da Junal não apenas como problema social evidente, mas como reflexo das dificuldades de transformar diretrizes nacionais em ações concretas na realidade local.

A metodologia empregada consiste em pesquisa bibliográfica, baseada nas teorias de implementação de políticas públicas organizadas por Gabriela Lotta e nos conceitos jurídicos e funcionais de política pública de Josué Mastrodi. Esta base teórica é conjugada com pesquisa documental, focando na análise da PNAS e, centralmente, no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) de Linhares 2026-2029, documento que estabelece as metas, diretrizes e o diagnóstico socioterritorial para a gestão municipal nos próximos anos.

Cabe registrar que este estudo possui caráter preliminar e exploratório, orientado por revisão bibliográfica e análise documental. Por essa razão, não pretende esgotar empiricamente a complexidade do fenômeno analisado no território do Beco da Junal, mas oferecer uma primeira aproximação diagnóstica sobre a necessidade de articulação intersetorial entre assistência social, saúde e segurança pública. O aprofundamento empírico da temática, com levantamento sistemático de dados territoriais e institucionais, é indicado como desdobramento necessário para pesquisas futuras.

Breve Discussão Teórica

Para compreender a dinâmica da intervenção proposta e os desafios que ela pretende enfrentar, é necessário dialogar tanto com a perspectiva jurídica das políticas públicas quanto com o campo da implementação, que revela a distância entre intenção normativa e prática cotidiana. Esse diálogo permite observar que o problema não se limita à existência da legislação ou à previsão do serviço, mas à capacidade real de transformar diretrizes em atendimento concreto.

A partir da abordagem funcional apresentada por Mastrodi e Ifanger, as políticas públicas deixam de ser entendidas como simples decisões de governo e passam a ser consideradas instrumentos destinados à efetivação dos objetivos essenciais do Estado, entre eles a promoção de direitos sociais. Essa compreensão é particularmente relevante no âmbito da assistência social, estruturada pela PNAS, concebida como meio para garantir proteção social e não apenas como arranjo institucional.

Dessa forma, a existência formal de equipamentos públicos socioassistenciais como CRAS ou CREAS é necessária, mas não suficiente. Se a política está prevista no plano, mas não alcança as pessoas que permanecem em situação de rua no entorno do Beco da Junal, ela se desvia de sua função essencial de garantir direitos. Nesse ponto, evidencia-se que políticas são julgadas não pelo documento que apresentam, mas pelo impacto que produzem.

Contudo, reconhecer a política como dever estatal não elimina os desafios de sua execução. A literatura denomina o descompasso entre formulação e prática como gap da implementação. Conforme explica Gabriela Lotta, implementar não consiste em copiar o texto normativo, mas em tomar decisões em contextos marcados por disputas, limitações e negociações permanentes.

Esse desafio se expressa no SUAS, cuja lógica nacional nem sempre encontra correspondência uniforme no território. Como destacam Bichir, Simoni Jr. e Pereira, a execução depende diretamente da capacidade dos municípios, que assumiram responsabilidades complexas sem, necessariamente, receber a mesma estrutura para cumpri-las. Assim, problemas semelhantes podem gerar respostas distintas e desigualdades no acesso.

Diante dessa complexidade, ganha relevância a figura dos burocratas de nível de rua descrita por Lipsky e aprofundada por Lotta. São os assistentes sociais, psicólogos e agentes de abordagem que em seu cotidiano traduzem a política em atendimento real. Eles operam com margem de decisão, interpretam normas, priorizam demandas e constituem vínculos.

Essa discricionariedade pode ser ferramenta de acesso quando utilizada para flexibilizar rotinas, mas pode também produzir exclusões quando decisões são tomadas de forma isolada. Se o atendimento à população usuária de drogas permanecer dividido entre repressão, clínica e benefício, sem a necessária atuação conjunta, a política continuará tratando o problema por partes, sem a integralidade necessária.

Assim, a discussão teórica aponta que o enfrentamento da realidade observada na região do Beco da Junal exige mais do que ampliar a oferta de serviços, também requer coordenação entre os agentes que atuam no território. A proposta apresentada neste trabalho parte do entendimento que a implementação é um processo social e político, e não apenas administrativo. Criar um arranjo institucional que organize a atuação dos profissionais representa uma forma de utilizar a discricionariedade como instrumento de inclusão e garantia de direitos.

Brevíssima análise de dados, apontamentos e resultados esperados

A análise da realidade de Linhares tem como referência principal os instrumentos normativos de orientação da política socioassistencial, em especial o Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) 2026-2029, que organiza diretrizes, metas e responsabilidades da gestão local. A PNAS determina que a população em situação de rua seja atendida pela Proteção Social Especial, e em Linhares esse atendimento se materializa, sobretudo, por meio do CREAS e de suas atribuições no PAEFI e no Serviço Especializado em Abordagem Social.

No primeiro momento, é preciso assinalar que a análise proposta aqui é de caráter preliminar e exploratório. Nos valem os documentos oficiais disponibilizados

pelos órgãos oficiais, de modo que os apontamentos realizados merecem confrontação empírica, a fim de melhor delimitar o que esperamos do ponto de vista da implementação da política pública.

Sendo assim, o PMAS reforça a necessidade de qualificação dessa política no território, destacando o monitoramento e a vigilância socioassistencial como estratégias centrais para lidar com vulnerabilidades persistentes. Entre as metas, identifica-se a necessidade de fortalecer a articulação entre setores e aprimorar ações de média complexidade, reconhecendo que a proteção social não produz resultados relevantes quando atua de forma isolada.

No entanto, em observações preliminares, do cenário atual no entorno da região chamada “Beco da Junal” revela uma divergência visível entre o que está previsto no planejamento e o que é efetivamente executado. As ações permanecem fragmentadas: a Saúde, por meio do CAPS/AD, foca prioritariamente na dimensão clínica; a Assistência Social se concentra na oferta de benefícios e atendimentos; e a Segurança Pública atua sob a lógica da contenção e da ordem urbana. Sem um instrumento de articulação, a mesma pessoa pode circular entre esses setores sem que exista continuidade ou compartilhamento de informações.

Essa atuação individualizada resulta em consequências para os indivíduos. Muitos dos usuários abordados na região estão em crise de abstinência, sem documentos ou vínculos familiares, e se deparam com barreiras burocráticas que impedem o acesso simultâneo a cuidados imediatos e acolhimento. A falta de fluxo integrado contribui para a desistência e o retorno às ruas, reproduzindo ciclos que impactam o indivíduo, a comunidade e a gestão pública.

Diante desse cenário, propõe-se a criação do Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social como estratégia para operacionalizar as diretrizes do PMAS e enfrentar o *gap* de implementação observado. A proposta não constitui uma nova secretaria, mas um arranjo de governança intersetorial, composto por uma equipe de campo integrada e um comitê executivo coordenado pelo CREAS, com participação de profissionais da Saúde Mental (CAPS AD), Assistência Social e Guarda Municipal.

Sua atuação se fundamentaria em três eixos: a busca ativa e abordagem conjunta, permitindo avaliação simultânea de necessidades sociais e de saúde; a oferta de acolhimento desburocratizado, oferecendo serviços básicos, capazes de gerar vínculo; e o fluxo prioritário de encaminhamento aos serviços de assistência, reduzindo filas e prazos que afastam a população dos serviços.

A proposta se justifica por diferentes razões. Do ponto de vista da implementação, coordena a atuação dos profissionais que estão na ponta, transformando a discricionariedade em ferramenta de inclusão. Do ponto de vista do planejamento, permite cumprir metas de monitoramento e vigilância estabelecidas pelo PMAS. E sob a perspectiva econômica, trata-se de uma solução de baixo custo, baseada na otimização e integração de estruturas já existentes.

Assim, o Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social se apresenta como uma resposta concreta à distância entre a política formulada e a realidade vivida pelos usuários da região do Beco da Junal. Ao articular SUAS, Saúde e Segurança Pública, promove um atendimento mais completo, capaz de reduzir a descontinuidade dos serviços e ampliar as oportunidades de reinserção social dessa população.

Diante do exposto, a criação do Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social surge como um passo necessário para aproximar a política prevista da política realizada no município de Linhares. Ao promover articulação entre Saúde Mental, Assistência Social e Segurança Pública, o município deixa de atuar de maneira fragmentada e passa a construir respostas que considerem a complexidade da trajetória das pessoas em situação de rua e uso abusivo de drogas. Embora não elimine todos os desafios, o arranjo proposto possibilita ações mais contínuas, redução de barreiras e maior potencial de reinserção social, reafirmando a assistência social como política de garantia de direitos e não apenas de resposta emergencial.

Apontamentos finais

Neste texto, buscamos discutir como os instrumentos da PNAS e as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2026-2029) podem ser articulados para

a criação de uma política efetiva de acolhimento e reinserção social na região conhecida como Beco da Junal, ao trabalharmos com a hipótese de que a fragmentação dos serviços existentes impede a eficácia do atendimento, sendo necessária a criação de um dispositivo de articulação de forma exclusiva para a situação do local.

Além das discussões levantadas aqui, a análise realizada também evidencia a necessidade de maior sistematização de informações locais sobre a população em situação de rua, os fluxos de atendimento e os entraves da rede de proteção social no município. Tal lacuna informacional, longe de invalidar a discussão proposta, reforça a pertinência de estudos posteriores voltados ao mapeamento empírico do território e à avaliação mais detalhada da capacidade institucional de resposta do poder público.

Dessa forma, a proposta de criação de um Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social deve ser compreendida, neste estágio da pesquisa, como um apontamento preliminar de política pública, construído a partir da literatura especializada, da normatividade da PNAS/SUAS e das diretrizes do planejamento municipal. Seu desenvolvimento mais consistente dependerá, em etapa posterior, de investigação empírica aprofundada, capaz de mapear o território, os usuários, os equipamentos existentes e os fluxos institucionais atualmente em funcionamento.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BICHIR, Renata; SIMONI JR., Sergio; PEREIRA, Guilherme. **A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos municípios brasileiros**. In: LOTTA, Gabriela. *Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019.

LINHARES. **Plano Municipal de Assistência Social: 2026-2029**. Linhares: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2025.

LOTTA, Gabriela. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 5-18, set./dez. 2019.

Capítulo II

Bolsa Família em Linhares

Gerline Deolinda de Paiva

Resumo

O Programa Bolsa Família foi implementado em Linhares-ES em 2003, acompanhando sua criação nacional. Desde então, consolidou-se como uma das principais políticas públicas de transferência de renda, voltada à redução da pobreza extrema e à promoção da inclusão social. O programa condiciona o recebimento do benefício à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde, o que contribuiu para avanços em indicadores educacionais e sanitários. Em Linhares, milhares de famílias foram atendidas, ampliando o acesso a direitos básicos e fortalecendo a rede de proteção social. Os resultados incluem diminuição da vulnerabilidade, redução das desigualdades e aumento da economia local. Contudo, o acompanhamento das famílias beneficiárias permanece como um desafio relevante, exigindo maior atenção para garantir a efetividade das condicionalidades e a consolidação dos impactos positivos do programa.

Palavras-chave: Bolsa Família, rede de proteção social, garantia de direitos

Introdução

O Brasil, historicamente marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, convive há décadas com a persistência da pobreza e da extrema pobreza como obstáculo recorrente ao desenvolvimento social. A ausência de mecanismos robustos de proteção social e a ineficácia de políticas econômicas capazes de promover uma distribuição de renda mais equitativa, especialmente após períodos de crise, contribuíram para a manutenção de milhões de famílias abaixo da linha da pobreza. Essa circunstância evidenciou a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à garantia do mínimo existencial e do acesso a direitos sociais básicos.

Nesse contexto, as políticas de transferência de renda condicionada emergiram como estratégia central para o enfrentamento da insegurança alimentar e da privação de direitos. O Programa Bolsa Família (PBF), lançado em 2003, unificou e ampliou programas anteriores, consolidando-se como uma das principais iniciativas da

política social brasileira. A implementação do PBF, especialmente em municípios de médio porte como Linhares, no Espírito Santo, reflete o esforço do Estado em atenuar vulnerabilidades sociais por meio da transferência de renda associada ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação, buscando interromper o ciclo intergeracional da pobreza.

A problemática central desta análise consiste em avaliar, de forma preliminar, a implementação do Programa Bolsa Família no município de Linhares/ES, com atenção especial aos desafios do acompanhamento das famílias beneficiárias e à articulação entre o programa e a rede socioassistencial local. Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar de que maneira o PBF se articula com a rede de proteção social do município, observando seus limites, possibilidades e contribuições para o enfrentamento da vulnerabilidade social e para a ampliação do acesso a direitos básicos no contexto linhareense.

Sendo assim, importa destacar que este capítulo apresenta um diagnóstico preliminar, de caráter bibliográfico e documental, sobre a implementação do Programa Bolsa Família em Linhares/ES, sem pretensão de esgotar empiricamente a complexidade da política no âmbito municipal. A análise aqui desenvolvida indica a necessidade de maior sistematização de dados locais sobre acompanhamento das famílias beneficiárias, fluxos intersetoriais e capacidade institucional da rede municipal.

Dificuldade de acompanhamento das famílias

A gestão do Programa Bolsa Família, embora centralizada em sua formulação, é executada de forma descentralizada nos municípios, sendo o acompanhamento das famílias beneficiárias atribuição compartilhada entre as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação. No âmbito municipal, esse acompanhamento envolve especialmente a atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), das unidades de saúde e da rede escolar. Contudo, a escala do programa e a heterogeneidade dos perfis socioeconômicos das famílias beneficiárias impõem

desafios logísticos significativos. Em Linhares, como em muitas cidades de médio porte, a concentração de famílias em áreas de maior vulnerabilidade, associada à instabilidade residencial, à dispersão geográfica em áreas rurais e à constante necessidade de atualização cadastral, dificulta a realização de ações contínuas e proativas por parte dos técnicos responsáveis pelo monitoramento.

Essa dificuldade é agravada por limitações estruturais e orçamentárias que atravessam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, de forma mais ampla, a rede municipal de saúde e educação. A insuficiência de recursos humanos, o baixo investimento em tecnologias de gestão da informação, as fragilidades na integração de dados entre as secretarias e a sobrecarga de trabalho dos CRAS e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) comprometem a efetividade da busca ativa e do acompanhamento individualizado das famílias. Como consequência, o monitoramento, que deveria constituir um processo de proteção social integral, frequentemente se restringe à verificação do cumprimento formal de condicionalidades, como frequência escolar e vacinação, sem alcançar, em muitos casos, a dimensão psicossocial necessária à superação mais ampla das situações de vulnerabilidade.

Conhecendo os condicionantes

A contribuição deste estudo reside em sua capacidade de oferecer uma análise localizada e atualizada da política de transferência de renda no contexto específico de Linhares/ES, indo além da mera contagem de beneficiários. O Programa Bolsa Família, embora seja fundamental para a segurança alimentar e para a proteção social de inúmeras famílias, exige acompanhamento rigoroso das condicionalidades para que possa impactar de forma mais efetiva as condições de vida dos beneficiários e contribuir para o enfrentamento da pobreza estrutural. A permanência de numerosas famílias em situação de vulnerabilidade, mesmo com o recebimento do benefício, sinaliza que a eficácia do acompanhamento e da integração intersetorial constitui um dos pontos mais sensíveis da política.

No caso de Linhares, o Programa Bolsa Família encontra dificuldades operacionais na execução da vigilância socioassistencial, especialmente porque o acompanhamento das condicionalidades demanda articulação contínua entre diferentes setores da administração pública. Esse quadro pode ser observado quando se analisam os resultados locais: em Linhares/ES, 78% dos adolescentes e jovens beneficiários tiveram acompanhamento escolar completo, enquanto a meta nacional é de 100%. Já o acompanhamento das condicionalidades na área da saúde alcançou 80,8%. Esses dados, apresentados a seguir, indicam limites importantes na capacidade de monitoramento do programa no âmbito municipal.

Taxas utilizadas para cálculo do IGD-M referente ao mês de outubro de 2025

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		Fator de operação	
Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município
89,6%	73,2%	86,4%	90,6%	81,4%	86,2%	86,7%	80,8%

Fonte: Relatório BSF 2025

Discussão Teórica

Podemos adotar as lentes de T. H. Marshall para analisar o Programa Bolsa Família (PBF) como um mecanismo de ampliação dos direitos sociais. Para o autor, a cidadania se estrutura a partir das dimensões civil, política e social. Nesse sentido, o PBF, ao garantir uma renda mínima e estabelecer condicionalidades nas áreas de saúde e educação, atua diretamente na esfera social, buscando proteger os indivíduos contra situações de privação e ampliar o acesso a serviços públicos, elementos essenciais para uma participação mais efetiva na vida social. O benefício, assim, pode ser compreendido como um instrumento de proteção social voltado ao enfrentamento da vulnerabilidade material e à promoção de condições mínimas de bem-estar.

A gestão municipal em Linhares pode ser compreendida à luz dos desafios da intersectorialidade e da fragmentação das políticas públicas. O êxito do PBF não

depende apenas da transferência monetária, mas também da capacidade do município de articular o benefício com os serviços de Assistência Social, Saúde e Educação, conforme orienta o modelo brasileiro de proteção social. Nessa perspectiva, a articulação entre setores torna-se condição relevante para que a política avance para além do alívio imediato da pobreza e contribua para a ampliação do acesso a direitos.

Nota metodológica

Para esta análise, adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, complementada por dados quantitativos de fontes secundárias. A metodologia consistiu, primordialmente, em revisão bibliográfica e documental, com coleta de dados em órgãos oficiais. As informações quantitativas relativas ao número de beneficiários, à cobertura do programa e ao cumprimento das condicionalidades em Linhares foram obtidas a partir dos Relatórios de Gestão do Programa Bolsa Família (RGPBF) e de bases de dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Essa articulação entre fontes permitiu situar a realidade local em diálogo com o panorama mais amplo da política pública no país.

Alguns apontamentos preliminares

O Bolsa Família em Linhares/ES apresenta resultados relevantes no enfrentamento da vulnerabilidade social e na ampliação do acesso a direitos básicos. Entretanto, a efetividade mais ampla do programa depende do acompanhamento contínuo das famílias beneficiárias, especialmente no que se refere ao cumprimento das condicionalidades de saúde e educação. Esse processo de monitoramento é fundamental para que os objetivos da política pública possam ser alcançados de maneira mais consistente e duradoura.

Nesse contexto, observa-se a existência de limitações estruturais relacionadas à quantidade de profissionais disponíveis para atender à demanda crescente. A insuficiência de equipes técnicas compromete a realização de visitas domiciliares, a atualização cadastral e a integração entre as áreas de saúde, educação e assistência

social. Tal cenário se reflete nos índices de acompanhamento e no alcance parcial das condicionalidades, indicando que o potencial do programa para contribuir de forma mais ampla para o enfrentamento da pobreza intergeracional ainda encontra obstáculos no âmbito municipal. Assim, reforça-se a necessidade de investimentos em recursos humanos e no fortalecimento da gestão intersetorial, de modo a qualificar o acompanhamento das famílias e ampliar os efeitos positivos da política pública no município.

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo permitem compreender que o Programa Bolsa Família ocupa lugar relevante na rede de proteção social do município de Linhares/ES, especialmente por seu potencial de mitigar situações de vulnerabilidade e ampliar o acesso a direitos básicos. Contudo, a leitura aqui realizada também evidencia que a efetividade da política não depende exclusivamente da transferência de renda, mas da capacidade institucional do poder público de acompanhar as famílias beneficiárias de forma contínua, articulada e intersetorial. Os dados examinados indicam que ainda persistem limites importantes no monitoramento das condicionalidades e na integração entre assistência social, saúde e educação, o que compromete o alcance mais amplo dos objetivos do programa.

Nesse sentido, este capítulo não pretende oferecer uma conclusão definitiva sobre a implementação do Bolsa Família em Linhares, mas apresentar um diagnóstico preliminar sobre alguns de seus desafios no contexto municipal. Espera-se, assim, que a reflexão aqui proposta possa contribuir para o fortalecimento do debate público e para futuras investigações voltadas ao aprimoramento da política e de sua capacidade de enfrentar, de modo mais efetivo, as desigualdades sociais no território.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município.** [S. l.], 7 dez. 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Programa Bolsa Família na Saúde.** [S. l.], 7 dez. 2025. Disponível em: <https://bfa.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório de Programas e Ações.** [S. l.], 7 out. 2025. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

RODRIGUES, Lilian. Resenha “Cidadania e classe social” - T. H. Marshall. **WebArtigos,** [S. l.], 14 out. 2015. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/thomas-h-marshall-cidadania-e-classe-social-resenha/136607/>. Acesso em: 7 dez. 2025.

Capítulo III

Análise das políticas públicas para a proteção de mulheres vítimas de violência doméstica

Alessandra Lopes Siqueira da Cunha

Sheila Lopes Siqueira da Cunha

Resumo

Este estudo analisa a violência doméstica contra as mulheres e as políticas públicas de proteção e apoio às vítimas. Busca-se compreender o tema e fortalecer as ações de enfrentamento, a partir da análise das medidas adotadas pelo Governo. A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em análises documentais e bibliográficas de leis e programas governamentais. Conclui-se que, embora indispensáveis, as políticas públicas não garantem, por si só, a proteção efetiva das mulheres, sendo imprescindíveis o monitoramento contínuo, a avaliação sistemática e a participação social para ampliar sua efetividade e promover os direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: Violência doméstica; Políticas públicas; Medidas de proteção; Participação social.

Introdução

A violência contra as mulheres constitui um problema histórico e persistente, decorrente das desigualdades de gênero e das relações de poder impostas por uma estrutura social patriarcal. Trata-se de uma problemática social contínua, que se manifesta de diversas formas e possui múltiplas causas, resultando em situações recorrentes de opressão e agressões sofridas pelas mulheres ao longo da história.

Nos últimos anos, o agravamento da violência contra a mulher tem despertado crescente preocupação social. Muitas mulheres em situação de violência doméstica, ao buscarem apoio, enfrentam dificuldades para acessar a proteção estatal, seja pela falta de informação, seja pela limitada divulgação dos serviços públicos disponíveis. Soma-se a isso a recorrência de atendimentos inadequados, frequentemente realizados por profissionais despreparados para lidar com as especificidades dessa forma de violência, o que contribui para a revitimização das mulheres.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender a violência doméstica contra as mulheres e fortalecer as ações de enfrentamento, investigando quais medidas o Estado brasileiro tem adotado para a proteção das mulheres vítimas dessa forma de violência.

A relevância desta pesquisa justifica-se por se tratar de um problema atual e recorrente na sociedade brasileira, evidenciando fragilidades na atuação estatal, especialmente no que se refere à ausência de uma rede de apoio eficaz e ao despreparo de parte dos profissionais responsáveis pelo atendimento às vítimas. Ademais, observa-se o desconhecimento, tanto por parte das mulheres quanto da sociedade em geral, acerca dos serviços públicos existentes voltados ao enfrentamento da violência doméstica.

No âmbito teórico, parte-se da compreensão de que as políticas públicas não se restringem à elaboração de leis ou normas. Conforme destacam Mastrodi e Ifanger (2019), elas constituem um processo contínuo que envolve formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações governamentais. De forma complementar, Ribeiro e Patrício (2008) ressaltam que a efetividade dessas políticas deve ultrapassar o enfoque meramente repressivo, priorizando ações preventivas, integradas e participativas, com articulação entre instituições e envolvimento das comunidades locais.

No plano metodológico, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de leis, programas governamentais e outros documentos relacionados ao tema. Assim, o estudo busca examinar, em perspectiva preliminar, as políticas públicas voltadas à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica, com o objetivo de compreender seus principais fundamentos, limites e desafios, bem como contribuir para reflexões que ampliem o debate sobre a efetividade dessas ações.

Discussão Teórica

Compreender o conceito de políticas públicas é fundamental para analisar a atuação do Estado no enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, bem como para avaliar as estratégias adotadas para a proteção das vítimas e a promoção de seus direitos. Nesse sentido, as políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de ações, programas, decisões e estratégias formuladas e executadas pelo Estado, em seus diferentes níveis de governo, com o objetivo de enfrentar problemas sociais, responder às demandas coletivas e promover o bem-estar social.

Mastrodi e Ifanger (2019) definem as políticas públicas como um conjunto articulado de decisões, ações e programas desenvolvidos pelo Estado para responder a problemas sociais e atender às demandas da sociedade. Para os autores, tais políticas não se limitam à elaboração de leis ou normas, pois constituem um processo contínuo que envolve formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações governamentais, etapas essenciais para assegurar sua efetividade, especialmente no enfrentamento da violência doméstica e de gênero.

Os autores também ressaltam que essas políticas são construídas a partir da interação entre Estado e sociedade, sendo diretamente influenciadas por fatores políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, expressam escolhas governamentais e refletem disputas de interesses, prioridades e valores próprios de determinado contexto histórico, o que impacta diretamente a forma como o poder público responde às demandas relacionadas à proteção das mulheres vítimas de violência (MASTRODI; IFANGER, 2019).

De modo complementar, Ribeiro e Patrício (2008) destacam que a efetividade das políticas públicas depende do monitoramento e da avaliação contínuos, de modo a assegurar melhores condições de eficiência, eficácia e produção de resultados concretos. No campo do enfrentamento da violência doméstica, os indicadores assumem papel central, pois permitem acompanhar a implementação das ações, avaliar seus efeitos e subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos, contribuindo para o aprimoramento das medidas de proteção às mulheres.

As autoras enfatizam, ainda, a importância da articulação entre diferentes níveis de governo e da participação da comunidade na construção de políticas públicas de

segurança, entendidas como elementos fundamentais para uma atuação estatal democrática e efetiva. Ao mesmo tempo, identificam entraves recorrentes, como a escassez de recursos, os prazos inadequados e as fragilidades na articulação institucional, fatores que comprometem a execução das ações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Nessa perspectiva, o uso contínuo e sistemático de indicadores pode contribuir não apenas para o aperfeiçoamento das políticas de segurança pública, mas também para a proteção mais efetiva dos direitos das mulheres e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

A violência doméstica no Brasil permanece como um grave problema social e de direitos humanos, afetando especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade. Apesar dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, os dados e documentos analisados indicam que tais conquistas ainda não foram suficientes para enfrentar de modo plenamente eficaz esse tipo de violência. Nesse sentido, evidencia-se que o seu enfrentamento demanda políticas públicas integradas, capazes de articular ações preventivas, repressivas e de proteção, bem como o fortalecimento da rede de atendimento às vítimas e a promoção da autonomia econômica das mulheres.

Entre os resultados esperados das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, destacam-se a garantia de proteção integral às vítimas, a prevenção das diferentes formas de violência, a redução da revitimização institucional, a ampliação do acesso aos serviços especializados, a promoção da autonomia econômica e a diminuição dos casos de feminicídio.

Um marco fundamental nesse campo é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que disciplinou as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher - física, psicológica, sexual, patrimonial e moral -, além de prever medidas protetivas de urgência, atendimento especializado, como o realizado nas Delegacias de

Atendimento à Mulher, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) e ações de conscientização.

No âmbito federal, políticas como o Programa Mulher: Viver sem Violência foram concebidas com o propósito de integrar e ampliar os serviços de atendimento às vítimas, promovendo atuação intersetorial entre saúde, segurança pública, justiça e assistência social. Iniciativas como a Casa da Mulher Brasileira, ao reunir diferentes serviços em um único espaço, buscaram reduzir barreiras de acesso, fortalecer a rede de proteção e assegurar atendimento mais humanizado e articulado.

De forma complementar, a revisão das políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil, promovida pelo Tribunal de Contas, indica que os resultados esperados incluem a transversalização da perspectiva de gênero nas áreas da saúde, educação, trabalho, assistência social e promoção da igualdade, bem como a consolidação de políticas voltadas à autonomia econômica e à redução das vulnerabilidades sociais.

Em nível estadual, o Espírito Santo conta com instrumentos como o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPM/ES), o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Política de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres no Estado do Espírito Santo, estruturados com o objetivo de promover a igualdade de gênero, enfrentar a feminização da pobreza e combater as diferentes formas de violência e discriminação contra as mulheres, por meio de uma abordagem integrada e participativa.

Entretanto, a análise dos materiais consultados indica que a efetividade dessas políticas ainda enfrenta obstáculos significativos. Persistem dificuldades de acesso aos serviços especializados, cobertura territorial desigual da rede de atendimento, lentidão processual, subnotificação dos casos e fragilidades na articulação entre os entes federativos. Tais limitações comprometem a implementação das ações e contribuem para a permanência de práticas de revitimização institucional, inclusive em situações nas quais já existem registros prévios de violência.

Além disso, constatou-se que a insuficiência de recursos humanos e financeiros, a descontinuidade administrativa e a dificuldade de integrar a perspectiva de gênero

de forma transversal reduzem o alcance das ações previstas. A fragilidade desses mecanismos limita a capacidade do poder público de corrigir rumos, aperfeiçoar a resposta institucional e ampliar a proteção efetiva às mulheres em situação de violência.

O monitoramento e a avaliação constituem instrumentos fundamentais para aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas, permitindo a identificação de falhas e o aprimoramento das ações. Nesse sentido:

O monitoramento e a avaliação representam um processo sistemático de análise das ações, características e resultados de um programa social ou uma política pública, capaz de gerar recomendações para sua correção e melhoria. Avaliar é atribuir valor, medir grau de eficiência, eficácia e efetividade das ações. Assim compreendidos, o monitoramento e a avaliação identificam processos e resultados, quantificam e qualificam dados de desempenho, comparam, analisam, informam e propõem, permitindo o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo projeto ou programa social. (RIBEIRO; PATRÍCIO, 2008, p. 7, apud CANO, 2004).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reconhece, ainda, que o isolamento dos serviços e a desarticulação entre os diferentes níveis de governo constituem entraves relevantes à efetividade das ações estatais, apontando o trabalho em rede como estratégia essencial para assegurar a integralidade do atendimento.

Assim, os resultados examinados sugerem que, embora exista um arcabouço normativo e programático relevante, sua aplicação ainda se mostra desigual e insuficiente diante da complexidade do fenômeno. Nesse sentido, a própria Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres reforça:

Os governos (Estaduais, Municipais e o Distrito Federal) e a sociedade civil possuem um papel a desempenhar na prevenção e no combate da violência contra as mulheres, e na assistência às mulheres. Todavia, ainda existe uma tendência ao isolamento dos serviços e à desarticulação entre os diversos níveis de governo no enfrentamento da questão. O trabalho em rede surge, então, como um caminho para superar essa desarticulação e a fragmentação dos serviços, por meio da ação coordenada de diferentes áreas governamentais, com o apoio e monitoramento de organizações não-governamentais e da sociedade civil como um todo, no sentido de garantir a integralidade do atendimento. (BRASIL, 2011, p. 14).

Dessa forma, a análise desenvolvida neste capítulo indica que a criação de políticas públicas, embora indispensável, não garante, por si só, a proteção efetiva das mulheres vítimas de violência doméstica. O fortalecimento do monitoramento, da avaliação contínua, da articulação em rede e da participação social mostra-se fundamental para enfrentar as limitações identificadas e ampliar a capacidade institucional de resposta diante da violência de gênero.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2025.

BRASIL. **Programa Mulher: Viver sem Violência**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/156_1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) comentada artigo por artigo**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2011. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/Observatorios/observatorio-mulheres/Legislacao/Pacto Estadual Pelo Enfrentamento a Violencia Contra As Mulheres.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/Observatorios/observatorio-mulheres/Legislacao/Pacto%20Estadual%20Pelo%20Enfrentamento%20a%20Violencia%20Contra%20As%20Mulheres.pdf). Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**. Vitória: Secretaria de Estado, 2019. Disponível em: <https://mulheres.es.gov.br/plano-estadual-de-politicas-para-as-mulheres>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2019. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/relatorios/politica-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-no-estado-do-espírito-santo>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 3-16, 2019. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702/4774>. Acesso em: 15 nov. 2025.

ONU MULHERES. **Revisão de políticas públicas para equidade de gênero e direitos das mulheres**. Brasília: ONU Mulheres, 2025. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2025/02/Revisão-de-Políticas-Públicas-sobre-as-Mulheres-3-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

RIBEIRO, Ludmila; PATRÍCIO, Luciane. Indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas municipais de segurança pública: uma reflexão a partir de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 6-29, 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/24>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Capítulo IV

Políticas de indenização e possíveis impactos socioeconômicos: breves proposições sobre a contradição da baixa disponibilidade de trabalhadores e a alta oferta de vagas na cidade de Linhares/ES

Bárbara Broedel Sardinha

Samanta Sampaio

Resumo

O presente estudo analisa a aparente contradição observada no mercado de trabalho de Linhares/ES, marcada pela coexistência entre alta oferta de vagas e dificuldades no preenchimento de determinados postos de trabalho. O objetivo geral consiste em examinar, em perspectiva preliminar, de que modo as políticas de indenização recentes e a baixa atratividade salarial de funções de base podem estar relacionadas a esse cenário. Busca-se, assim, compreender seus possíveis impactos socioeconômicos no mercado local. A metodologia adotada baseia-se em análise bibliográfica, documental e de dados oficiais. A discussão desenvolvida sugere que a ampliação temporária da renda de parte da população, associada à baixa remuneração e às condições pouco atrativas de determinadas vagas, pode ter contribuído para redefinir critérios de aceitação do trabalho formal, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação profissional, à valorização salarial e à melhoria das condições de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Indenização. Renda. Emprego. Linhares.

Introdução

Nos últimos anos, o município de Linhares tem vivenciado um fenômeno particular no mercado de trabalho local. Apesar do crescimento do número de vagas de emprego formal e dos saldos positivos registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), empresas do município têm relatado dificuldades para preencher postos de trabalho disponíveis, especialmente nos setores de comércio, serviços e indústria. Não se trata, portanto, da ausência de oportunidades de emprego na região, mas da existência de transformações recentes na dinâmica econômica local que parecem ter alterado, ao menos em parte, os padrões de escolha da população em relação à inserção profissional.

Entre os fatores que podem estar relacionados a esse cenário, destacam-se os efeitos das indenizações e dos programas de reparação destinados às pessoas atingidas pelo desastre na Bacia do Rio Doce. A partir de 2024, parcela da população local passou a receber compensações por danos sofridos, por meio do Programa Indenizatório Definitivo (PID), bem como valores mensais oriundos do Programa de Transferência de Renda (PTR), que podem alcançar até 1,5 salário mínimo por período prolongado. Tais programas parecem ter produzido impactos relevantes sobre a renda de parte dos beneficiários, especialmente daqueles que anteriormente exerciam atividades de baixa remuneração. Nesse contexto, é possível supor que a ampliação temporária da renda tenha influenciado, em alguma medida, as decisões relacionadas à aceitação de empregos com menor atratividade salarial.

Nessa direção, o ponto central da presente pesquisa consiste em compreender por que empresas e estabelecimentos comerciais de Linhares vêm enfrentando dificuldades para preencher vagas disponíveis, mesmo diante da existência de oferta significativa de postos de trabalho. O estudo busca analisar, em perspectiva preliminar, os possíveis impactos socioeconômicos das indenizações recentes, especialmente aquelas vinculadas ao PID e ao PTR, sobre o mercado de trabalho local, considerando também o papel desempenhado pela baixa remuneração em funções de base.

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender um fenômeno que produz efeitos importantes sobre a dinâmica econômica do município. Dados da Prefeitura de Linhares indicam que mais de 1.100 postos de trabalho foram criados apenas no primeiro trimestre de 2025. Em contrapartida, informações divulgadas pela Fundação Renova e pela Câmara Municipal apontam que mais de 3.900 moradores foram atendidos por programas de reparação, sendo 1.735 contemplados com cartões de indenização. A coexistência entre a geração de empregos e as dificuldades de contratação reforça a importância de examinar os fatores socioeconômicos que podem estar influenciando o comportamento recente dos trabalhadores na região.

Por outro lado, a compreensão dessa dinâmica também pode oferecer subsídios para o debate sobre políticas públicas voltadas à qualificação profissional, à valorização salarial e ao aprimoramento da relação entre oferta e demanda de trabalho em Linhares. A utilização de dados oficiais, relatórios e documentos relacionados ao tema permite construir uma leitura inicial da problemática, indicando caminhos possíveis para análises futuras mais aprofundadas.

No plano teórico, este estudo dialoga com autores como Ricardo Antunes e Amartya Sen. Enquanto Antunes contribui para a compreensão da precarização do trabalho e da baixa atratividade de empregos mal remunerados, Sen oferece elementos para pensar como a ampliação da renda pode repercutir sobre a autonomia de decisão dos indivíduos. Complementam esse referencial estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) acerca dos impactos de programas de transferência de renda sobre o comportamento da força de trabalho. Tais aportes permitem relacionar a realidade de Linhares a transformações mais amplas do mercado de trabalho brasileiro.

A discussão teórica aqui mobilizada oferece base para a interpretação da situação observada no município, especialmente no que diz respeito aos possíveis efeitos das indenizações, às mudanças no perfil de decisão dos trabalhadores e às fragilidades estruturais de setores que tradicionalmente oferecem remunerações mais baixas. Trata-se, portanto, de uma aproximação inicial a um problema complexo, cujo aprofundamento demandará investigações futuras mais detalhadas.

Discussão teórica

A dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro tem sido marcada por processos de flexibilização, terceirização e deterioração das condições laborais, como aponta Ricardo Antunes. Para o autor, a precarização não se limita ao trabalho informal, mas também se manifesta em empregos formais marcados por baixa remuneração, jornadas exaustivas e reduzida estabilidade. Esse cenário leva muitos trabalhadores a adotar critérios mais rigorosos antes de aceitar vagas que não lhes

assegurem condições mínimas de vida. No caso de Linhares, onde parte significativa das oportunidades está concentrada em setores com salários iniciais baixos, as reflexões de Antunes ajudam a compreender por que pode haver maior seletividade entre os trabalhadores, especialmente em um período marcado pela entrada de recursos indenizatórios.

Os estudos do IPEA, desenvolvidos por autores como Fábio Veras Soares, Marcelo Medeiros e Sergei Soares, indicam que transferências de renda e compensações financeiras podem alterar, de maneira relevante, os incentivos econômicos das famílias. Esses pesquisadores apontam que, quando há aumento da renda disponível, ainda que temporário, as estratégias domésticas de trabalho tendem a se reorganizar, o que pode repercutir sobre a oferta imediata de mão de obra. Programas dessa natureza podem reduzir a urgência de aceitação de empregos de baixa remuneração e, ao mesmo tempo, elevar expectativas salariais e ampliar a capacidade de negociação dos trabalhadores. No contexto de Linhares, tal referencial permite levantar a hipótese de que as indenizações do PID e os pagamentos do PTR possam ter influenciado, ao menos em parte, as decisões relacionadas à aceitação de vagas com remuneração inferior às novas condições materiais de determinadas famílias.

Amartya Sen complementa esse debate ao destacar que a renda não garante apenas a sobrevivência, mas pode também ampliar liberdades e capacidades reais de escolha. Segundo o autor, indivíduos que alcançam um nível mínimo de segurança financeira passam a exercer maior autonomia sobre suas decisões, deixando de aceitar, de forma imediata, ocupações que antes se apresentavam como a única alternativa possível. Assim, programas de transferência de renda e indenizações podem ser compreendidos como mecanismos de expansão das capacidades dos trabalhadores, permitindo-lhes buscar oportunidades mais vantajosas ou aguardar condições mais favoráveis de contratação. No caso de Linhares, os valores provenientes do PID e do PTR parecem ter ampliado temporariamente o leque de escolhas de parte da população atingida, alterando sua relação com o mercado de trabalho formal.

A literatura analisada sugere, portanto, que mudanças bruscas na renda, como as produzidas por programas de reparação, podem afetar o equilíbrio entre oferta e

demanda de trabalhadores. Estudos do IPEA indicam que, diante de uma ampliação de renda, ainda que temporária, os trabalhadores tendem a buscar ocupações que atendam não apenas às necessidades imediatas, mas também a critérios como qualidade do trabalho, estabilidade e reconhecimento social. Nesse sentido, as indenizações recebidas pelas famílias atingidas pelo desastre na Bacia do Rio Doce podem ter funcionado como uma renda de transição, reduzindo, em certa medida, a urgência de adesão a vagas em setores como comércio, serviços e indústria, nos quais os salários iniciais frequentemente permanecem baixos.

Ao se articularem as contribuições de Antunes, dos estudos do IPEA e de Sen, torna-se possível compreender que a situação observada em Linhares não decorre, necessariamente, da ausência de vagas ou da inexistência de trabalhadores disponíveis, mas de um possível desencontro conjuntural entre incentivos econômicos, expectativas salariais e condições oferecidas pelas empresas. A precarização estrutural do trabalho, somada ao aumento temporário da renda de parte das famílias e à ampliação de sua autonomia decisória, contribui para um contexto em que determinados postos de trabalho podem se tornar menos atrativos. Desse modo, a discussão teórica sugere que o enfrentamento desse descompasso passa não apenas pela ampliação do número de vagas, mas também pela formulação de políticas de qualificação profissional, valorização salarial e melhoria das condições de trabalho.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

Os dados mais recentes sobre o mercado de trabalho formal em Linhares/ES indicam um movimento consistente de expansão das contratações, especialmente nos setores de serviços, comércio e indústria. Apenas nos três primeiros meses de 2025, o município superou a marca de mil novos postos de trabalho e, nos últimos anos, tem mantido saldos positivos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). À primeira vista, esse conjunto de números sugere um cenário econômico aquecido e diversificado. Contudo, relatos provenientes de empresários e instituições locais apontam dificuldades crescentes no preenchimento de determinadas vagas,

sobretudo aquelas associadas a salários mais baixos, o que sugere a existência de um descompasso entre a oferta de postos e a disposição imediata para ocupá-los.

Parte desse comportamento pode estar relacionada aos pagamentos extraordinários provenientes das indenizações do Programa Indenizatório Definitivo (PID) e das transferências mensais do Programa de Transferência de Renda (PTR), destinados às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Esses programas passaram a injetar valores expressivos na economia local. O PTR, por exemplo, transfere até 1,5 salário mínimo por mês durante três anos, além de um ano adicional com um salário mínimo. Já o PID contempla pagamentos únicos elevados, em alguns casos próximos de R\$ 35.000. Para as famílias contempladas, esses recursos representam uma ampliação temporária, mas significativa, da renda disponível.

Essa elevação da renda parece repercutir sobre a forma como parte dos beneficiários conduz sua busca por trabalho. A literatura do IPEA indica que transferências financeiras podem fortalecer a capacidade de negociação dos trabalhadores e reduzir a pressão imediata para aceitação de vagas de baixa remuneração. Nessa perspectiva, a decisão de assumir um emprego passa a considerar, com maior peso, fatores como condições de trabalho, possibilidade de crescimento profissional, tempo de deslocamento e alinhamento com expectativas pessoais. Assim, mesmo diante da existência de vagas no comércio, nos serviços e na indústria, é possível que parte da população prefira aguardar oportunidades consideradas mais vantajosas ou recorrer, temporariamente, a atividades informais e autônomas.

A análise dos salários praticados na região ajuda a iluminar esse descompasso. Em grande parte das vagas disponíveis, a remuneração inicial varia entre um e dois salários mínimos, frequentemente associada a exigências físicas intensas e jornadas extensas. Quando comparada ao PTR, que pode assegurar até 1,5 salário mínimo sem vinculação laboral direta, parte dessas vagas tende a se tornar menos atrativa para trabalhadores que já contam com uma renda mínima garantida por determinado período. Essa diferença pode reduzir o incentivo para o ingresso imediato no mercado formal por parte de alguns beneficiários.

Além disso, o pagamento único do PID pode permitir que determinadas famílias reorganizem suas prioridades econômicas. O valor recebido pode ser utilizado para quitação de dívidas, realização de pequenos investimentos ou sustentação de um período mais longo de procura por emprego. Esse efeito dialoga com a perspectiva de Amartya Sen sobre ampliação das capacidades, na medida em que a segurança financeira mínima pode ampliar também o espaço de decisão, permitindo escolhas orientadas não apenas pela urgência, mas por critérios mais amplos de conveniência e expectativa.

A interpretação de Ricardo Antunes (2018) sobre a reestruturação produtiva também se mostra relevante. Segundo o autor, grande parte das vagas existentes em setores como comércio, logística e indústria está associada a condições de precarização, baixa qualificação exigida e alta rotatividade. A combinação entre esse tipo de oferta e a ampliação temporária da renda de parte das famílias pode contribuir para que a recusa de determinadas oportunidades seja resultado de uma avaliação mais criteriosa das condições oferecidas, e não necessariamente de desinteresse pelo trabalho em si. Por essa razão, o que tem sido nomeado como “crise de mão de obra” pode ser lido também sob uma perspectiva qualitativa.

Outro elemento a considerar é a possibilidade de deslocamento parcial para atividades informais ou autônomas, que, embora apresentem maior instabilidade, podem oferecer maior flexibilidade e controle sobre a rotina. Estudos do IPEA identificam que, em determinados contextos, famílias beneficiadas por transferências de renda podem reorganizar temporariamente sua relação com o mercado de trabalho, o que ajuda a compreender por que empregos formais mal remunerados podem se tornar menos atrativos no curto prazo.

Também é necessário considerar o contexto social mais amplo. O desastre da Bacia do Rio Doce produziu impactos econômicos, ambientais e emocionais duradouros. Muitas famílias ainda vivenciam processos de reorganização da vida cotidiana, mudanças residenciais e prolongadas incertezas. Nesse cenário, os recursos do PID e do PTR podem funcionar como base de estabilidade, contribuindo para uma postura

mais cautelosa diante da aceitação de empregos que não apresentem vantagens materiais ou simbólicas mais expressivas.

Para as empresas, esse contexto representa desafios relevantes. Muitos empregadores relatam dificuldades para atrair candidatos para funções que oferecem baixa remuneração, exigem elevado esforço e apresentam poucas perspectivas de crescimento. Embora tal problema não seja inteiramente novo, a ampliação temporária da renda de parte da população parece ter tornado mais visíveis as limitações estruturais de determinados postos de trabalho. Sem melhorias salariais e sem condições mais atrativas, a tendência é que essas dificuldades de contratação persistam.

Diante desse panorama, tornam-se relevantes políticas públicas voltadas ao emprego, à qualificação profissional e ao subsídio estatal de empresas e setores mais afetados com baixa mão de obra, a fim de considerar o delineamento de ações estratégicas para mitigar essas demandas. Uma resposta mais consistente ao problema exige ações de formação alinhadas às necessidades do mercado local, combinadas com iniciativas de valorização salarial e de melhoria das condições de trabalho. Parcerias entre governo local, setor produtivo, sindicatos e instituições de formação, como SENAI e SINE, podem contribuir para reduzir o descompasso atualmente observado.

Dessa maneira, os elementos analisados sugerem que a situação observada em Linhares não decorre apenas da existência de vagas ou da disponibilidade genérica de trabalhadores, mas de um contexto de transição socioeconômica no qual a entrada temporária de renda não proveniente do trabalho parece ter ampliado a autonomia de decisão de parte das famílias e tornado mais evidentes as limitações estruturais do mercado formal. Nesse sentido, o problema demanda leitura cautelosa e aprofundamento empírico posterior, como: entrevistas com trabalhadores que recebem/receberam valores dos programas indenizatórios; levantamento de dados quanto aos cargos e setores com maiores dificuldades para preenchimento, bem como os valores salariais oferecidos, a fim de que possamos compreender com maior precisão o peso relativo de cada fator envolvido.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Programa de Transferência de Renda (PTR)**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/servicos/novo-acordo-da-bacia-do-rio-doce/programa-de-transferencia-de-renda>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Novo CAGED**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Novo Acordo Rio Doce - PTR Pesca**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/ptr-pesca/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Novo Acordo Rio Doce - PTR Rural**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/ptr-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ES FALA. Indenizações por desastre da Bacia do Rio Doce ultrapassam R\$ 6,8 bilhões e beneficiam 145 mil pessoas. **ES Fala**, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://www.esfala.com.br/2025/07/23/indenizacoes-por-desastre-da-bacia-do-rio-doce-ultrapassam-r-68-bilhoes-e-beneficiam-145-mil-pessoas/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Documentos**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.reparacaobaciariodoce.com/documentos/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Boletins**. Vitória, ES: IJSN, 2025. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/boletins>. Acesso em: 25 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília, DF: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1228). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1905>. Acesso em: 19 abr. 2026.

LINHARES (Câmara Municipal). Câmara recebe Fundação Renova para apresentação de dados sobre reparação. **Câmara Municipal de Linhares**.

LINHARES (Prefeitura Municipal). Linhares gera 1,1 mil empregos formais no 1º trimestre de 2025. **Prefeitura de Linhares**, 2025. Disponível em: <https://linhares.es.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SAMARCO. **Reparação**. Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://www.samarco.com/reparacao>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Fabio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília, DF: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1228). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1905>. Acesso em: 19 abr. 2026.

Eixo II - Educação, infância e juventudes

Capítulo V

Políticas públicas na Educação Infantil Básica: construindo a vida escolar desde a primeira infância

Eliane Vieira Celestrini Dias

Raquel Santos Saraiva

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, na disciplina de Introdução às Políticas Públicas, da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli). A proposta surgiu em sala de aula, a partir da sistematização de ideias pelos alunos, com o objetivo de refletir sobre uma política pública voltada às crianças da primeira infância em situação de vulnerabilidade que se encontram fora da escola, bem como sobre os impactos dessa realidade na inserção das mães no mercado de trabalho. Parte-se da compreensão de que a ampliação do acesso à Educação Infantil pode contribuir tanto para a garantia de direitos das crianças quanto para a criação de condições mais favoráveis ao retorno ou ingresso das mulheres na vida profissional, com possíveis efeitos positivos sobre a renda familiar e sobre o desenvolvimento social.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação Infantil Básica. Primeira infância. Vulnerabilidade social.

Introdução

Diversos estudos apontam que a atenção à primeira infância deve ocupar lugar central nas políticas públicas brasileiras. O período que vai dos 0 aos 6 anos de idade é crucial não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para a redução das desigualdades sociais e para o próprio desenvolvimento da sociedade. Evidências oriundas das ciências biológicas e sociais demonstram que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos oneroso do que tentar reverter, posteriormente, os efeitos das adversidades precoces. Estudo do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) evidencia, ainda, os desafios enfrentados pelas mulheres em relação à participação no mercado de trabalho após o nascimento dos filhos. Segundo a pesquisa, quanto menor a idade do filho mais novo, menor tende a ser a probabilidade de participação materna na força de trabalho.

Diversos países que alcançaram avanços econômicos e sociais consistentes passaram a tratar a primeira infância como pilar estratégico de seu desenvolvimento, reconhecendo-a como fase de elevada plasticidade cerebral e de formação de capacidades fundamentais. No contexto brasileiro, contudo, o investimento em Educação Infantil Básica, compreendendo creche e pré-escola, historicamente se mostrou insuficiente e fragmentado entre políticas de educação, saúde e assistência social. Essa lacuna estrutural na garantia do direito à educação infantil implica a perda de uma janela crítica de oportunidades, uma vez que as adversidades socioeconômicas e ambientais vivenciadas por crianças de 0 a 6 anos oriundas de famílias vulneráveis podem gerar déficits de desenvolvimento que se tornam mais difíceis e mais custosos de enfrentar ao longo da vida, contribuindo para a reprodução intergeracional da pobreza.

Esse cenário de subinvestimento institucional se agrava quando considerado o peso da reprodução social do cuidado. Ao não assegurar, de forma plena, vagas de qualidade e em quantidade suficiente, a política pública de Educação Infantil transfere às famílias (e, sobretudo, às mulheres) a maior parte da responsabilidade pelo cuidado infantil. Conforme evidenciado pela pesquisa do FGV Ibre, a responsabilidade primordial pelos filhos pequenos constitui fator limitante direto e significativo para a participação feminina no mercado de trabalho. Essa dinâmica não apenas restringe oportunidades econômicas e o desenvolvimento profissional das mães, contribuindo para a desigualdade de gênero, mas também impede que uma parcela expressiva da população exerça plenamente suas capacidades produtivas e sociais.

Diante do reconhecimento científico da primeira infância como etapa estratégica para a redução das desigualdades, a problemática central deste estudo consiste em indagar de que maneira o déficit ou a inadequação da provisão estatal de serviços de Educação Infantil Básica, especialmente creches e pré-escolas, limita a inserção das mulheres no mercado de trabalho e repercute na construção das bases da vida escolar das crianças. O objetivo geral do trabalho é analisar a relação entre a permanência de crianças da primeira infância fora da escola e a dificuldade de inserção de suas mães no mercado de trabalho, buscando identificar gargalos na política de Educação

Infantil e refletir sobre caminhos possíveis para estratégias públicas voltadas ao desenvolvimento integral da criança e à promoção da equidade de gênero.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender o investimento em Educação Infantil não apenas como gasto social, mas como estratégia pública de alto retorno social. A literatura especializada, especialmente os estudos de custo-benefício, como os de James Heckman, sustenta que o investimento na primeira infância tende a produzir efeitos relevantes em produtividade, redução da criminalidade e diminuição de gastos futuros com saúde e assistência social. A análise aqui proposta busca, assim, oferecer subsídios para o debate público e para a reflexão de gestores, ao reforçar a ideia de que a expansão de serviços de qualidade na educação infantil não se limita a uma medida assistencial ou educacional, mas se configura também como instrumento relevante de enfrentamento das desigualdades sociais.

A relevância social do estudo também reside em seu foco sobre duas faces interligadas da desigualdade: a infantil e a de gênero. Ao analisar a relação entre a provisão de Educação Infantil Básica e a participação feminina na força de trabalho, o texto contribui para o debate sobre equidade. Segundo dados do FGV Ibpe (2023), mais de 2,7 milhões de crianças de 2 a 3 anos estão fora da escola no Brasil. A maioria dessas crianças tem mães negras (64%) e não ocupadas no mercado de trabalho (57%). Esses dados sugerem que a insuficiência de creches e pré-escolas pode constituir entrave importante tanto à garantia do direito à educação quanto às possibilidades de retorno ou ingresso de muitas mulheres no mercado de trabalho.

Este trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com apoio em análise de conteúdo de documentos normativos e estudos especializados. A investigação apoiou-se em revisão bibliográfica voltada aos conceitos de primeira infância, Educação Infantil, capital humano e políticas de bem-estar social. A coleta de dados realizou-se por meio de fontes secundárias oficiais e públicas, como os levantamentos do FGV Ibpe, utilizados para observar indicadores de cobertura de creches e pré-escola, bem como dados sobre a taxa de ocupação de mulheres com filhos menores de 6 anos. Tal abordagem permitiu

estabelecer, em perspectiva preliminar, uma relação entre a oferta de serviços públicos de Educação Infantil e determinados comportamentos sociodemográficos e econômicos da população analisada.

Discussão Teórica

A centralidade do investimento na Educação Infantil pode ser compreendida à luz da teoria do Capital Humano. Theodore W. Schultz argumenta que déficits iniciais no desenvolvimento cognitivo e socioemocional, resultantes de ambientes precários e de baixa estimulação, tendem a produzir lacunas que a escolarização posterior não consegue preencher de forma integral. Nessa perspectiva, o retorno do investimento tende a ser decrescente com o avanço da idade, de modo que investir na base, isto é, na faixa dos 0 aos 6 anos, com atenção à qualidade pedagógica, revela-se social e economicamente mais vantajoso do que postergar essa intervenção para etapas posteriores da vida. No Brasil, essa formulação dialoga com a necessidade de enfrentar a reprodução intergeracional da pobreza, frequentemente alimentada pela baixa qualidade dos insumos de desenvolvimento disponíveis às famílias de menor renda, evidenciando que a Educação Infantil constitui dimensão estratégica do desenvolvimento nacional.

Essa perspectiva permite enxergar o investimento na Educação Infantil como a base para o aumento da produtividade e da capacidade inovadora futura, pois é o período em que a formação das bases cognitivas é mais eficiente. O foco não é apenas em cuidar, mas na formação integral das capacidades cognitivas e socioemocionais desde a idade mais tenra. Essa visão é complementada pela Teoria da Reprodução Social, ligada aos trabalhos de Pierre Bourdieu, centrada em como as desigualdades são transmitidas entre gerações, principalmente por meio do sistema educacional e da cultura.

Entretanto, a teoria do Capital Humano, tomada isoladamente, mostra-se insuficiente sem o complemento de abordagens que permitam compreender a dimensão social e relacional do cuidado. O trabalho de cuidado e educação das crianças é

indispensável à manutenção da vida social e à reprodução da força de trabalho presente e futura. Na maior parte das sociedades, e particularmente no contexto brasileiro, esse trabalho permanece amplamente invisibilizado, não remunerado e socialmente atribuído às mulheres. Nessa chave, a contribuição de Pierre Bourdieu permite compreender que a ausência ou insuficiência de políticas públicas universais de cuidado e educação, como creches e pré-escolas, não decorre de uma simples contingência, mas integra uma dinâmica estrutural que transfere às famílias e, sobretudo, às mulheres, os custos da reprodução social, reforçando desigualdades já existentes e limitando suas possibilidades de inserção em condições mais equânimes no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a política pública de Educação Infantil deve ser interpretada como uma intervenção voltada não apenas ao desenvolvimento da criança, mas também à promoção da justiça social e de gênero. O acesso universal e qualificado ao cuidado e à educação infantil, além de contribuir para o desenvolvimento de capacidades fundamentais na primeira infância, constitui condição relevante para a ampliação da autonomia das mulheres. Conforme propõe Amartya Sen, o desenvolvimento deve ser compreendido a partir da expansão das capacidades e liberdades reais dos indivíduos. Uma mãe sem acesso à creche tem severamente reduzidas suas possibilidades de escolha em relação ao trabalho, à continuidade dos estudos e à participação mais ampla na vida pública, o que revela limites concretos à expansão de suas liberdades.

O desafio brasileiro, portanto, é necessariamente intersetorial. A política de Educação Infantil não pode ser pensada de forma restrita ao campo educacional, mas deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento social e econômico. Essa articulação exige considerar o contexto das desigualdades estruturais e assegurar que o direito à vaga se traduza, efetivamente, em uma experiência de cuidado e educação de qualidade, capaz de fortalecer as bases da vida escolar futura e contribuir para o enfrentamento das desigualdades desde a primeira infância

Breve análise de dados e resultados

A análise dos dados do FGV Ibre (2023) sobre a cobertura da Educação Infantil evidencia a gravidade da problemática: mais de 2,7 milhões de crianças de 2 a 3 anos estão fora da escola, e a maioria delas tem mães negras (64%) e fora do mercado de trabalho (57%). Esses dados sugerem a permanência de um déficit significativo na oferta de creches para a faixa etária de 0 a 3 anos, especialmente entre as famílias de menor renda, justamente onde os efeitos das desigualdades sociais se manifestam com maior intensidade. Tal insuficiência constitui um dos principais obstáculos à efetivação de políticas integradas voltadas à primeira infância.

Sob a perspectiva do Capital Humano, a ausência de acesso a ambientes de cuidado e estimulação adequados nessa etapa crítica da vida pode comprometer trajetórias futuras de escolarização, desenvolvimento e inserção social, reduzindo os efeitos positivos de investimentos realizados em fases posteriores. Quando esses dados são articulados à participação feminina no mercado de trabalho, a análise ganha densidade à luz da discussão sobre Reprodução Social. O estudo do FGV Ibre (2023), já mencionado, mostra que quanto menor a idade do filho mais novo, menor tende a ser a probabilidade de participação da mãe na força de trabalho. Esse dado não representa apenas uma estatística sobre emprego, mas expressa, de modo concreto, a permanência do ônus do cuidado concentrado sobre a figura materna, limitando suas escolhas e restringindo a ampliação de suas capacidades.

Diante desse quadro, a política pública necessária para enfrentar a problemática deve ser pensada em chave universal, qualificada e intersetorial. Isso significa considerar, simultaneamente, o desenvolvimento integral da criança, no plano do direito à educação e da formação de capacidades, e a ampliação das condições de autonomia das mulheres. Nessa perspectiva, a expansão qualificada da Educação Infantil, articulada a outras medidas de apoio ao cuidado, pode constituir uma resposta relevante para o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero.

Considerações Finais

A presente análise sobre as políticas públicas na Educação Infantil Básica reafirma que o investimento na primeira infância não deve ser compreendido apenas como obrigação social, mas também como dimensão estratégica para o desenvolvimento e para a redução das desigualdades. A articulação entre déficit de cobertura e restrição da participação feminina no mercado de trabalho evidencia que a insuficiência da provisão estatal de educação infantil de qualidade compromete, ao mesmo tempo, a construção das bases da vida escolar das crianças e as possibilidades de autonomia econômica das mulheres.

O objetivo proposto por este capítulo foi o de analisar a relação entre a permanência de crianças da primeira infância fora da escola e a dificuldade de inserção de suas mães no mercado de trabalho, buscando identificar gargalos na política de Educação Infantil. A reflexão desenvolvida indica que uma resposta pública mais consistente a esse problema precisa assumir caráter intersetorial, ampliar a oferta de vagas com qualidade e reconhecer a centralidade do cuidado como dimensão estruturante da justiça social. Assim, mais do que oferecer uma solução definitiva, este texto pretende contribuir, em caráter preliminar, para o debate sobre a Educação Infantil como política pública essencial à promoção do desenvolvimento integral da criança e da equidade de gênero.

Referências

FGV IBRE. **Crianças fora da escola e empregabilidade feminina**. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 2024. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/criancas-fora-da-escola-e-empregabilidade-feminina>. Acesso em: 5 dez. 2025.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Capítulo VI

Segurança alimentar dos alunos da rede pública de ensino durante o período de recesso escolar: análise das políticas públicas

Carlos Alberto da Silva Corrêa

Rony Preato Pião

Vinicius de Souza Sant' Ana

Resumo

O presente estudo analisa, em perspectiva preliminar, políticas públicas municipais voltadas à garantia da segurança alimentar de estudantes da rede pública durante o recesso escolar. Especificamente, busca mapear estratégias adotadas, identificar limites operacionais e examinar possíveis efeitos sociais das iniciativas implementadas. A metodologia adotada baseia-se em análise bibliográfica e documental, com apoio em dados secundários e registros administrativos. Os resultados sugerem que modelos como escolas-polo e cartões-alimentação podem contribuir para mitigar a insegurança alimentar no período de férias, embora apresentem potencialidades e limites distintos. A análise indica, ainda, que arranjos híbridos podem ampliar a cobertura e responder de forma mais flexível às diferentes realidades territoriais, reforçando a necessidade de políticas públicas continuadas em períodos sem atendimento do PNAE.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Políticas públicas. Recesso escolar. Alimentação escolar. Férias escolares.

Introdução

A insegurança alimentar, fenômeno estrutural no Brasil, atinge de forma particularmente intensa crianças e adolescentes da rede pública de ensino, para os quais a alimentação escolar representa, muitas vezes, importante aporte nutricional diário. Durante o período letivo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atua como política de proteção social, influenciando diretamente o desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes. No entanto, a interrupção dessa oferta durante o recesso expõe muitas crianças ao risco de agravamento da

insegurança alimentar, fragilização da saúde e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas.

Esse cenário resulta da combinação entre renda insuficiente, desigualdades persistentes, ausência de políticas complementares e limitações operacionais nos sistemas locais de proteção social. Por essa razão, diversos municípios passaram a implementar iniciativas específicas para garantir alimentação durante as férias escolares, como a abertura de escolas-polo, a distribuição de cestas básicas e a concessão de cartões-alimentação. Tais medidas surgem como respostas governamentais ao vazio institucional deixado pela ausência de cobertura do PNAE no período de recesso.

A problemática central deste trabalho consiste em compreender em que medida essas políticas municipais de alimentação nas férias podem contribuir para mitigar a insegurança alimentar e quais arranjos institucionais apresentam resultados mais promissores. Assim, o objetivo geral é analisar a configuração, o desenho institucional e os efeitos das iniciativas implementadas em diferentes municípios, com atenção especial a experiências observadas no Espírito Santo.

A relevância do estudo apoia-se na magnitude da fome no país: mais de 24% dos domicílios brasileiros vivenciam algum grau de insegurança alimentar, segundo dados do IBGE (2024). Como o PNAE não assegura alimentação durante o recesso, esse hiato repercute diretamente sobre a saúde, o desempenho escolar e a rotina familiar, especialmente em territórios marcados por maior vulnerabilidade social. Relatórios do UNICEF (2025) indicam, ainda, que a insegurança alimentar segue afetando de forma significativa crianças e adolescentes no Brasil, especialmente aqueles inseridos em contextos de maior privação social.

A discussão teórica dialoga com autores que analisam políticas públicas e capacidades estatais. Etulain (2021) destaca a importância da intersectorialidade no enfrentamento das vulnerabilidades sociais, enquanto Lotta (2019) discute os desafios de implementação, coordenação e articulação federativa. Esses aportes contribuem para compreender os limites institucionais envolvidos na execução de iniciativas alimentares dessa natureza.

No plano metodológico, o estudo adota abordagem qualitativa, com apoio em dados secundários de natureza quantitativa, provenientes de relatórios municipais, bases do IBGE, registros administrativos e estudos acadêmicos. Trata-se de uma análise bibliográfica e documental comparativa, voltada à identificação de elementos diagnósticos sobre as experiências selecionadas, seus formatos institucionais e seus possíveis efeitos sociais.

Discussão Teórica

O direito humano à alimentação adequada constitui fundamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pela Lei nº 11.346/2006, e articula-se com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, Belik (2012) argumenta que a segurança alimentar depende de arranjos institucionais eficientes e contínuos, enquanto Alves e Souza (2014) defendem a integração entre políticas setoriais como condição necessária para o enfrentamento das vulnerabilidades estruturais.

No âmbito escolar, a alimentação representa importante instrumento de inclusão social e proteção, como indicam documentos e recomendações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que reforçam a centralidade do PNAE no enfrentamento da insegurança alimentar e na garantia do direito humano à alimentação adequada (CONSEA, 2024). Fernandes e Guerra (2023), por sua vez, apontam que, durante o recesso escolar, a ausência das refeições ofertadas pela escola tende a aprofundar os efeitos da insegurança alimentar entre famílias em maior situação de risco social.

Lotta (2019) destaca que as capacidades estatais (administrativas, financeiras e operacionais) condicionam o grau de eficiência de programas públicos, especialmente daqueles que envolvem logística, nutrição e atendimento direto ao público. Assim, a efetividade das políticas municipais voltadas à alimentação escolar durante o recesso depende não apenas da existência formal da iniciativa, mas

também da coordenação entre setores, da capacidade de gestão local e da utilização de mecanismos adequados de acompanhamento e avaliação.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

O recesso escolar constitui período crítico para a segurança alimentar, uma vez que interrompe, ainda que temporariamente, uma das principais políticas de alimentação acessadas por crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Dados municipais e experiências recentes demonstram que a demanda por políticas complementares tende a crescer durante as férias escolares, exigindo soluções com alcance ampliado e capacidade de coordenação institucional. Nesse contexto, embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegure alimentação durante o período letivo, sua ausência no recesso motivou o surgimento de iniciativas municipais e estaduais voltadas ao enfrentamento dessa lacuna (BRASIL, 2006; LOTTA, 2019).

Essas políticas reforçam a centralidade da escola como espaço de promoção da segurança alimentar e nutricional, de prevenção da fome e de inclusão social, especialmente em contextos nos quais outras redes de proteção podem se mostrar insuficientes. Ao lado da atuação estatal, o terceiro setor também assume papel relevante no monitoramento e no combate emergencial à fome, contribuindo para dar visibilidade ao problema e para ampliar as formas de resposta (CONSEA, 2024; FERNANDES; GUERRA, 2023).

No plano institucional, verificam-se diferentes propostas e arranjos voltados à garantia da alimentação durante o período de férias ou de afastamento das atividades escolares. Entre essas alternativas, destacam-se a abertura de escolas-polo para oferta direta de refeições, a distribuição de cestas básicas e kits de alimentos, bem como a concessão de cartões-alimentação para aquisição de gêneros em estabelecimentos credenciados. Tais medidas têm como principal objetivo atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que podem permanecer sem acesso regular a refeições completas durante o recesso. Em geral, essas iniciativas se dirigem a estudantes matriculados na rede pública, com

frequência escolar mínima e inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) ou em cadastro equivalente.

O modelo de abertura de escolas-polo, adotado em Linhares/ES, oferece um exemplo importante dessa estratégia. No recesso de janeiro de 2025, foram servidas 23.078 refeições em dez unidades escolares, o que sugere forte demanda concentrada em regiões de maior vulnerabilidade. Entre as escolas com maior número de atendimentos, destacam-se Adelson Del' Santo, com 2.033 refeições, Rio Doce, com 1.778, e Eliana Correia Pinafo, com 1.690. Esses dados indicam a presença de territórios mais fortemente marcados pela insegurança alimentar e revelam a relevância da política pública no período de recesso. Ao mesmo tempo, o modelo apresenta vantagens no controle nutricional, uma vez que conta com supervisão de nutricionistas e com o preparo das refeições por merendeiras, assegurando alimentação completa e balanceada. Por outro lado, também apresenta limites relacionados ao alcance territorial, à necessidade de deslocamento das famílias e ao custo operacional mais elevado.

Em contraste, o programa Serra Nutri Férias, implantado no município da Serra/ES, opera por meio da concessão de cartões-alimentação distribuídos a mais de 70 mil estudantes da rede municipal. Com valores de R\$ 150,00 em janeiro e R\$ 100,00 em julho, a iniciativa amplia a autonomia das famílias para a aquisição de alimentos, reduz custos logísticos e favorece maior abrangência territorial. A universalização e a agilidade da entrega aparecem, assim, como vantagens relevantes desse modelo. Entretanto, seu limite principal reside na menor capacidade de controle nutricional, uma vez que não é possível assegurar, com o mesmo grau de rigor, que os alimentos adquiridos atendam adequadamente às necessidades específicas de crianças e adolescentes.

A comparação entre essas experiências revela um dilema recorrente entre qualidade nutricional e amplitude operacional. Enquanto os polos de alimentação garantem maior padronização e segurança alimentar direta, os cartões-alimentação favorecem capilaridade, flexibilidade e maior autonomia familiar. Os dados e experiências analisados sugerem, portanto, que nenhum desses modelos, isoladamente, é

suficiente para responder de forma plena ao problema da insegurança alimentar durante o recesso escolar. Iniciativas como o Férias sem Fome, articulado pelo SESC/Mesa Brasil, reforçam a importância de abordagens multissetoriais e complementares.

Diante desse quadro, a literatura e os dados observados apontam para a pertinência de políticas híbridas, capazes de combinar atendimento direto em polos para áreas de extrema vulnerabilidade, concessão de cartões-alimentação para ampliar escala e cobertura territorial, articulação com o terceiro setor para suprir lacunas emergenciais e mecanismos contínuos de monitoramento nutricional e social. Nessa perspectiva, a política pública necessária não deve ser pensada apenas em termos de logística de distribuição, mas como arranjo institucional capaz de articular eficiência operacional, qualidade nutricional, equidade territorial e avaliação permanente, de modo a reduzir o risco de desassistência alimentar durante o recesso escolar.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que a segurança alimentar de crianças e adolescentes da rede pública de ensino não pode ser pensada apenas no período letivo, uma vez que o recesso escolar interrompe, ainda que temporariamente, uma importante política de proteção social representada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As experiências observadas indicam que diferentes municípios têm buscado responder a essa lacuna por meio de arranjos institucionais diversos, como escolas-polo, distribuição de alimentos e cartões-alimentação, cada qual com potencialidades e limites próprios. Nesse sentido, os dados analisados sugerem que o enfrentamento da insegurança alimentar durante as férias escolares demanda políticas públicas capazes de combinar qualidade nutricional, capilaridade territorial, eficiência operacional e atenção às distintas condições de vulnerabilidade social. Mais do que oferecer uma solução definitiva, este capítulo busca contribuir, em caráter preliminar, para a reflexão sobre a necessidade de ações intersetoriais e continuadas que impeçam a desassistência

alimentar de estudantes no período de recesso, especialmente em contextos locais marcados por desigualdades persistentes.

Referências

ALVES, Kátia Pires de Souza; SOUZA, José Cândido de. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4331-4340, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n11/4331-4340/pt/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634614>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 27 nov. 2025.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: Governo Federal, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/acervo/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 27 nov. 2025.

Como a referência original era genérica (“relatórios e publicações institucionais”), converti para a página institucional de publicações, que é a forma mais estável para citação do acervo.

ETULAIN, Carlos Raul (org.). **Políticas públicas no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos**. Córdoba: Editorial de la UNC; Campinas, SP: NEPP/UNICAMP, 2021.

FERNANDES, Beatriz; GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil: contribuições a partir da economia política da saúde – revisão sistemática integrativa. **Journal of Management & Primary Health Care**, [S. l.], v. 15, 2023. Disponível em: <https://jmphc.com.br/jmphc/article/view/1333>. Acesso em: 27 nov. 2025.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2101749&view=detalhes>. Acesso em: 27 nov. 2025.

Aqui substituí a referência muito genérica à “POF e dados sobre insegurança alimentar” pela publicação específica do IBGE sobre o tema.

LINS, Bruno Teixeira; BATISTA, João Vitor da Silva; ESPINOZA, Fran. Crise da segurança alimentar no Brasil: uma análise das políticas públicas de combate à fome (2004-2022). **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 429-450, 2023. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/9024>. Acesso em: 27 nov. 2025.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

Ajustei o título do livro para a forma consagrada da edição da Enap, porque a referência enviada veio com “implantação”, mas a obra é conhecida como “implementação”.

UNICEF. **Pobreza multidimensional na infância e adolescência no Brasil - 2017 a 2023**. Brasília, DF: UNICEF, 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-multidimensional-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2017-2023>. Acesso em: 27 nov. 2025.

Também aqui substituí a forma genérica por um relatório institucional específico e atual sobre vulnerabilidade de crianças e adolescentes, que inclui segurança alimentar.

XIMENEZ, Mariane Cordoba. Políticas públicas para o combate à fome no Brasil: uma revisão de literatura. **INTERFERENCE: A Journal of Audio Culture**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 12-20, 2023. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>. Acesso em: 27 nov. 2025.

Capítulo VII

Centro de Referência das Juventudes como política pública transversal: articulações e desafios na rede de serviços públicos de Linhares/ES

Gabriela Maderi Fantichelli Rabello Frohlich

Luzia Joyce Carvalho de Souza

Ranyelle Ferreira dos Santos Scherp

Resumo

O presente trabalho busca compreender o contexto histórico que deu origem à criação do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) e sua atuação transversal na rede de serviços públicos de Linhares/ES. Analisa-se como o CRJ foi estruturado para responder às demandas das juventudes, articulando diferentes setores governamentais e promovendo ações integradas nos campos da assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos. Além disso, o estudo investiga o processo de articulação com a rede municipal, destacando fluxos de encaminhamento, parcerias institucionais e mecanismos de cooperação intersetorial. Por fim, discute os principais desafios enfrentados para o fortalecimento dessa política, tais como a fragmentação das ações, a necessidade de maior participação das juventudes, a continuidade dos investimentos e a consolidação de práticas efetivamente integradas no território.

Palavras-chave: Centro de Referência das Juventudes. Políticas públicas. Articulação intersetorial. Juventudes. Linhares/ES.

Introdução

A criação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no Espírito Santo resulta de um processo histórico marcado pela crescente visibilidade das vulnerabilidades que incidem sobre a população jovem. Estudos e debates acumulados nas últimas décadas demonstram que as juventudes, especialmente a juventude negra, são afetadas por elevados índices de desigualdade social, expressos em mortes por causas externas, violência autoprovocada, desemprego e abandono escolar. Conforme assinala Abad (2002), a juventude passa a constituir pauta pública quando

tais indicadores negativos adquirem relevância e revelam a urgência de respostas estatais específicas.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Espírito Santo passou a formular políticas públicas destinadas ao enfrentamento dessas vulnerabilidades por meio de estratégias integradas e intersetoriais. De acordo com Caliari e Machado (2022, p. 12), “foi por esse motivo que, em 2011, o então governador Renato Casagrande instituiu a Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens, por meio da Lei Estadual nº 9.646”, criando um espaço de reflexão sistemática sobre a realidade da juventude negra capixaba. Esse movimento contribuiu para a consolidação de iniciativas que culminaram na implementação dos CRJs, concebidos como equipamentos voltados ao fortalecimento da proteção social, da participação juvenil e da promoção de oportunidades.

Os CRJs têm como propósito atuar não apenas na prevenção da violência, mas também na construção de condições que assegurem vida digna, ampliação de horizontes e fortalecimento de vínculos comunitários. Caliari e Machado (2022) destacam que suas ações se organizam em eixos operacionais, entre os quais se sobressai o núcleo social afirmativo e de acesso, responsável por iniciativas de encaminhamento ao mercado de trabalho, oferta de cursos, workshops e demais ações formativas voltadas ao desenvolvimento de competências socioemocionais e profissionais.

A implementação do CRJ em Linhares/ES evidencia avanços e limites no processo de articulação com a rede municipal de políticas públicas. Embora a política estadual proponha a transversalidade como princípio orientador, ainda se observam desafios relacionados à fragmentação das ações, à insuficiência de fluxos intersetoriais consolidados e à necessidade de maior participação das juventudes nos processos decisórios. Diante desse cenário, o problema central deste estudo consiste em analisar como se dá a articulação do CRJ com a rede municipal e quais obstáculos dificultam a efetivação de práticas integradas no território. Assim, o objetivo geral é avaliar as articulações intersetoriais desenvolvidas pelo CRJ de Linhares, identificando seus

desafios operacionais e institucionais e discutindo seus impactos na consolidação dessa política pública no município.

Considerando a heterogeneidade das juventudes e as desigualdades estruturais que atravessam suas trajetórias, o CRJ reafirma o compromisso com o protagonismo juvenil e com a superação de barreiras historicamente impostas a esse grupo social. Nesse sentido, os Centros configuram-se como resposta pública necessária e estratégica, orientada para a ampliação de possibilidades e para a promoção do desenvolvimento integral.

No território de Linhares, destaca-se que a articulação do CRJ envolve diferentes órgãos e serviços municipais, sobretudo aqueles vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). O município conta com cinco unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), duas delas localizadas nos bairros Aviso e Interlagos, cuja proximidade geográfica favorece encaminhamentos, atividades conjuntas e estudos de caso compartilhados. Ademais, a cidade dispõe de Serviços de Fortalecimento de Vínculos, da Casa dos Conselhos e realizou, em 2023, a 1ª Conferência Municipal de Juventude, conforme registros da Prefeitura de Linhares, embora ainda não existam evidências de funcionamento contínuo do Conselho Municipal de Direitos da Juventude.

No campo da proteção especial, observam-se ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pelo Núcleo de Atendimento Socioeducativo (NASE) e por unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo (IASSES), com as quais o CRJ mantém parcerias para acompanhamento de adolescentes e jovens em medida socioeducativa. Integram ainda essa rede os serviços de acolhimento institucional, o Conselho Tutelar da Região I e o Núcleo Margaridas, que atua na defesa de mulheres em situação de violência.

A área educacional do município é composta por unidades municipais e estaduais, além do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que oferece cursos técnicos, superiores e de pós-graduação. Já a rede de saúde compreende unidades básicas,

pronto-atendimentos, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) e o CAPS AD, fundamentais no atendimento às complexidades que atravessam as juventudes.

Diante dos desafios enfrentados pela rede socioassistencial, educacional, de saúde e de direitos, o CRJ Linhares constitui-se como ponto estratégico de referência e contrarreferência, contribuindo para a organização de fluxos intersetoriais e para o aprimoramento das práticas institucionais. Esse processo ocorre principalmente por meio da Coordenação de Articulação, responsável por visitas técnicas, reuniões de integração, comunicação institucional e uso de instrumentos padronizados de encaminhamento.

O atendimento às juventudes em situação de maior vulnerabilidade, como aquelas privadas de liberdade, em medida socioeducativa ou em cumprimento de penas, constitui prioridade para os CRJs. Romper ciclos de violência exige ações integradas de apoio, qualificação profissional, acompanhamento psicossocial e reconstrução de projetos de vida. Nesse sentido, avaliar a atuação do CRJ Linhares e sua articulação com a rede de serviços públicos mostra-se fundamental para compreender a efetividade dessa política e identificar suas fragilidades e potencialidades. Este estudo, portanto, busca contribuir para o fortalecimento das políticas de juventude no Espírito Santo, ampliando a discussão sobre direitos, inclusão social, equidade e promoção da dignidade juvenil.

Metodologia

Este estudo adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, voltada à compreensão da articulação intersetorial realizada pelo Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Linhares com a rede municipal de serviços. A opção por essa abordagem justifica-se pela complexidade das políticas públicas de juventude, que exigem análise contextualizada dos processos institucionais e dos significados atribuídos pelos atores envolvidos.

A produção dos dados baseou-se em três procedimentos principais: pesquisa documental, observação do funcionamento cotidiano do CRJ e análise bibliográfica.

A pesquisa documental contemplou legislações, relatórios técnicos, planos institucionais, materiais administrativos e documentos oficiais do Governo do Estado, da Prefeitura de Linhares e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Complementarmente, foram consultadas informações públicas disponíveis em portais institucionais, especialmente aquelas relativas à rede socioassistencial e a serviços voltados às juventudes.

A observação incluiu o acompanhamento de reuniões, visitas técnicas, atendimentos compartilhados e atividades coletivas, o que permitiu identificar rotinas de articulação e desafios operacionais. Também foram utilizados registros e relatos institucionais fornecidos pelas equipes do CRJ, contribuindo para a compreensão das práticas intersetoriais desenvolvidas no território.

A análise bibliográfica mobilizou autores que discutem políticas de juventude, vulnerabilidades sociais e intersectorialidade. A interpretação dos dados orientou-se pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), com leitura flutuante, categorização temática e identificação de regularidades. A triangulação entre documentos, observações e literatura possibilitou a construção de um panorama integrado sobre a atuação do CRJ Linhares e sobre os fatores que influenciam a efetividade da política pública de juventude no município.

Discussão Teórica

A literatura sobre políticas públicas de juventude ressalta que a condição juvenil é marcada por múltiplas dimensões (social, econômica, cultural e emocional) que exigem ações governamentais integradas (Abramo, 2005). Esses aspectos justificam a adoção da intersectorialidade como estratégia estruturante das políticas de juventude.

A intersectorialidade, segundo Junquillo (2019), constitui arranjo de gestão voltado à integração de setores historicamente fragmentados, promovendo respostas mais amplas a problemas complexos. No campo das políticas sociais, Caliari e Machado (2022) argumentam que a articulação intersectorial fortalece a capacidade do Estado de enfrentar vulnerabilidades e de ampliar o acesso a direitos.

O Centro de Referência das Juventudes (CRJ), como política pública do Governo do Estado do Espírito Santo, insere-se exatamente nessa lógica: atuar de forma transversal, estabelecer parcerias, construir fluxos e ampliar o acesso das juventudes à rede pública. Sua atuação exige articulação contínua com equipamentos como CRAS, CREAS, escolas, unidades de saúde, serviços de segurança pública e políticas de empregabilidade.

Nesse contexto, o CRJ destaca-se como política pública inovadora, cuja função central consiste em articular serviços, fortalecer vínculos comunitários e garantir acesso a direitos. A literatura aponta que equipamentos dessa natureza operam como ponte entre juventudes e rede de proteção, mas enfrentam desafios relacionados à coordenação intersetorial, à institucionalização dos fluxos, à sobrecarga da rede e a fragilidades de gestão (Caliari; Machado, 2022).

A discussão teórica evidencia, assim, que equipamentos transversais convivem com obstáculos institucionais, como ausência de padronização de fluxos, resistência de setores, burocracias internas, dificuldades de comunicação entre equipes e limitações de recursos. Ainda assim, revelam grande potencial para promover participação juvenil, fortalecer vínculos comunitários e consolidar políticas públicas territorializadas.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

A análise dos dados obtidos por meio de documentos institucionais, observação sistemática das rotinas do Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Linhares e informações disponibilizadas pelo poder público municipal evidencia um cenário composto por avanços relevantes na implementação da política de juventude, ao lado de limitações estruturais que dificultam a consolidação plena da intersetorialidade no território.

No âmbito da rede socioassistencial, verificou-se que o CRJ tem desenvolvido articulações consistentes com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros Aviso e Interlagos. A proximidade territorial favorece a construção de fluxos de encaminhamento mais céleres, atendimentos compartilhados e ações

coletivas. Contudo, observou-se que grande parte dessas articulações depende, em larga medida, da iniciativa das equipes e de relações interpessoais cotidianas, carecendo de protocolos formais que assegurem continuidade, institucionalização e estabilidade dos processos.

Em relação à Proteção Social Especial, constatou-se que o CRJ estabelece interlocução significativa com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e com o Núcleo de Atendimento Socioeducativo (NASE), especialmente no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Além disso, as parcerias desenvolvidas com unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo (IASSES) indicam capacidade de atuação junto ao público privado de liberdade, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a reconstrução de trajetórias e a elaboração de projetos de vida. Tais elementos revelam potencialidades importantes do CRJ como equipamento estratégico para prevenção da reincidência e promoção da reintegração social, desde que apoiado por fluxos institucionais mais sólidos e por parcerias permanentes.

A análise também evidenciou fragilidades na governança municipal da política de juventude. A ausência de um órgão gestor específico e a inatividade do Conselho Municipal de Juventude restringem o planejamento, a formulação de diretrizes e o monitoramento das ações destinadas ao público jovem. A inexistência de estrutura formalizada insere o CRJ como equipamento relativamente isolado na execução da política, ampliando sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, limitando o alcance de suas ações. A realização da 1ª Conferência Municipal de Juventude, em 2023, representa um marco expressivo, mas ainda insuficiente diante da necessidade de construção de um sistema de gestão mais consistente.

Observou-se, ainda, que, embora a articulação com a assistência social esteja mais consolidada, os fluxos intersetoriais com educação, saúde e políticas para mulheres permanecem frágeis. As instituições educacionais, especialmente as escolas estaduais e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), apresentam potencial para atuação conjunta na prevenção da evasão, no fortalecimento da permanência escolar e no desenvolvimento de competências profissionais. Entretanto, as ações intersetoriais

ainda se mostram esporádicas e carecem de planejamento articulado. No campo da saúde, serviços essenciais como o CAPS II e o CAPS AD apresentam comunicação irregular com o CRJ, dificultada pela sobrecarga das equipes, o que limita a construção de respostas rápidas e integradas para situações de sofrimento mental e uso abusivo de substâncias psicoativas.

Apesar dessas limitações, os resultados observados indicam que as ações intersetoriais promovidas pelo CRJ têm contribuído para ampliar o acesso de jovens a serviços públicos, fortalecer vínculos comunitários e proporcionar experiências qualificadas de convivência e formação. Entre os impactos esperados, destacam-se a redução da defasagem escolar por meio do Programa Agente de Integração Escolar (PAIE), o fortalecimento da permanência escolar com apoio das escolas e do programa estadual APOIE, e a ampliação das oportunidades de qualificação profissional promovidas pelos eixos formativos do CRJ.

Os dados analisados sugerem que o alcance mais consistente desses resultados depende diretamente do fortalecimento da gestão municipal da política de juventude e da criação de mecanismos permanentes de articulação intersetorial. Nesse sentido, a ampliação das parcerias, a reativação do Conselho Municipal de Juventude, a formalização de fluxos de trabalho e a implementação de espaços contínuos de planejamento podem contribuir para consolidar o CRJ como articulador estratégico no território. Com o aprimoramento dessas ações, o município poderá avançar na garantia de direitos, na mitigação de vulnerabilidades e na construção de trajetórias mais protegidas e promissoras para as juventudes de Linhares.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste capítulo permite afirmar que o Centro de Referência das Juventudes de Linhares ocupa posição relevante na rede de serviços públicos do município, sobretudo por sua capacidade de articular diferentes políticas setoriais em torno das demandas juvenis. O CRJ se apresenta como equipamento promissor na ampliação do acesso a direitos, no fortalecimento de vínculos comunitários e na construção de estratégias de proteção para jovens em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, a investigação também evidencia que a transversalidade, embora constitua princípio orientador da política, ainda encontra limites concretos na realidade local. A dependência de articulações interpessoais, a fragilidade de fluxos formalizados, a sobrecarga de serviços parceiros e a insuficiência de instâncias permanentes de governança restringem a consolidação mais ampla da intersetorialidade.

Nesse sentido, o fortalecimento da política pública de juventude em Linhares demanda não apenas a continuidade das ações desenvolvidas pelo CRJ, mas também sua maior institucionalização no interior da gestão municipal. A criação de mecanismos permanentes de articulação, a reativação de espaços de participação e o investimento em planejamento compartilhado mostram-se fundamentais para ampliar a capacidade de resposta do poder público diante das múltiplas vulnerabilidades que atravessam as juventudes.

Mais do que apresentar conclusões definitivas, este capítulo busca oferecer um diagnóstico preliminar sobre a atuação do CRJ Linhares, destacando suas potencialidades e limites. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre políticas públicas de juventude e para o aperfeiçoamento de estratégias institucionais comprometidas com a inclusão social, a equidade e a promoção da dignidade juvenil.

Referências

ABAD, Miguel. **Juventude, cultura e participação**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

CALIARI, Hingridy Fassarella; MACHADO, Mônica Patrícia Gomes. **Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2022.

CALIARI, N. M.; MACHADO, L. M. **Centros de Referência das Juventudes (CRJs): trajetórias, fundamentos e práticas**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei Estadual nº 9.646, de 28 de junho de 2011. Institui a Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**: Vitória, 29 jun. 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Anuário Estadual da Segurança Pública 2023**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves; Observatório da Segurança Cidadã, 2023. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/relatorios/Anu%C3%A1rio%20Estadual%20da%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20Edi%C3%A7%C3%A3o%202023_V2.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

JUNQUILHO, Tania Cristina. **Políticas públicas e intersetorialidade: desafios e perspectivas na gestão social**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Serviços socioassistenciais do município de Linhares**. Linhares, 2023..

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. Linhares sedia a 1ª Conferência Municipal da Juventude. **Prefeitura de Linhares**, 15 set. 2023. Disponível em: <https://linhares.es.gov.br/2023/09/15/linhares-sedia-1a-conferencia-municipal-da-juventude/>. Acesso em: jun. 2025.

PREFEITURA DE LINHARES. Linhares sedia a 1ª Conferência Municipal da Juventude. **Prefeitura de Linhares**, 15 set. 2023. Disponível em: <https://linhares.es.gov.br/2023/09/15/linhares-sedia-1a-conferencia-municipal-da-juventude/>. Acesso em: jun. 2025.

Capítulo VIII

Sistema multidisciplinar de atendimento à criança com deficiência: integração das redes de educação, saúde e assistência social em Linhares/ES

Milena Afonso de Souza Reis

Resumo

O presente trabalho aborda os desafios do atendimento multidisciplinar às crianças com deficiência no município de Linhares/ES, especialmente no que se refere à integralidade do cuidado. Para tanto, analisa demandas locais, dispositivos legais nacionais e municipais relativos aos direitos das crianças com deficiência, bem como a viabilidade de integração entre as redes de educação, saúde e assistência social. A partir da identificação de fragilidades no sistema atual de atendimento, o estudo discute, em perspectiva preliminar, de que modo a articulação entre essas redes pode contribuir para maior eficiência institucional e melhor resposta às necessidades desse público no município.

Palavras-chave: Deficiência. Atendimento multidisciplinar. Saúde. Educação. Assistência social.

Introdução

Historicamente, as pessoas com deficiência, em especial as crianças, enfrentam forte estigma social associado à incapacidade. No Brasil, contudo, a incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao ordenamento jurídico representou importante avanço na proteção de direitos e no reconhecimento da necessidade de respostas públicas mais abrangentes. A Convenção resguarda direitos fundamentais à saúde, à educação e à assistência, além de afirmar a importância do atendimento integral às pessoas com deficiência. Apesar dessa evolução normativa, as políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças com deficiência ainda tendem a ser aplicadas de forma segmentada.

Isso significa que o acesso da criança com deficiência às políticas públicas costuma ocorrer por meio de esforços isolados em cada área de atendimento. Como consequência, o desenvolvimento de habilidades e competências dessas crianças é

frequentemente prejudicado, uma vez que o cuidado integral muitas vezes exige a articulação entre atendimento médico, uso de medicação, acesso a profissional de apoio pedagógico, suporte financeiro e proteção familiar. Nesse sentido, o atendimento multidisciplinar apresenta-se como alternativa relevante, pois pode favorecer a comunicação entre diferentes setores e reduzir o tempo de resposta no acesso a direitos e serviços.

A análise aqui proposta dialoga com elementos do Ciclo da Política formulado por Howlett, Ramesh e Perl (2013), cuja abordagem permite examinar o papel interligado de atores, ideias e instituições na produção das políticas públicas e no alcance dos resultados pretendidos. O problema central deste estudo reside, portanto, na fragmentação do atendimento às crianças com deficiência e na dificuldade de articulação entre as redes de educação, saúde e assistência social no município de Linhares/ES.

Este capítulo apresenta, assim, um diagnóstico preliminar, de caráter bibliográfico, documental e exploratório, sobre a viabilidade e a pertinência da integração dessas redes, sem pretensão de esgotar empiricamente a complexidade do problema no âmbito municipal. Seu objetivo é refletir sobre os limites do modelo atual e indicar a articulação intersetorial como caminho promissor para a efetivação mais ampla dos direitos das crianças com deficiência.

Discussão Teórica

No Ciclo da Política proposto por Howlett, Ramesh e Perl (2013), os autores abordam o fenômeno das chamadas “falhas de governo” no contexto da economia do bem-estar. Segundo essa perspectiva, as políticas públicas estão sujeitas a falhas decorrentes da distância entre a intenção normativa e a prática administrativa, o que constitui desafio estrutural à efetividade da ação estatal.

Em outras palavras, a ineficiência das ações promovidas pelo poder público pode decorrer da diversidade de atores e interesses envolvidos em sua implementação. Além disso, a concretização de determinadas políticas mostra-se ainda mais difícil

quando sua execução depende de múltiplos órgãos governamentais, responsáveis por análises distintas e nem sempre articuladas entre si. No caso das crianças com deficiência, essa fragmentação pode comprometer o acesso integral a direitos fundamentais, na medida em que educação, saúde e assistência social operam frequentemente de modo paralelo, sem intercâmbio sistemático de informações e sem fluxos institucionais consolidados.

Os autores também identificam outras formas de “falhas de governo”, como o desvio organizacional, as externalidades derivadas e o problema do agente principal. Embora tais categorias não sejam desenvolvidas em profundidade neste estudo, a noção geral de falha de governo mostra-se útil para compreender os entraves enfrentados na implementação de políticas voltadas ao atendimento integrado das crianças com deficiência.

Por fim, Howlett, Ramesh e Perl (2013) apontam cinco estágios do ciclo político-administrativo: montagem da agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação. Para os fins deste trabalho, interessam especialmente as etapas de implementação e avaliação, uma vez que a análise se concentra menos na criação de novos direitos e mais nos obstáculos práticos à articulação entre políticas já existentes.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

As redes de saúde, educação e assistência social constituem realidade institucional no município de Linhares, atendendo indivíduos de diferentes faixas etárias e condições sociais. Entretanto, no que diz respeito às crianças com deficiência, o atendimento segmentado entre esses setores não parece responder adequadamente à necessidade de intercâmbio de informações nem assegurar, de modo consistente, o tratamento multidisciplinar previsto em lei.

Atualmente, não há no município um banco de dados integrado que indique, de forma precisa, quantos alunos da rede pública possuem laudo, quantos têm acesso a profissional de apoio escolar, quantos fazem uso contínuo de medicação prescrita, se

essa medicação é fornecida pelo setor público ou privado, quantos pertencem a famílias de baixa renda, quantos recebem benefícios como Bolsa Família ou BPC/LOAS, ou quantos são acompanhados pelos CRAS, entre outras informações relevantes. A ausência dessas informações não indica a inexistência do problema; ao contrário, pode ser entendida como indício da fragilidade do acompanhamento multidisciplinar e da baixa integração entre as redes.

Os dados nacionais ajudam a iluminar essa problemática. Segundo informações divulgadas pelo IBGE sobre o Censo 2022, pessoas com deficiência apresentam menor escolarização em todas as faixas etárias: apenas 25,6% concluem o ensino médio e 14,3% dos jovens acessam o ensino superior. Na infância, entre 2 e 9 anos, destacam-se dificuldades de comunicação e aprendizagem. No mercado de trabalho, o nível de ocupação é de apenas 26,6%, com elevada informalidade (55%) e renda média inferior à da população sem deficiência. Tais dados revelam obstáculos persistentes à inclusão e indicam a necessidade de respostas públicas mais coordenadas.

Ainda que esses números não se refiram especificamente a Linhares, eles oferecem parâmetros importantes para compreender a relevância social do tema e sugerem que a realidade local pode refletir, ao menos em parte, dificuldades semelhantes. Nessa perspectiva, a proposta de integração entre as redes de atendimento mostra-se pertinente, especialmente diante da inexistência de instrumentos locais capazes de produzir um acompanhamento articulado e contínuo.

Os dados e elementos analisados também permitem relacionar a situação observada ao fenômeno das “falhas de governo” discutido por Howlett, Ramesh e Perl (2013), uma vez que múltiplos atores e setores atuam de maneira pouco articulada, o que acaba comprometendo a efetividade dos direitos das crianças com deficiência. Os efeitos dessa fragmentação tendem a repercutir em diferentes políticas públicas e a retroalimentar condições de desigualdade e vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a integração dos sistemas de atendimento pode ser compreendida como alternativa promissora. O compartilhamento de informações entre os diferentes agentes envolvidos no cuidado da criança poderia favorecer o acesso mais rápido a

políticas públicas de inclusão, o encaminhamento entre setores e o acompanhamento mais contínuo da evolução do tratamento e das necessidades identificadas. Do ponto de vista administrativo, tal articulação também poderia reduzir retrabalho, ampliar a eficiência do atendimento e evitar interrupções em processos de cuidado que exigem continuidade.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste capítulo evidencia que o atendimento às crianças com deficiência em Linhares/ES ainda encontra limites importantes decorrentes da fragmentação entre as redes de educação, saúde e assistência social. Embora existam dispositivos legais e estruturas institucionais voltadas à proteção desse público, a ausência de integração mais consistente entre os setores compromete a efetividade do atendimento e dificulta a concretização do cuidado integral.

O texto também mostra que a inexistência de dados locais sistematizados não reduz a relevância do problema; ao contrário, constitui indício importante das fragilidades do acompanhamento multidisciplinar no município. Nessa direção, a discussão desenvolvida permite compreender que a integração entre redes não deve ser vista apenas como aperfeiçoamento administrativo, mas como condição para ampliar o acesso a direitos e reduzir desigualdades que atingem crianças com deficiência e suas famílias.

Mais do que oferecer resposta definitiva, este capítulo busca apresentar um diagnóstico preliminar sobre o tema, indicando a pertinência da articulação intersetorial como caminho para o fortalecimento das políticas públicas locais. O aprofundamento empírico da questão, com maior detalhamento dos fluxos institucionais, levantamento sistemático de dados municipais e escuta de profissionais e famílias, constitui agenda importante para investigações futuras.

Referências

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.html. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

GOMES, Irene. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 10 dez. 2025.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Capítulo IX

Educação Superior Pública em Linhares: breves apontamentos sobre a necessidade de expansão da Faceli

Naywska Nascimento Filgueiras

Resumo

O artigo analisa a educação superior pública em Linhares a partir da realidade da Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli), com ênfase nas relações entre acesso, permanência estudantil, financiamento institucional e expansão da oferta. Por meio de pesquisa qualitativa, de natureza documental e bibliográfica, examinam-se a legislação municipal de cotas, o Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição, dados de vestibular e informações orçamentárias. Os resultados indicam que, embora a Faceli adote política de ingresso fortemente orientada por critérios socioeconômicos, a ampliação do acesso não tem sido acompanhada, na mesma medida, por políticas robustas de permanência, diversificação de cursos e estabilidade no financiamento. Conclui-se que a expansão da Faceli deve ser compreendida como questão estratégica para a efetivação da educação superior pública no município.

Palavras-chave: Educação superior pública. Políticas públicas. Permanência estudantil. Financiamento educacional.

Introdução

A educação superior pública em Linhares constitui tema relevante para a análise das políticas públicas locais, especialmente quando observada a partir das tensões entre ampliação do acesso, permanência estudantil e capacidade institucional de expansão. A Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli), como instituição pública municipal, ocupa posição fundamental na oferta gratuita de cursos de graduação no município; contudo, sua configuração atual evidencia limites estruturais que desafiam a efetivação mais ampla do direito à educação superior. O Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição registra que a Faceli oferta atualmente os cursos de Administração, Direito e Pedagogia e, ao mesmo tempo, assinala que não há previsão de aumento de vagas para os próximos cinco anos, o que demonstra

a permanência de uma oferta restrita diante das demandas sociais e educacionais do território (FACELI, 2024).

Esse quadro torna-se ainda mais sensível quando se observa o desenho de acesso adotado pela instituição. Em cumprimento à Lei Municipal nº 3.902, de 17 de dezembro de 2019, alterada pelas Leis Municipais nº 3.993, de 9 de setembro de 2021, e nº 4.111, de 2 de março de 2023, a Faceli passou a reservar, em cada processo seletivo, no mínimo 70% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou em escolas particulares com bolsa integral, distribuídos em cotas segundo critérios socioeconômicos vinculados ao Cadastro Único (LINHARES, 2019; LINHARES, 2021; LINHARES, 2023). Embora esse desenho represente um avanço no plano do ingresso, ele também revela uma incongruência importante: a ampliação do acesso não foi acompanhada, no mesmo grau, pela consolidação de políticas institucionais robustas de permanência estudantil, o que fragiliza a democratização material da educação superior pública (FACELI, 2024).

Diante disso, o presente trabalho parte da seguinte problemática: em que medida a conformação atual da política de educação superior pública em Linhares, marcada por acesso socialmente focalizado, baixa diversificação da oferta, limitação orçamentária e insuficiência de mecanismos permanentes de sustentação estudantil, compromete a democratização efetiva do ensino superior no município? A partir dessa indagação, o objetivo do estudo é analisar a necessidade de expansão da Faceli, tomando como eixos de observação o sistema de cotas adotado, a procura pelos cursos ao longo dos processos seletivos, a limitação da oferta acadêmica e o comportamento do financiamento institucional.

A relevância do tema decorre, em primeiro lugar, da própria demanda social pela instituição. No vestibular 2026/1, a Faceli ofertou 150 vagas para os três cursos de graduação então disponíveis, reafirmando a centralidade da faculdade como espaço público de formação superior no município (LINHARES, 2025). Ao mesmo tempo, o PDI 2025-2029 reafirma a manutenção de uma estrutura institucional ainda limitada, inclusive com reivindicações internas por ampliação do leque de cursos,

fortalecimento da pós-graduação e intensificação das atividades de pesquisa e extensão, tudo condicionado à disponibilidade orçamentária (FACELI, 2024). Assim, o debate sobre a expansão da Faceli ultrapassa a esfera administrativa e passa a integrar o campo mais amplo das escolhas públicas relativas ao desenvolvimento local, à inclusão educacional e à justiça social.

A justificativa do estudo também se sustenta no exame do financiamento institucional. O próprio PDI evidencia que diversas metas e melhorias institucionais dependem da disponibilidade financeira da faculdade, o que indica que as restrições orçamentárias impactam diretamente sua capacidade de expansão e de consolidação de políticas de apoio aos estudantes (FACELI, 2024). Nesse sentido, discutir a expansão da Faceli não significa apenas defender crescimento quantitativo, mas analisar as condições materiais de sustentação de uma política pública municipal de educação superior que seja capaz de combinar acesso, permanência e ampliação da oferta.

No plano teórico, este trabalho dialoga com a literatura de políticas públicas que problematiza tanto a formulação quanto a implementação das ações estatais. A análise da implementação é particularmente importante porque permite compreender que a existência formal de uma política de acesso não garante, por si só, seus resultados concretos. Entre o desenho normativo e a experiência efetiva dos estudantes, atuam restrições orçamentárias, capacidades institucionais, dinâmicas organizacionais e escolhas administrativas que interferem diretamente na materialização do direito à educação. Do mesmo modo, a perspectiva da formulação de políticas públicas contribui para evidenciar que a definição do problema é etapa decisiva: quando a educação superior local é tratada apenas como questão de acesso, tornam-se menos visíveis problemas igualmente estruturantes, como permanência, financiamento e diversificação da oferta.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza documental e bibliográfica. Foram analisados documentos normativos e institucionais da Faceli e do Município de Linhares, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029, a legislação municipal referente ao regime de cotas e os editais dos

processos seletivos da instituição. A partir desse conjunto documental, buscou-se identificar como a política de ingresso foi estruturada, quais são seus critérios predominantes e em que medida os documentos institucionais revelam limites à expansão acadêmica e à implementação de mecanismos permanentes de apoio estudantil (FACELI, 2024; LINHARES, 2019; LINHARES, 2021; LINHARES, 2023).

No plano bibliográfico, a discussão teórica deste trabalho apoia-se em autores centrais do campo das políticas públicas, especialmente no que se refere à formulação, à implementação e à delimitação conceitual dessas ações estatais. Mobilizam-se, nesse sentido, as contribuições de Lotta (2019), para a compreensão da implementação como espaço de mediações institucionais, escolhas administrativas e disputas concretas que conformam a política pública para além de seu desenho formal; de Macedo et al. (2016), no que diz respeito à centralidade dos atores, interesses e conflitos nos processos de formulação e implementação; das reflexões sobre formulação de políticas públicas, com destaque para a noção de estruturação de problemas, fundamental para compreender que definições restritas do problema público podem conduzir a respostas institucionais insuficientes; e de Mastrodi e Ifanger (2019), cuja abordagem contribui para compreender as políticas públicas como instrumentos orientados à realização de objetivos estatais, e não como meros atos administrativos isolados.

Discussão Teórica

A discussão teórica deste trabalho parte da compreensão de que políticas públicas não devem ser tomadas como sinônimo de qualquer ação governamental, sob pena de esvaziamento analítico do próprio conceito. Nesse sentido, Mastrodi e Ifanger (2019) criticam a vulgarização da expressão e propõem uma leitura funcionalista, segundo a qual políticas públicas devem ser entendidas como ações estruturadas voltadas à realização de objetivos estatais, e não como simples atos administrativos isolados ou como mecanismos automaticamente identificados com a promoção direta de direitos. Essa perspectiva é importante para o presente estudo porque permite

analisar a educação superior pública em Linhares não apenas como um serviço ofertado pela administração municipal, mas como parte de uma política pública que expressa prioridades, finalidades e escolhas institucionais do poder público.

No plano da formulação, o debate mobiliza especialmente a contribuição de Dunn (2012), para quem a definição do problema é etapa decisiva da produção de políticas públicas. O autor distingue a simples resolução de problemas da estruturação de problemas, advertindo que a decomposição apressada de questões complexas pode produzir “soluções corretas para problemas errados”. Além disso, sustenta que os problemas públicos não surgem de modo neutro, mas são construídos a partir de interpretações conflitantes, influenciadas por interesses institucionais, visões de mundo e disputas entre stakeholders. Aplicada ao caso da Faceli, essa chave teórica permite sustentar que o problema da educação superior pública em Linhares não pode ser reduzido ao ingresso. Quando a questão é formulada apenas como ampliação de acesso, tornam-se menos visíveis dimensões igualmente estruturantes, como permanência estudantil, financiamento institucional, diversificação da oferta e capacidade de expansão da instituição.

A análise da implementação, por sua vez, apoia-se em Lotta (2019), que defende a necessidade de examinar a política pública “como ela é”, e não apenas como aparece no plano normativo. Nessa perspectiva, formulação e implementação não são fases completamente separadas, mas processos decisórios contínuos atravessados por múltiplos atores, camadas institucionais e situações concretas que reconfiguram a política ao longo de sua execução. A autora também enfatiza o papel dos burocratas de nível de rua, responsáveis pela entrega cotidiana dos serviços públicos em contextos de escassez de recursos, bem como a centralidade da discricionariedade na tomada de decisões concretas. Para este trabalho, essa abordagem é decisiva porque permite compreender que a existência formal de cotas ou de previsão institucional de atendimento discente não garante, por si só, a democratização efetiva da educação superior, uma vez que os resultados dependem das condições materiais de implementação, das capacidades institucionais e das escolhas práticas realizadas no interior da própria faculdade.

Por fim, Macedo et al. (2016) reforçam que políticas públicas não se desenvolvem de maneira linear nem neutra, mas são atravessadas por conflitos, coalizões, interesses e assimetrias entre atores governamentais e não governamentais. Ao criticarem a visão simplificada do ciclo de políticas públicas, os autores mostram que as fases se sobrepõem e que a ação estatal é permanentemente tensionada por disputas políticas e institucionais. Essa leitura contribui diretamente para o estudo da educação superior pública em Linhares, pois permite compreender que a expansão da Faceli não depende apenas de previsão normativa ou de intenção administrativa, mas de correlações de forças, prioridades orçamentárias, capacidade de mobilização institucional e definição política do lugar que a educação superior pública deve ocupar no projeto de desenvolvimento do município.

Análise dos dados e resultados encontrados/esperados

A análise dos dados levantados permite sustentar que a política de educação superior pública em Linhares está marcada por uma contradição central: a Faceli ampliou e reforçou mecanismos de acesso socialmente focalizados, mas isso não foi acompanhado, na mesma proporção, por expansão institucional, diversificação da oferta e consolidação de condições materiais de permanência. Essa tensão aparece tanto no desenho normativo das cotas quanto no comportamento da demanda pelos cursos e na própria limitação orçamentária da instituição. Além disso, é importante registrar uma cautela metodológica: para parte da série histórica dos vestibulares, os documentos localizados não apresentam um quadro-síntese com o total oficial de inscritos, razão pela qual, em alguns anos, o dado disponível corresponde ao número mínimo identificável a partir das inscrições visíveis nos resultados finais. Já para 2026/1, há divulgação oficial do total de inscritos pela própria Faceli. Destaca-se que, mais adiante, em pesquisa específica, faremos levantamento mais detalhado junto à instituição diretamente. Observemos os dados abaixo:

Tabela 1 - Vestibular Faceli: inscrições localizadas para a série 2017-2025

Ano/processo	Situação do dado	Nº de inscritos localizado	Base documental
--------------	------------------	----------------------------	-----------------

2017	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 2.733	Resultado final de 2017
2018	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 2.326	Resultado final de 2018
2019	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 1.716	Resultado final de 2019
2020	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 1.648	Resultado final de 2020
2021/1	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 825	Resultado final de 2021/1
2022/1	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 334	Resultado final de 2022/1
2023/1	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 243	Resultado de 2023/1
2024/1	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 500	Resultado final de 2024/1
2025/1	mínimo identificável pelo nº de inscrição	ao menos 657	Resultado de 2025/1

Fonte: Site Institucional da Faceli

A tabela indica, ainda que com a ressalva metodológica mencionada, um movimento importante: a procura pela Faceli não desaparece, mas oscila fortemente ao longo do tempo, o que sugere que a instituição vem atravessando mudanças em seu padrão de captação, em seu modelo de seleção e na própria atratividade da oferta. Os anos mais antigos da série exibem números mínimos identificáveis bastante superiores aos dos processos de 2021/1 a 2025/1, o que pode estar relacionado tanto a alterações no formato dos editais quanto à segmentação por semestre e ao uso de notas do Enem. Em vez de sugerir desnecessidade de expansão, os dados reforçam que a procura continua existindo, mas encontra uma estrutura institucional estreita para absorvê-la de modo mais amplo e diversificado.

Tabela 2 - Total oficial detalhado localizado para 2025/2 e 2026/1

Curso	Turno	Inscritos	Concorrência
Administração	Matutino	111	2,22
Administração	Noturno	282	5,64

Direito	Matutino	327	6,54
Direito	Noturno	494	9,88
Pedagogia	Matutino	81	1,62
Pedagogia	Noturno	211	4,22
Total	–	1.506	–

Fonte: Site Institucional da Faceli

Os dados detalhados para 2025/2 e 2026/1 permitem identificar outro aspecto relevante: a demanda está longe de ser homogênea entre cursos e turnos. O curso de Direito noturno concentrou 494 inscritos e concorrência de 9,88 por vaga, tornando-se o principal polo de atração da instituição; em seguida aparecem Direito matutino e Administração noturno. Pedagogia matutino, por outro lado, apresentou a menor procura. Essa distribuição revela que a procura pelo ensino superior público em Linhares também responde a fatores como turno de funcionamento, perfil socioeconômico dos candidatos e perspectivas de inserção profissional. Em especial, a força dos cursos noturnos sugere a presença significativa de estudantes trabalhadores ou de candidatos que dependem da compatibilização entre estudo e trabalho, o que torna ainda mais relevante a discussão sobre permanência estudantil, apoio institucional e ampliação planejada da oferta.

Tabela 3 - Lei e desenho do sistema de cotas da Faceli

Período	Base legal	Reserva de vagas	Estrutura das cotas	Observação
2017–2019	Lei Municipal nº 3.355/2013	50% do total de vagas por curso/turno	subdivisão interna entre cotistas por critérios de escola pública e renda	modelo anterior, já centrado em recorte social/escolar
2020 em diante	Lei Municipal nº 3.902/2019, alterada pelas Leis nº 3.993/2021 e nº 4.111/2023	mínimo de 70% do total de vagas por curso/turno	cotas para estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública ou escola privada com bolsa integral, com distribuição interna por critérios ligados ao CadÚnico e trajetória escolar	regime atualmente adotado nos editais recentes

Fonte: Site Institucional da Faceli

No campo normativo, os dados confirmam que a Faceli deve adotar um sistema de cotas predominantemente orientado por critérios socioeconômicos e de trajetória escolar. A passagem do modelo anterior, com 50% de reserva, para o regime posterior, com mínimo de 70% das vagas reservadas, representa um reforço da política de democratização do ingresso. Contudo, a ampliação do percentual reservado não resolve, por si, o problema da democratização efetiva da educação superior. Quando o acesso é ampliado sem que a instituição desenvolva, na mesma intensidade, mecanismos materiais de permanência, corre-se o risco de produzir inclusão formal, mas permanência precária. É exatamente nessa incongruência que se concentra uma das fragilidades do modelo atual: a política de ingresso foi fortalecida, mas a política de permanência não aparece com o mesmo grau de densidade institucional.

Com relação ao orçamento da Faceli, embora encontremos lacunas nos sites oficiais, é fundamental observarmos os seguintes dados: a série orçamentária disponível para a Faceli evidencia oscilação expressiva no financiamento institucional. Entre 2013 e 2014, houve crescimento de 38,79%, com passagem de R\$ 5.527.600,00 para R\$ 7.672.000,00. Em seguida, observa-se retração de 20,42% entre 2014 e 2017 e nova redução de 11,61% entre 2017 e 2018. Apenas nos anos mais recentes aparece uma recomposição nominal, com aumento de 38,99% entre 2018 e 2024 e de 26,65% entre 2024 e 2026. Embora não se trate de uma trajetória linear de queda, a série demonstra instabilidade orçamentária, com perda relevante após o pico de 2014 e recomposição posterior que ainda precisa ser analisada à luz da ampliação das demandas institucionais e da necessidade de expansão da oferta pública de educação superior no município.

Tabela 4 - Orçamento da Faceli (2013-2026)

Ano	Orçamento da Faceli	Variação em relação ao ano anterior com dado disponível
2013	R\$ 5.527.600,00	-
2014	R\$ 7.672.000,00	+38,79%
2017	R\$ 6.105.000,00	-20,42%
2018	R\$ 5.396.000,00	-11,61%

2024	R\$ 7.500.000,00	+38,99%
2026	R\$ 9.499.000,00	+26,65%

Fonte: Dados extraídos do Portal da Transparência e das leis orçamentárias municipais mencionadas no levantamento.

A oscilação orçamentária identificada na série da Faceli compromete a continuidade das políticas públicas porque dificulta o planejamento de médio e longo prazo e enfraquece a capacidade institucional de transformar diretrizes formais em ações permanentes. Em contextos de instabilidade financeira, a administração tende a priorizar despesas imediatas de manutenção, adiando ou reduzindo iniciativas estruturantes, como ampliação de cursos, fortalecimento da assistência estudantil, investimentos em pesquisa, extensão, apoio psicopedagógico e melhoria da infraestrutura.

Do ponto de vista das políticas públicas, isso significa que a implementação passa a ser condicionada por margens estreitas de decisão e por respostas contingenciais, e não por uma estratégia contínua e estável de desenvolvimento institucional. Como demonstram os estudos sobre implementação, a efetividade de uma política não depende apenas de sua formulação normativa, mas das condições concretas que sustentam sua execução ao longo do tempo; assim, quando o orçamento oscila de forma significativa, a política pública perde previsibilidade, reduz sua capacidade de institucionalização e torna-se mais vulnerável a interrupções, descontinuidades e baixa efetividade.

Por fim, os dados institucionais reforçam a leitura de que a necessidade de expansão da Faceli não diz respeito apenas ao aumento de vagas, mas ao fortalecimento estrutural da própria política municipal de educação superior. O PDI 2025-2029 reconhece demandas por ampliação do leque de cursos, oferta de pós-graduação, intensificação da pesquisa e da extensão e atendimento psicológico aos alunos, mas explicita que parte dessas ações depende da disponibilidade financeira da instituição. Ao mesmo tempo, a faculdade segue concentrada em apenas três cursos de graduação. Isso significa que o debate sobre expansão envolve duas dimensões inseparáveis: de um lado, ampliar e diversificar a oferta; de outro, criar base material para que o acesso socialmente focalizado não resulte em permanência frágil. Desse

modo, as tabelas revelam que a Faceli é socialmente demandada, normativamente inclusiva no ingresso, mas institucionalmente limitada em sua capacidade de expansão e sustentação da trajetória estudantil.

A articulação entre a discussão teórica e os dados empíricos permite compreender que a situação da Faceli não pode ser interpretada como simples dificuldade administrativa isolada, mas como expressão de limites mais amplos na formulação e na implementação da política municipal de educação superior. À luz de Dunn, a redução do problema público ao ingresso mostra-se insuficiente, uma vez que o autor demonstra que definições restritas do problema tendem a produzir respostas institucionais igualmente limitadas, incapazes de enfrentar a complexidade da questão pública (DUNN, 2012). Na mesma direção, a perspectiva de Lotta evidencia que a política pública deve ser analisada “como ela é”, isto é, a partir de suas condições concretas de execução, dos arranjos institucionais e das capacidades efetivas de implementação, e não apenas a partir de seu desenho formal (LOTTA, 2019). Sob esse prisma, os dados sobre a oscilação orçamentária, a manutenção de apenas três cursos, a ausência de previsão de ampliação de vagas no PDI e a centralidade de um sistema de cotas predominantemente socioeconômico demonstram que a democratização formal do acesso não se converte automaticamente em democratização material da educação superior. Por fim, a leitura de Mastrodi e Ifanger reforça que políticas públicas devem ser compreendidas como instrumentos orientados à realização de objetivos estatais, o que torna evidente que a educação superior pública em Linhares, para cumprir finalidade social efetiva, exige mais do que reserva de vagas: exige sustentação institucional estável, continuidade de financiamento e ampliação planejada de sua capacidade de atendimento (MASTRODI; IFANGER, 2019).

Considerações finais

A discussão proposta neste trabalho mostrou-se pertinente, uma vez que os dados analisados indicam que a política de educação superior pública em Linhares, embora contenha mecanismos relevantes de ampliação do acesso, permanece limitada por

oferta acadêmica restrita, insuficiência de políticas robustas de permanência e instabilidade orçamentária. Também o objetivo geral foi alcançado em nível introdutório-analítico, na medida em que foi possível demonstrar a necessidade de expansão da Faceli a partir de diferentes eixos: o desenho do sistema de cotas, a procura socialmente significativa pelos cursos, a limitação da estrutura acadêmica e a vulnerabilidade material imposta pela oscilação do financiamento. Nesse sentido, o estudo permitiu sustentar que a expansão da faculdade não deve ser compreendida apenas como aumento de vagas, mas como fortalecimento mais amplo da política pública de educação superior no município.

Não obstante, os achados aqui reunidos também indicam a necessidade de aprofundamento investigativo. A própria série histórica de inscritos apresenta limites documentais, e a análise das condições de permanência estudantil demanda informações mais detalhadas sobre evasão, perfil socioeconômico dos estudantes, retenção, trajetórias acadêmicas e execução orçamentária efetiva da instituição, para além dos valores fixados nas leis orçamentárias. Do mesmo modo, uma compreensão mais robusta sobre a necessidade de expansão da Faceli exigiria pesquisa complementar com entrevistas institucionais, análise comparativa com outras instituições públicas municipais e exame mais minucioso das prioridades orçamentárias do município. Assim, este trabalho não pretende encerrar a discussão, mas oferecer um primeiro quadro analítico capaz de evidenciar que a educação superior pública em Linhares constitui tema estratégico e que sua consolidação como política pública democrática depende de investigação contínua e de decisões institucionais mais consistentes.

Referências

FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE LINHARES (FACELI). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029**. Linhares: Faceli, 2024.

LINHARES. **Lei n.º 3.902, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o sistema de cotas da Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 2019.

LINHARES. **Lei n.º 3.993, de 9 de setembro de 2021**. Altera a Lei n.º 3.902, de 17 de dezembro de 2019. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 2021.

LINHARES. **Lei n.º 4.111, de 2 de março de 2023**. Altera a Lei n.º 3.902, de 17 de dezembro de 2019. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 2023.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 11-38.

MACEDO, Alex dos Santos; ALCÂNTARA, Valderí de Castro; ANDRADE, Luís Fernando Silva; FERREIRA, Patrícia Aparecida. O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, edição especial, p. 593-618, jul. 2016.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 5-18, set./dez. 2019.

SECCI, Marcus André Melo Rodrigues de. Formulação de políticas públicas. In: _____. **Formulação de políticas públicas**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. cap. 4, p. 109-142.

Eixo III - Saúde, cuidado e inclusão

Capítulo X

A centralização dos serviços de saúde pública em Linhares/ES

Francisco Hábnner de Almeida Silva

Rullyan Henrique Janut Oliveira

Resumo

O presente trabalho analisa a centralização dos serviços de saúde em Linhares/ES e seus impactos sobre a efetivação dos princípios da universalidade e da equidade no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo consiste em discutir, em perspectiva preliminar, alternativas de descentralização voltadas às regiões periféricas e áreas rurais, como forma de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS). A metodologia adota a abordagem dos Oito Passos para a análise de políticas públicas, formulada por Eugene Bardach, associada à análise documental do Plano Municipal de Saúde de Linhares (2022–2025). Os resultados indicam que a descentralização gradual, apoiada em estratégias como ampliação da rede básica, unidades móveis e teleatendimento, apresenta-se como alternativa promissora para ampliar o acesso, reduzir desigualdades territoriais e fortalecer a APS no município.

Palavras-chave: Saúde pública. Descentralização. SUS. Linhares. Políticas públicas.

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988, tem como pilares a universalidade, a integralidade e a equidade. Tais princípios, entretanto, enfrentam desafios significativos na prática, especialmente em municípios de médio porte, onde a rápida expansão urbana nem sempre é acompanhada por uma distribuição equilibrada dos serviços públicos.

O município de Linhares, no Espírito Santo, constitui exemplo expressivo desse cenário. A concentração de equipamentos e profissionais de saúde na área urbana central produz barreiras geográficas e socioeconômicas que tornam o acesso desigual e comprometem a efetivação do direito à saúde.

A problemática central deste estudo consiste em compreender de que forma a centralização dos serviços de saúde em Linhares/ES compromete os princípios da equidade e da universalidade do SUS, bem como em discutir quais políticas públicas podem contribuir para a descentralização gradual e sustentável da rede. O objetivo geral é analisar a política de saúde vigente e refletir sobre alternativas de descentralização voltadas ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.

A relevância deste trabalho reside na urgência de garantir o direito constitucional à saúde para toda a população, especialmente aquela residente em regiões periféricas e rurais. Segundo dados do Plano Municipal de Saúde de Linhares (2022-2025), o município apresenta déficit de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em bairros mais distantes, o que contribui para a sobrecarga das unidades centrais e para o aumento do tempo de espera. Tais fatores reforçam a desigualdade no acesso e a necessidade de respostas públicas mais efetivas.

A discussão teórica foi construída a partir de autores que tratam da análise e da implementação de políticas públicas, com destaque para Bardach (1979), que propõe os Oito Passos como método prático de análise, e Lipsky (2010), que aborda o papel dos burocratas de nível de rua na implementação das políticas. Também foram mobilizadas contribuições de Secchi (2013), Howlett, Ramesh e Perl (2013), Lotta (2015) e Frey (2000), que ajudam a compreender a implementação como dimensão decisiva do processo político.

Este capítulo apresenta, assim, um diagnóstico preliminar, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, baseado principalmente no Plano Municipal de Saúde de Linhares e em dados complementares do IBGE. A análise estrutura-se a partir dos Oito Passos de Bardach, contemplando a definição do problema, o levantamento de evidências, a construção e avaliação de alternativas, os trade-offs envolvidos e os resultados esperados.

Discussão Teórica

A análise de políticas públicas parte do entendimento de que o processo político não é linear, mas composto por fases interdependentes, como identificação do problema, formulação, decisão, implementação e avaliação (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Nesse contexto, a descentralização pode ser compreendida como estratégia importante para aproximar o Estado do cidadão e tornar a gestão pública mais sensível às desigualdades territoriais.

Bardach (1979) propõe os Oito Passos como método prático de análise, que parte da definição do problema e culmina na decisão orientada por critérios de eficiência e justiça social. Aplicado ao caso de Linhares, esse referencial permite interpretar a centralização dos serviços de saúde como obstáculo à efetivação dos princípios constitucionais do SUS, na medida em que limita o acesso da população residente fora da zona central. Nessa perspectiva, a descentralização planejada surge como alternativa potencialmente capaz de distribuir os serviços de forma mais equitativa.

Lipsky (2010), por sua vez, destaca que a implementação das políticas públicas depende dos chamados burocratas de nível de rua, ou seja, dos profissionais que executam as políticas e interpretam suas diretrizes na prática cotidiana. No campo da saúde, médicos, enfermeiros e agentes comunitários ocupam posição central na efetivação de qualquer política de descentralização, já que sua atuação direta junto à população transforma diretrizes normativas em resultados concretos.

Lotta (2015) e Frey (2000) ressaltam, ainda, que o êxito de uma política depende de sua capacidade de adaptação às realidades locais, e não apenas da qualidade de sua formulação abstrata. Desse modo, a descentralização da rede de saúde em Linhares deve considerar as características sociais e geográficas do município, bem como suas limitações orçamentárias e administrativas.

A descentralização, portanto, não se reduz a uma medida de reorganização administrativa. Ela pode ser compreendida como instrumento de promoção da equidade e de fortalecimento do SUS, na medida em que aproxima os serviços públicos das populações historicamente mais distantes das estruturas centrais de atendimento.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

Os dados extraídos do Plano Municipal de Saúde de Linhares (2022–2025) indicam que os serviços de saúde do município se concentram fortemente na área urbana central, o que dificulta o acesso das populações residentes em bairros periféricos e em comunidades rurais. Essa distribuição desigual reflete padrão histórico de concentração de recursos e profissionais, gerando exclusão territorial e sobrecarga das unidades centrais. O hospital municipal, por exemplo, opera frequentemente no limite de sua capacidade, atendendo não apenas demandas de maior complexidade, mas também casos que poderiam ser resolvidos no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS).

Esse cenário produz consequências diretas na vida cotidiana da população. Moradores de regiões afastadas enfrentam longas distâncias, custos elevados de deslocamento e maior tempo de espera para consultas e exames simples. Tais obstáculos configuram barreiras concretas ao direito à saúde e comprometem o princípio da universalidade do SUS. Além disso, a sobrecarga das unidades centrais gera desgaste entre os profissionais, com repercussões na qualidade do atendimento e na satisfação dos usuários.

A análise dos relatórios municipais sugere que, embora a Estratégia Saúde da Família (ESF) tenha produzido avanços, sua cobertura ainda é insuficiente para alcançar toda a população. As equipes de atenção básica não conseguem atingir com regularidade áreas mais remotas, o que amplia o déficit de acompanhamento preventivo e contínuo. Essa ausência de presença territorial constante reduz a capacidade antecipatória da saúde pública e contribui para que muitos casos sejam atendidos apenas em estágios mais avançados de adoecimento.

Diante desse diagnóstico, a descentralização gradual e estratégica dos serviços de saúde aparece como alternativa relevante para enfrentar a problemática da centralização. Tal política deve ser orientada por critérios técnicos de vulnerabilidade social e territorial, de modo a direcionar investimentos às regiões mais carentes.

Nessa perspectiva, a descentralização pode fortalecer o vínculo entre serviço e comunidade, além de favorecer gestão mais próxima e participativa.

Três alternativas principais emergem da análise. A primeira é a ampliação e descentralização das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com prioridade para bairros periféricos e distritos rurais. Essa medida exige investimento em infraestrutura e contratação de profissionais, mas tende a consolidar rede permanente de atendimento. A segunda alternativa consiste na criação de unidades móveis de saúde, capazes de atender, de forma mais flexível, regiões de difícil acesso, funcionando como instrumento de inclusão imediata. A terceira envolve a implementação de serviços de teleatendimento e agendamento on-line, estratégia de menor custo relativo, com potencial para otimizar o tempo dos profissionais e reduzir o fluxo presencial nas unidades.

Ao aplicar os Oito Passos de Bardach a essas alternativas, observa-se que a descentralização apresenta potencial para equilibrar, de forma mais consistente, critérios de eficiência e equidade. Contudo, essa alternativa também envolve trade-offs importantes, sobretudo no que se refere ao aumento dos custos financeiros no curto prazo. O dilema da gestão pública consiste, portanto, em compatibilizar responsabilidade fiscal e necessidade de justiça territorial. A manutenção da centralização pode parecer economicamente viável em um primeiro momento, mas tende a perpetuar desigualdades e a ampliar custos sociais e sanitários no médio e no longo prazo.

Entre os resultados esperados com a implementação gradual da descentralização, destacam-se a redução das filas e do tempo de espera, o aumento da cobertura da atenção básica nas comunidades e a melhoria de indicadores de saúde preventiva. Também se projeta a redução de internações de maior complexidade que poderiam ser prevenidas por meio de uma APS mais eficaz. Além disso, a aproximação entre profissionais de saúde e comunidade favorece a construção de vínculos de confiança e o fortalecimento da Atenção Primária como porta de entrada preferencial do sistema.

Outro efeito esperado diz respeito ao fortalecimento da cidadania em saúde. Ao aproximar o serviço do cidadão, a gestão municipal reforça a noção de que a saúde é direito coletivo e não privilégio condicionado à localização geográfica. Nesse processo, o uso de tecnologias digitais também pode desempenhar papel relevante, especialmente em município de grande extensão territorial como Linhares. Ferramentas como teleatendimento e agendamento on-line podem contribuir para reduzir deslocamentos e ampliar a eficiência da rede, desde que articuladas a outras estratégias de descentralização.

Em síntese, a análise dos dados e das alternativas sugere que a descentralização não deve ser compreendida apenas como escolha administrativa, mas como caminho promissor para enfrentar desigualdades territoriais no acesso à saúde. Trata-se, entretanto, de processo que demanda planejamento, avaliação contínua e fortalecimento progressivo da rede, especialmente no âmbito da Atenção Primária.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste capítulo evidencia que a centralização dos serviços de saúde em Linhares/ES constitui obstáculo importante à efetivação dos princípios da universalidade e da equidade do SUS, sobretudo para a população residente em áreas periféricas e rurais. O diagnóstico documental sugere que a concentração dos equipamentos e profissionais na região central produz barreiras de acesso, sobrecarga das unidades de referência e limitações à atuação preventiva da Atenção Primária à Saúde.

Diante desse quadro, a descentralização gradual e planejada apresenta-se como alternativa promissora para ampliar o acesso e reduzir desigualdades territoriais. A ampliação da rede básica, a adoção de unidades móveis e o uso de tecnologias de teleatendimento surgem, no contexto da análise, como caminhos possíveis para fortalecer a presença do serviço público nos territórios mais vulneráveis.

Mais do que oferecer solução definitiva, este capítulo busca apresentar um diagnóstico preliminar e propositivo sobre a organização da rede municipal de saúde

em Linhares. Espera-se, assim, contribuir para o debate local sobre planejamento territorial da saúde, fortalecimento da Atenção Primária e construção de arranjos institucionais mais equitativos e responsivos às necessidades da população.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGGATTO, Catarina Ianni; PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Regime de colaboração no Ceará: funcionamento, causas do sucesso e alternativas de disseminação do modelo**. São Paulo: Instituto Natura, 2016. Disponível em: https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2025/04/iN_RegimededeColaboracao_Nav20171129.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

BARDACH, Eugene. **The implementation game: what happens after a bill becomes a law**. Cambridge, MA: MIT Press, 1979.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 19 abr. 2026.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service**. 30th anniversary expanded ed. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Burocracia e implementação de políticas de saúde: os agentes comunitários na Estratégia Saúde da Família**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. Linhares, ES, 2022. Disponível em: https://linhares.es.gov.br/wp-content/uploads/2025/12/Plano-Municipal-de-Saude_2022-a-2025.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Capítulo XI

A importância da oficina terapêutica no Caps II de Linhares/ES: uma reabilitação psicossocial inclusiva

Jefferson Azevedo Goulart

Luiz Werllen da Silva Santana

Resumo

O presente trabalho analisa a importância das oficinas terapêuticas desenvolvidas no CAPS II de Linhares/ES como instrumento de reabilitação psicossocial e inclusão social de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. O estudo buscou compreender as percepções de profissionais e usuários acerca do papel, dos desafios e dos resultados dessas oficinas no processo de cuidado em saúde mental. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório, combinando revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, sendo três com profissionais e três com usuários do serviço. Os resultados indicam que as oficinas terapêuticas contribuem para a socialização, o fortalecimento da autonomia, a reconstrução de vínculos e a ampliação do convívio comunitário, embora dificuldades estruturais ainda limitem seu pleno desenvolvimento.

Palavras-chave: Oficinas terapêuticas. Reabilitação psicossocial. Saúde mental. CAPS II. Inclusão social.

Introdução

A saúde mental tem assumido crescente relevância no campo das políticas públicas brasileiras, especialmente com a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os CAPS constituem equipamentos estratégicos para a organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no território. No caso do CAPS II, trata-se de serviço voltado ao atendimento de adultos com transtornos mentais graves e persistentes, desempenhando papel fundamental na construção de práticas de cuidado territorializadas e orientadas pela reinserção social.

A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, estabelece que é responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, bem como a promoção de ações de assistência às pessoas com sofrimento psíquico, com participação da sociedade e da família. Nesse contexto, as oficinas terapêuticas surgem como importante ferramenta no processo de reabilitação psicossocial, por favorecerem a expressão de sentimentos, a socialização, a reconstrução de vínculos, o fortalecimento da autonomia e a inclusão social dos usuários.

No município de Linhares/ES, o CAPS II ocupa posição relevante dentro da política pública de saúde mental. As oficinas terapêuticas desenvolvidas nesse serviço constituem espaços de convivência, criação e acolhimento, nos quais o tratamento ultrapassa a dimensão medicamentosa e incorpora práticas voltadas à cidadania e ao convívio social. Diante disso, este estudo busca compreender a importância e os desafios dessas oficinas, analisando seu papel no processo de reabilitação psicossocial dos usuários do CAPS II de Linhares.

Este capítulo apresenta, assim, um diagnóstico preliminar, de caráter qualitativo e exploratório, sobre a relevância das oficinas terapêuticas no CAPS II de Linhares, a partir de revisão bibliográfica e de entrevistas realizadas com profissionais e usuários do serviço. Seu objetivo é contribuir para a reflexão sobre o cuidado em saúde mental e sobre os limites e potencialidades dessa política pública no contexto local.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por se tratar de estudo voltado à compreensão de experiências, percepções e significados atribuídos às oficinas terapêuticas no contexto do CAPS II de Linhares. O percurso metodológico combinou pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na etapa bibliográfica, foram consultados livros, artigos científicos e materiais disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico, com destaque para autores que discutem reforma psiquiátrica, saúde mental e oficinas terapêuticas.

Na etapa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis participantes, sendo três profissionais do CAPS II e três usuários das oficinas terapêuticas. Para preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes foram codificados como Prof. 1, Prof. 2, Prof. 3, Us. A, Us. B e Us. C. O roteiro de entrevistas foi organizado em dois blocos: um direcionado aos profissionais, com foco no papel, nos objetivos, nos desafios e nos resultados das oficinas; e outro destinado aos usuários, voltado às experiências vividas, à percepção dos benefícios e às sugestões de melhoria.

A análise das falas foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar regularidades, percepções recorrentes e elementos centrais relacionados à importância das oficinas terapêuticas para o processo de reabilitação psicossocial e inclusão social dos usuários do serviço.

Discussão Teórica

No âmbito da reforma psiquiátrica brasileira, os CAPS foram concebidos como espaços de cuidado em liberdade, substitutivos ao modelo asilar e orientados por práticas territorializadas, interdisciplinares e voltadas à reinserção social. Nessa perspectiva, o tratamento em saúde mental não se limita ao controle de sintomas, mas busca ampliar a autonomia dos sujeitos, reconstruir vínculos sociais e favorecer sua participação na vida comunitária.

As oficinas terapêuticas ocupam lugar relevante nesse processo. Para autores como Amarante (1995), Nicácio (2001) e Yasui (2010), elas constituem espaços de criação, expressão, convivência e reconstrução de trajetórias, permitindo que os usuários compartilhem experiências, desenvolvam habilidades e fortaleçam processos de socialização. Mais do que atividades complementares, as oficinas podem ser compreendidas como dispositivos terapêuticos voltados à reabilitação psicossocial, na medida em que articulam cuidado, subjetividade e pertencimento social.

Nessa direção, o papel das oficinas no CAPS II de Linhares pode ser analisado a partir da relação entre política pública de saúde mental, inclusão social e

fortalecimento da cidadania. Seu valor não reside apenas no conteúdo das atividades desenvolvidas, mas na possibilidade de oferecer aos usuários um espaço de convívio, escuta, expressão e participação, contribuindo para o enfrentamento do isolamento e para a reconstrução de projetos de vida.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

A análise das entrevistas evidencia que profissionais e usuários reconhecem as oficinas terapêuticas como elemento importante do cuidado ofertado pelo CAPS II de Linhares. Entre os profissionais, predomina a percepção de que as oficinas favorecem a reinserção social, o convívio comunitário e a reconstrução da autonomia dos usuários. Em suas falas, aparecem com frequência expressões relacionadas à “devolução ao território”, ao “convívio social” e à possibilidade de o usuário voltar a se reconhecer como sujeito de relações, de trabalho e de participação social.

Os depoimentos dos usuários também apontam nessa direção. Ainda que de forma mais fragmentada, as falas revelam que as oficinas são percebidas como espaços de acolhimento, distração, convivência e melhora do bem-estar. Os participantes destacam a caminhada, o artesanato, atividades externas e o contato com outras pessoas como elementos que contribuem para o tratamento e para a vida fora do CAPS. As respostas indicam que o convívio com os colegas e a atenção recebida da equipe aparecem como fatores centrais na experiência positiva com as oficinas.

A análise das falas permite identificar, ao menos, quatro dimensões principais da contribuição das oficinas terapêuticas. A primeira é a reinserção social, uma vez que profissionais e usuários associam as oficinas ao retorno progressivo ao convívio comunitário. A segunda é o fortalecimento da autonomia, especialmente quando os participantes mencionam melhora na rotina, ampliação do ir e vir, retomada de atividades cotidianas e reconstrução da autoestima. A terceira é o fortalecimento de vínculos, visível tanto nas falas sobre convivência familiar quanto na importância atribuída às relações construídas no próprio serviço. A quarta diz respeito ao valor

subjetivo do acolhimento, que aparece nas respostas dos usuários como sensação de bem-estar, pertencimento e redução do isolamento.

Por outro lado, os resultados também evidenciam limites importantes. Os profissionais mencionam carência de recursos financeiros, escassez de materiais, dificuldades de infraestrutura e insuficiência de recursos humanos como obstáculos recorrentes à manutenção e ao desenvolvimento das oficinas. Esse quadro sugere que, embora o serviço apresente resultados relevantes, sua capacidade de sustentação depende fortemente do apoio institucional e de investimentos mais consistentes.

As entrevistas também revelam desejo de ampliação das atividades, especialmente das ações externas, esportivas, musicais e de lazer, o que indica que os usuários valorizam oficinas que rompam os limites físicos do serviço e fortaleçam sua presença no território. Essa demanda é coerente com a literatura da saúde mental, que compreende a circulação social e a participação comunitária como dimensões centrais da reabilitação psicossocial.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste capítulo permite afirmar que as oficinas terapêuticas do CAPS II de Linhares constituem instrumento relevante para a reabilitação psicossocial de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. As falas dos profissionais e usuários indicam que essas oficinas favorecem socialização, fortalecimento da autonomia, reconstrução de vínculos e ampliação do convívio comunitário, contribuindo para que o tratamento em saúde mental ultrapasse a dimensão estritamente clínica.

Ao mesmo tempo, o estudo também evidencia que a efetividade dessas oficinas encontra limites importantes em dificuldades estruturais, como escassez de recursos financeiros, carência de materiais, insuficiência de profissionais e fragilidades no apoio institucional. Esses elementos não anulam os resultados positivos observados, mas revelam que a consolidação dessa política pública depende de maior investimento, planejamento e valorização do cuidado em saúde mental.

Mais do que oferecer conclusão definitiva, este capítulo busca apresentar um diagnóstico preliminar sobre a importância das oficinas terapêuticas no CAPS II de Linhares, destacando suas potencialidades e seus desafios. Espera-se, assim, contribuir para o debate sobre saúde mental, reabilitação psicossocial e fortalecimento de práticas públicas orientadas pela dignidade, pela inclusão social e pelo cuidado em liberdade.

Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

BATISTELA, Mariana da Rocha; GARCIA, Andreia Sanches; OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de. Oficinas terapêuticas e a música no CAPS: contribuições para a saúde mental brasileira. **Revista Científica Eletrônica Estácio**, [S. l.], ed. 19, jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. **Recherche qualitative: guide pratique**. Montréal: Chenelière-McGraw-Hill, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

NICÁCIO, Fernanda. **Oficinas terapêuticas: arte, cultura e cidadania no CAPS**. São Paulo: Hucitec, 2001.

NORONHA, Aline Aparecida; FOLLE, Daiane; GUIMARÃES, Aline Naiana; BRUM, Márcia Luiza Bitencourt; SCHNEIDER, Jacó Fernando; MOTTA, Maria da Graça Corso da. Percepções de familiares de adolescentes sobre oficinas terapêuticas em um

centro de atenção psicossocial infantil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, e56061, 2016.

YASUI, Silvio. **A instituição da reforma psiquiátrica: os CAPS e a transformação das práticas em saúde mental**. São Paulo: Hucitec, 2010.

Capítulo XII

Pobreza menstrual no Brasil: Programa Dignidade Menstrual

Adriana Vilela Pinto Machado

Jani Pereira Dos Santos Ramos

Juliana Barcelos Mariano

Resumo

O presente estudo analisa o Programa Dignidade Menstrual, política pública federal voltada ao enfrentamento da pobreza menstrual no Brasil. O objetivo geral consiste em examinar sua relevância social, identificando limitações relacionadas à implementação, à distribuição e ao monitoramento, bem como refletindo sobre sua articulação com outras políticas sociais. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes oficiais e acadêmicas. Os resultados indicam ampliação do acesso a absorventes e benefícios para populações em situação de vulnerabilidade, mas também apontam desafios persistentes, como desigualdades territoriais, tabus culturais, insuficiência de infraestrutura e necessidade de ações intersetoriais e educativas para ampliar a efetividade da política.

Palavras-chave: Pobreza menstrual. Políticas públicas. Dignidade menstrual. Saúde menstrual. Desigualdades sociais.

Introdução

A pobreza menstrual, entendida como a dificuldade ou impossibilidade de acesso a itens básicos de higiene durante a menstruação, constitui problema social relevante no Brasil. Muitas pessoas que menstruam não conseguem adquirir absorventes por limitações financeiras e recorrem a materiais improvisados, como papel ou pano, o que afeta diretamente sua saúde física, emocional e social, conforme apontam relatórios da UNICEF e do UNFPA (2021). A situação se agrava com a ausência de infraestrutura adequada, como banheiros limpos, água potável e saneamento básico, além da desinformação sobre o ciclo menstrual, que contribui para a reprodução de estigmas e exclusões, especialmente entre meninas em idade escolar.

Nesse contexto, o governo federal instituiu o Programa Dignidade Menstrual, por meio da Lei nº 14.214/2021, como resposta institucional ao problema. A política prevê a distribuição gratuita de absorventes a pessoas em situação de vulnerabilidade social e articula ações voltadas à educação em saúde menstrual e à promoção de direitos (Brasil, 2023). A persistência da pobreza menstrual motiva a presente pesquisa, uma vez que milhões de mulheres e meninas ainda enfrentam barreiras no acesso a produtos menstruais, condições de higiene e informações adequadas.

Estudos recentes, como os de Martins e Souza (2024), demonstram que a pobreza menstrual está diretamente associada às desigualdades socioeconômicas, à precariedade do saneamento e à insuficiência de recursos essenciais para o manejo menstrual, afetando de forma mais intensa grupos vulnerabilizados. Diante disso, o estudo busca analisar em que medida o Programa Dignidade Menstrual tem contribuído para mitigar o problema e quais desafios permanecem em sua implementação, considerando seu desenho institucional, sua execução e sua capacidade de reduzir desigualdades.

A escolha do programa como objeto justifica-se pela amplitude do público atendido e pela relevância da política no enfrentamento da pobreza menstrual no país. Dados oficiais indicam que, em 2024, o programa beneficiou 2,1 milhões de pessoas e distribuiu 240,3 milhões de absorventes, com investimento federal de R\$ 119,7 milhões (Brasil, 2025). Além disso, seu recorte socioeconômico, que prioriza pessoas inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até R\$ 218, e estudantes de baixa renda da rede pública, reforça a centralidade da política para grupos socialmente vulnerabilizados.

Relatórios da UNICEF e do UNFPA (2021) aprofundam esse diagnóstico ao apontar que mais de 4 milhões de meninas não têm acesso a itens mínimos de higiene menstrual nas escolas e que 713 mil vivem em domicílios sem banheiro ou chuveiro. Esses dados reforçam a urgência de ações intersetoriais que promovam equidade de gênero, ampliem o acesso a condições básicas de higiene e fortaleçam iniciativas voltadas à dignidade menstrual.

A literatura de políticas públicas contribui para compreender a complexidade do enfrentamento desse problema. Mastrodi e Ifanger (2019) definem políticas públicas como ações orientadas por objetivos estatais e permeadas por interesses e dinâmicas decisórias diversas. Macedo et al. (2016) ressaltam que formulação e implementação são atravessadas por disputas, conflitos e negociações entre atores, de modo que sua trajetória não se desenvolve de forma linear. Lotta (2019), por sua vez, destaca que implementar políticas públicas envolve interpretar normas, lidar com recursos disponíveis e interagir com usuários, configurando processo contínuo e distribuído entre múltiplos agentes. No caso do Programa Dignidade Menstrual, isso implica reconhecer a centralidade da atuação de profissionais da saúde, educação e assistência social.

Este capítulo apresenta, assim, uma análise preliminar, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, sobre o Programa Dignidade Menstrual e seus limites de implementação, sem a pretensão de esgotar empiricamente todas as dimensões territoriais da política. A análise fundamenta-se em literatura acadêmica, documentos oficiais, relatórios governamentais e materiais produzidos por organismos internacionais, com o objetivo de examinar o desenho, a implementação e os resultados do programa.

Discussão Teórica

Os estudos sobre pobreza menstrual contribuem para compreender a necessidade de políticas públicas voltadas à garantia do manejo menstrual adequado. Martins e Souza (2024) demonstram que a pobreza menstrual no Brasil decorre da combinação entre insuficiência de renda, ausência de saneamento básico e carência de informações, produzindo impactos relevantes sobre saúde, bem-estar e permanência escolar. As autoras evidenciam que essas desigualdades afetam de forma mais intensa adolescentes, mulheres negras e moradoras de territórios periféricos, aprofundando assimetrias de gênero e raça. Nesse sentido, a pobreza menstrual configura-se como problema social multifacetado, cuja superação exige respostas estatais articuladas e orientadas à redução de desigualdades.

Sob o enfoque das teorias da justiça e das capacidades, Silva e Casemiro (2024) ampliam esse debate ao defender que a dignidade menstrual constitui dimensão fundamental da autonomia e da participação social de mulheres e meninas. De acordo com os autores, o acesso a itens menstruais, infraestrutura adequada e informações qualificadas é condição básica para o exercício de direitos humanos, sendo sua ausência indicativa de violações sistêmicas.

Em perspectiva complementar, Fernández González Junior (2024) argumenta que as práticas socioculturais em torno da menstruação são permeadas por tabus e silenciamentos, produzindo desigualdades simbólicas e materiais. A pobreza menstrual, portanto, deve ser compreendida também como problema de saúde pública e de educação, o que demanda ações educativas, promoção de direitos e enfrentamento de estigmas. A literatura evidencia, assim, que a questão extrapola o campo sanitário e alcança dimensões estruturais da vida social.

A partir dessas contribuições, torna-se evidente que a pobreza menstrual expressa quadro de injustiças estruturais. O enfoque das capacidades mostra que a justiça social implica assegurar condições equânimes para o exercício de direitos, inclusive no manejo menstrual. Os dados apresentados por Martins e Souza (2024) revelam desigualdades socioeconômicas, territoriais e raciais e reforçam que precariedade de saneamento, falta de informação e barreiras econômicas restringem capacidades e aprofundam desigualdades.

Nesse contexto, compreender o Programa Dignidade Menstrual requer incorporar também os aportes dos estudos de políticas públicas. Mastrodi e Ifanger (2019) argumentam que políticas públicas expressam escolhas estatais orientadas pela definição de problemas sociais e pelos consensos possíveis em cada conjuntura. Macedo et al. (2016), por sua vez, destacam que essas escolhas resultam de interações e negociações entre múltiplos atores em ambientes marcados por conflitos e assimetrias de poder, afetando o desenho e a execução das ações governamentais.

Essa abordagem dialoga com Lotta (2019), para quem a implementação deve ser entendida como processo dinâmico, no qual burocratas, gestores e instituições produzem a política enquanto a executam. Na prática cotidiana, prioridades são

redefinidas, normas são ajustadas e a efetividade das ações passa a depender da capacidade concreta dos agentes envolvidos. À luz dessas interpretações, o Programa Dignidade Menstrual deve ser compreendido como fenômeno político e institucional complexo, elaborado para responder a injustiças estruturais relacionadas ao manejo menstrual. Sua efetividade depende tanto de seu arcabouço normativo quanto das condições concretas de implementação em contextos marcados por desigualdades, restrições operacionais e práticas socioculturais historicamente consolidadas.

Análise dos dados e resultados

A análise dos dados disponíveis permite compreender que a pobreza menstrual no Brasil constitui problema estrutural, cujos efeitos se distribuem de forma desigual entre grupos sociais, reforçando vulnerabilidades preexistentes. O relatório da UNICEF e do UNFPA (2021) estima que mais de 4 milhões de meninas enfrentam dificuldades no acesso a produtos de higiene menstrual e que 713 mil vivem em domicílios sem banheiro ou chuveiro. Esses indicadores evidenciam que o manejo menstrual, longe de se limitar a uma questão privada, constitui determinante social com impactos diretos sobre educação, saúde e dignidade humana.

Nesse contexto, o Programa Dignidade Menstrual surge como resposta estatal necessária diante da magnitude do problema. Em seu primeiro ano de execução, o governo federal registrou atendimento a 2,1 milhões de pessoas e distribuição de 240,3 milhões de absorventes (Brasil, 2025). A abrangência da iniciativa demonstra capacidade operacional relevante e sugere esforços concretos para reduzir parte das desigualdades apontadas pelo diagnóstico internacional.

A focalização da política evidencia alinhamento entre diagnóstico e intervenção. O programa prioriza mulheres com renda familiar per capita de até R\$ 218 e estudantes da rede pública de baixa renda, reconhecendo a pobreza como determinante central da desigualdade menstrual. Tal direcionamento encontra respaldo em resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2024), que definem a saúde menstrual como componente dos direitos à saúde, à educação e à dignidade. Paralelamente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2025)

destaca que a saúde menstrual depende de acesso a saneamento, água, informação e produtos adequados, cuja distribuição no Brasil ocorre de forma desigual entre grupos sociais marcados por gênero, raça e classe.

Pesquisas nacionais ratificam essa perspectiva. Estudos identificam que adolescentes, mulheres negras e moradoras de territórios periféricos estão entre as mais afetadas pela pobreza menstrual (Martins; Souza, 2024), reforçando que marcadores sociais estruturam o acesso desigual a direitos. Mesmo com os avanços observados, a política enfrenta barreiras importantes. Persistem desigualdades territoriais significativas: comunidades rurais, periferias urbanas e favelas apresentam limitações que transcendem a simples oferta de insumos, incluindo ausência de saneamento, precariedade de equipamentos públicos e baixa capilaridade de ações educativas.

O ambiente escolar constitui espaço estratégico, mas também reflete desigualdades estruturais. Relatórios da UNICEF e do UNFPA (2021) apontam que a falta de infraestrutura adequada – banheiros, água potável e privacidade – compromete o desempenho escolar de adolescentes, contribuindo para faltas e abandono. Essas condições dialogam com estudos da ONU (2024) e do ACNUDH (2025), segundo os quais a inadequação da infraestrutura escolar aprofunda desigualdades socioeconômicas e raciais já existentes.

Além disso, a política enfrenta desafios típicos da implementação em contextos desiguais. Como destaca Lotta (2019), políticas públicas dependem não apenas de sua formulação, mas das condições concretas de execução nos territórios. Diferenças de capacidade administrativa, infraestrutura e disponibilidade de recursos impactam diretamente seus resultados. Outro desafio refere-se à intersectorialidade: embora prevista no desenho da política, a articulação entre saúde, educação e assistência social nem sempre ocorre de forma coordenada, o que dificulta acompanhamento e continuidade das ações. Organismos internacionais reiteram que políticas menstruais eficazes requerem integração entre setores e oferta simultânea de produtos, infraestrutura e educação menstrual (ONU, 2024; ACNUDH, 2025).

A dimensão cultural também constitui obstáculo relevante. Estigmas e tabus persistem e limitam a busca por orientação, especialmente entre adolescentes. Dados da UNICEF e do UNFPA (2021) demonstram que a ausência de informação adequada agrava constrangimentos, evidenciando a necessidade de fortalecer estratégias educativas que abordem a menstruação como fenômeno natural e relacionado à saúde.

Por fim, a sustentabilidade do programa depende de mecanismos contínuos de financiamento, monitoramento e avaliação. Relatórios governamentais (Brasil, 2025) indicam que a manutenção do fornecimento regular de absorventes exige sistemas de informação robustos e processos de acompanhamento periódico, em consonância com diretrizes internacionais.

Diante disso, a análise desenvolvida sugere que o Programa Dignidade Menstrual representa marco importante para a garantia dos direitos menstruais no Brasil, mas sua efetividade mais ampla depende do enfrentamento das desigualdades estruturais que marcam o país. Os dados revelam avanços expressivos, mas também indicam que a plena realização do direito à saúde menstrual requer integração intersetorial, ações educativas robustas e investimento contínuo, consolidando política orientada pela equidade e pela justiça social.

Considerações Finais

O capítulo evidencia que a pobreza menstrual no Brasil não pode ser compreendida apenas como dificuldade de acesso a absorventes, mas como expressão de desigualdades estruturais que envolvem renda, saneamento, infraestrutura escolar, informação e estigmas socioculturais. Nessa perspectiva, o Programa Dignidade Menstrual constitui resposta institucional relevante e necessária, na medida em que reconhece a saúde menstrual como questão de direitos e busca reduzir barreiras materiais que atingem populações vulnerabilizadas.

Ao mesmo tempo, a análise mostra que a efetividade da política depende de condições que extrapolam sua existência normativa. Persistem desafios relacionados

à capilaridade territorial, à infraestrutura escolar e domiciliar, à coordenação entre setores e à permanência de tabus que dificultam a abordagem do tema. Assim, a política ganha densidade quando compreendida de forma intersetorial, vinculada simultaneamente à saúde, à educação, à assistência social e à promoção da dignidade humana.

Mais do que oferecer conclusão definitiva, este capítulo busca apresentar diagnóstico preliminar sobre os avanços e limites do Programa Dignidade Menstrual, contribuindo para o debate sobre políticas públicas orientadas à redução de desigualdades de gênero e à garantia de direitos. Espera-se, assim, que a reflexão aqui desenvolvida possa subsidiar futuras discussões também em escala local, inclusive em municípios que enfrentam vulnerabilidades territoriais e limitações de infraestrutura semelhantes às apontadas pela literatura e pelos documentos analisados.

Referências

BRASIL. **Programa Dignidade Menstrual**. Brasília, DF: Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/dignidade-menstrual>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 out. 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14214-6-outubro-2021-791824-norma-pl.html>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Dignidade Menstrual: manual de instruções - e-SUS APS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://sisaps.saude.gov.br/sistemas/esusaps/docs/manual/PEC/PEC_17_pdm/. Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de resultados da campanha do Programa Dignidade Menstrual**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/planosdemidia/2024/dignidade-menstrual/relatorio-de-resultados-da-campanha-do-programa-dignidade-menstrual/view>. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ JUNIOR, Francisco. Reflexões sobre a dignidade menstrual no Brasil para a promoção da igualdade educacional. **Espacio Abierto**, Maracaibo, v. 33, n. 1, p. 75-95, 2024.

LOTTA, Gabriela (org.). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: Enap, 2019.

MACEDO, Alex dos Santos et al. O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, número especial, p. 593-618, jul. 2016. DOI: 10.1590/1679-395117188.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 3-16, 2019.

MARTINS, T. L.; SOUZA, K. C. de. Desigualdades sociais e o impacto na pobreza menstrual: uma revisão de literatura. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Curitiba, v. 17, n. 1, p. 106-118, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/download/94585/52402/391545>. Acesso em: 23 nov. 2025.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Good practices identified and problems encountered on menstrual hygiene management (A/HRC/59/L.37)**. Geneva: United Nations, 2025. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4085059>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, Nathália Lipovetsky e; CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira. Um quadro de injustiças: pobreza e dignidade menstrual e o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 35-54, 2024.

UNICEF; UNFPA. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. Brasília, DF: UNICEF; UNFPA, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual-relatorio-unicef-unfpa-maio2021.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. **Menstrual hygiene management, human rights and gender equality (A/HRC/RES/56/11)**. Geneva: United Nations, 2024. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4059828>. Acesso em: 24 nov. 2025.

Capítulo XIII

Espaços públicos de lazer e prática de atividade física: análise das condições de uso, distribuição territorial e impacto na participação da população de Linhares

João Pedro Gonçalves da Silva

Resumo

O presente estudo analisa de que maneira a oferta, a qualidade e a gestão dos espaços públicos influenciam a prática de atividade física em Linhares/ES. Por meio de revisão de literatura e de observação de campo em 20 bairros do município, identificaram-se desigualdades na distribuição territorial desses espaços, baixa adesão adulta, carência de manutenção, ausência de profissionais e insuficiência de segurança. Os resultados sugerem que moradores de regiões periféricas enfrentam maiores distâncias, equipamentos deteriorados e menor diversidade de modalidades, o que dificulta a prática regular de atividade física. Conclui-se, em perspectiva preliminar, que a quantidade de espaços existentes não se converte automaticamente em acesso efetivo, sendo necessárias melhorias estruturais, ampliação da diversidade de usos e fortalecimento da gestão pública voltada à promoção da saúde coletiva.

Palavras-chave: Atividade física. Espaços públicos. Saúde coletiva. Desigualdade socioespacial.

Introdução

A prática regular de atividade física constitui dimensão importante da promoção da saúde e da qualidade de vida, mas sua realização não depende apenas de escolhas individuais. Em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais e territoriais, o acesso a espaços públicos adequados, seguros e funcionais torna-se fator relevante para possibilitar ou restringir o engajamento da população em atividades físicas e de lazer.

No município de Linhares/ES, a existência de praças, quadras e outros equipamentos públicos voltados ao exercício físico e ao lazer sugere, à primeira vista, oferta

razoável desses espaços. Entretanto, a simples presença de tais estruturas não garante, por si só, uso regular, acessibilidade territorial, diversidade de modalidades ou condições adequadas de funcionamento. Aspectos como distância, manutenção, segurança, presença de profissionais e variedade das práticas ofertadas influenciam diretamente a adesão da população.

Diante disso, este trabalho busca compreender de que forma a existência, ou a precariedade, de espaços públicos destinados à prática de atividade física interfere no uso efetivo desses locais pela população de Linhares. O objetivo é analisar suas condições de uso, sua distribuição territorial e os efeitos dessas características sobre a participação da população, com atenção especial às desigualdades entre bairros centrais e periféricos.

Este capítulo apresenta, assim, um diagnóstico preliminar, de caráter bibliográfico e exploratório, sobre os espaços públicos voltados à atividade física em Linhares/ES. Parte-se do entendimento de que a promoção da saúde coletiva exige não apenas a existência formal desses espaços, mas sua efetiva acessibilidade e funcionalidade no território.

Metodologia

A pesquisa combinou revisão bibliográfica e observação de campo. Na etapa bibliográfica, foram mobilizados estudos sobre atividade física, desigualdade socioespacial, acessibilidade e promoção da saúde em espaços públicos. Na etapa empírica, foram visitados 20 bairros do município de Linhares, com observação de 20 espaços voltados à prática de atividade física.

As visitas ocorreram em mais de uma oportunidade e em horários distintos, a fim de ampliar a confiabilidade da observação. Durante o percurso, foram analisados critérios como qualidade física dos espaços, segurança, estética, limpeza, presença e estado de conservação dos equipamentos, diversidade de modalidades disponíveis e usabilidade geral. Também foram realizadas conversas informais com usuários e moradores, buscando captar percepções sobre os espaços visitados.

Trata-se, portanto, de um estudo exploratório, orientado à identificação de elementos diagnósticos sobre a distribuição territorial e as condições de funcionamento dos espaços públicos de lazer e atividade física no município.

Discussão Teórica

A literatura sobre atividade física e saúde coletiva indica que o acesso a práticas corporais regulares é influenciado por determinantes sociais e espaciais. Lima et al. (2020) destacam que o status socioeconômico e cultural interfere de modo importante na quantidade de atividade física realizada pelos indivíduos, especialmente quando se consideram barreiras de acessibilidade e deslocamento.

A oferta de espaços públicos para atividade física, quando pensada de forma estratégica, pode representar mais do que benefício recreativo. Hino et al. (2019) indicam que tais espaços contribuem para promoção do bem-estar físico e mental, podendo ainda influenciar positivamente a convivência urbana e a redução de determinados fatores associados à violência, ao sedentarismo e ao isolamento social. Nessa perspectiva, políticas públicas voltadas à ampliação e qualificação desses espaços produzem efeitos que ultrapassam o campo estrito do lazer.

Agrizzi et al. (2023) ressaltam, contudo, que a simples existência desses equipamentos não garante seu uso efetivo. Entre os problemas recorrentes, destacam-se a baixa diversidade de modalidades ofertadas, a precariedade de manutenção e a ausência de profissionais responsáveis pela orientação das atividades e pelo cuidado cotidiano com os espaços. Tais fatores podem produzir exclusões indiretas, frustrando usuários iniciantes e limitando o alcance social dos equipamentos.

Desse modo, a literatura sugere que a efetividade dos espaços públicos de atividade física depende da articulação entre oferta territorial, acessibilidade, diversidade de usos, manutenção adequada e presença de mediação profissional. A promoção da atividade física, especialmente entre populações historicamente mais

vulnerabilizadas, exige, portanto, olhar atento à desigualdade socioespacial e às condições concretas de apropriação desses espaços.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

A observação de campo permitiu identificar que a distribuição dos espaços públicos destinados à prática de atividade física em Linhares não ocorre de maneira homogênea no território. Embora tenham sido visitados 20 bairros e 20 espaços, a correspondência numérica entre bairro e equipamento não significa equilíbrio real de acesso. Enquanto alguns bairros mais centrais contam com mais de um espaço disponível, moradores de regiões periféricas precisam deslocar-se até bairros vizinhos para realizar atividades físicas.

Esse quadro foi observado, por exemplo, em bairros como Residencial Rio Doce, Mata do Cacau, Linhares V, Nova Esperança, Lagoa Park, Vila Maria e Betânia, cujos moradores dependem de espaços circunvizinhos. A distância aparece, nesse caso, como barreira concreta à utilização dos equipamentos, sobretudo para aqueles que não dispõem de automóvel ou motocicleta. Tal constatação dialoga com Lima et al. (2020), que apontam a acessibilidade territorial como fator decisivo na adesão à atividade física.

Outro aspecto relevante diz respeito à baixa adesão adulta aos espaços visitados. Nos locais que dispunham de equipamentos em condições mínimas de uso, a presença de adultos praticando atividade física mostrou-se bastante reduzida, tendo sido identificados apenas quatro usuários ativos durante as visitas. Em vários casos, os espaços funcionavam mais como área de recreação infantil do que como equipamento efetivamente apropriado por adultos para prática regular de exercícios.

As conversas informais com moradores reforçaram essa percepção. Entre os relatos colhidos, apareceu com frequência a ideia de que os espaços representam oportunidade importante para quem não pode pagar por academias, mas sua mera existência não garante adesão da comunidade. Problemas como falta de manutenção,

pouca diversidade de modalidades, ausência de profissionais e sensação de insegurança limitam o uso continuado.

As visitas também permitiram identificar forte contraste entre espaços localizados em áreas centrais e aqueles situados em regiões periféricas. Enquanto alguns espaços mais centrais dispõem de maior variedade de estruturas, incluindo modalidades mais diversificadas, muitos bairros periféricos contam apenas com quadras de futebol society ou vôlei. Essa desigualdade não sugere que os bairros centrais devam perder infraestrutura, mas evidencia a necessidade de ampliação da diversidade de usos nos demais territórios.

A precariedade dos equipamentos constitui outro dado importante. Em diversos espaços observou-se ausência de limpeza, peças soltas, ferrugem e aparelhos quebrados, comprometendo a segurança e a usabilidade. Além disso, em nenhum dos locais visitados foi identificada presença de profissional de educação física para orientação do uso adequado dos equipamentos, tampouco de pessoal responsável por monitoramento ou preservação do patrimônio público.

A questão da segurança pública também apareceu como elemento relevante. Não foi observado monitoramento regular por parte da Guarda Civil Municipal ou da Polícia Militar, tanto em áreas centrais quanto periféricas. Ainda que de forma indireta, esse fator tende a influenciar o uso dos espaços, sobretudo em horários de início da manhã e final do dia, quando parte significativa da população poderia recorrer a esses locais.

As informações fornecidas por moradores de bairros como Residencial Rio Doce, Aviso e Canivete também sugerem que a manutenção dos equipamentos ocorre de forma esporádica e pouco duradoura. Esse quadro aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas à ampliação do número de espaços, mas também à sua conservação, monitoramento e ativação social.

Dessa maneira, os dados observados indicam que Linhares dispõe de quantidade razoável de espaços públicos voltados à prática de atividade física, mas a funcionalidade desses equipamentos encontra limites relevantes. A desigualdade

territorial, a precariedade estrutural, a ausência de profissionais, a insegurança e a baixa diversidade de modalidades reduzem o potencial desses espaços como política pública de promoção da saúde e de ampliação do acesso ao lazer.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste capítulo permite compreender que a simples existência de espaços públicos de lazer e atividade física não garante seu uso efetivo pela população. No caso de Linhares, os dados observados sugerem que a prática regular de atividade física é condicionada por fatores territoriais, estruturais e institucionais, como proximidade, manutenção, segurança, presença de profissionais e diversidade das modalidades disponíveis.

O estudo também evidencia que os bairros periféricos enfrentam condições menos favoráveis de acesso e uso, o que reforça desigualdades socioespaciais e limita o potencial desses equipamentos como instrumentos de promoção da saúde coletiva. A observação de campo mostrou que muitos espaços públicos, embora existentes, não oferecem condições adequadas de apropriação por parte da população adulta, seja pela deterioração dos equipamentos, seja pela ausência de suporte profissional e institucional.

Mais do que propor solução definitiva, este capítulo apresenta diagnóstico preliminar sobre os limites e as potencialidades dos espaços públicos de atividade física em Linhares/ES. A análise sugere que políticas públicas futuras podem avançar na ampliação territorial da oferta, na diversificação de modalidades, na melhoria da manutenção, no reforço da segurança e na presença de profissionais qualificados, de modo a tornar esses espaços mais efetivos como instrumentos de inclusão, lazer e promoção da saúde.

Referências

BORGES, Paula Agrizzi et al. Distribuição e qualidade de espaços públicos para atividade física de lazer em uma capital do Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 28, e0304, 2023.

HINO, Adriano Akira Ferreira et al. Acessibilidade a espaços públicos de lazer e atividade física em adultos de Curitiba, Paraná, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, e00020719, 2019.

LIMA, Douglas Fernandes et al. A prática de atividade física mediada pelo meio geográfico: barreiras de acessibilidade. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 1, p. 83-88, jan./abr. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. OMS lança novas diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário. **Nações Unidas Brasil**, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/102689-oms-lan%C3%A7a-novas-diretrizes-sobre-atividade-f%C3%AAdsica-e-comportamento-sedent%C3%A1rio%C2%A0>. Acesso em: 5 nov. 2025.

Eixo IV - Território, meio ambiente e desenvolvimento rural

Capítulo XIV

Desafios ambientais e gestão hídrica em Linhares/ES: análise da poluição, dos impactos socioambientais e das políticas públicas para a revitalização da Lagoa do Meio

Lidiane Bastos Souza

Patrícia Firme

Resumo

Este estudo analisa a degradação da Lagoa do Meio, em Linhares/ES, destacando os impactos ambientais, sociais e sanitários decorrentes da poluição hídrica. O objetivo geral consiste em compreender as causas e os efeitos desse processo, enquanto os objetivos específicos examinam sua relação com o saneamento deficitário, as ocupações irregulares e o manejo inadequado de resíduos. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, fundamentada em documentos oficiais, análises ambientais e estudos técnicos. Os resultados apontam níveis elevados de coliformes fecais, descarte irregular de esgoto, proliferação de vegetação indicadora de poluição e impactos socioambientais que exigem políticas públicas contínuas e integradas de revitalização.

Palavras-chave: Água. Saneamento. Poluição. Lagoas urbanas. Linhares.

Introdução

A água é recurso fundamental para a vida e para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. No Brasil, embora sua disponibilidade seja expressiva, a distribuição desigual e a ausência de políticas integradas comprometem a segurança hídrica em diferentes territórios. Municípios em expansão urbana, como Linhares, enfrentam pressões que incidem diretamente sobre seus corpos d'água, especialmente as lagoas urbanas.

O crescimento urbano desordenado favorece ocupações irregulares, descarte inadequado de resíduos sólidos e ligações clandestinas de esgoto. Tais processos comprometem a qualidade da água, ampliam riscos sanitários e afetam diretamente o

equilíbrio ambiental. Nesse contexto, a problemática central deste estudo consiste em compreender os impactos e as causas da poluição da Lagoa do Meio e discutir caminhos possíveis para sua revitalização.

O objetivo geral do trabalho é analisar a degradação hídrica da lagoa e apontar alternativas de recuperação ambiental. A relevância da pesquisa está associada à necessidade de proteção dos recursos naturais do município, considerando que Linhares possui mais de 69 lagoas, fundamentais para turismo, lazer, biodiversidade e abastecimento. Relatórios técnicos indicam que, em 2013, a Lagoa do Meio apresentava nível de coliformes fecais 16 vezes acima do permitido pela normativa do CONAMA, o que evidencia a gravidade do problema.

A discussão teórica apoia-se em autores que tratam do manejo inadequado de resíduos sólidos, do saneamento básico e das políticas públicas ambientais. Gouveia (2012), por exemplo, analisa os impactos sociais, ambientais e sanitários dos resíduos sólidos urbanos, enquanto dados do Panorama do Saneamento Básico no Brasil (Brasil, 2021) evidenciam a persistência de déficits estruturais em diversas regiões do país.

Este capítulo apresenta, assim, um diagnóstico preliminar, de caráter qualitativo, bibliográfico e documental, sobre a degradação da Lagoa do Meio e os desafios da gestão hídrica em Linhares/ES. A análise baseia-se em relatórios ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, documentos oficiais, legislação ambiental e estudos científicos sobre degradação hídrica e políticas públicas.

Discussão Teórica

O manejo inadequado de resíduos sólidos é apontado na literatura como um dos principais fatores de degradação ambiental urbana. Gouveia (2012) afirma que o descarte irregular contribui para a proliferação de vetores, a contaminação do solo e da água e o aumento de riscos sanitários, afetando diretamente a saúde coletiva e a qualidade ambiental.

A literatura sobre saneamento básico no Brasil também evidencia desigualdades profundas no acesso ao tratamento de esgoto e à infraestrutura sanitária. O Panorama do Saneamento Básico no Brasil (Brasil, 2021) mostra que a insuficiência de redes de coleta e tratamento atinge de forma mais intensa áreas periféricas e municípios em expansão, o que ajuda a compreender a vulnerabilidade de territórios como Linhares diante da degradação de seus corpos hídricos.

No caso das lagoas urbanas, a degradação ocorre quando resíduos sólidos, esgoto doméstico e efluentes são lançados sem tratamento, reduzindo o oxigênio dissolvido, aumentando a turbidez e favorecendo a proliferação de macrófitas aquáticas, como os chamados “golfos”, frequentemente associados a águas poluídas. Tais processos revelam não apenas desequilíbrio ecológico, mas falhas de planejamento urbano e de gestão ambiental.

A discussão sobre políticas públicas ambientais aponta, assim, que a revitalização de corpos d'água exige ações intersetoriais que articulem saneamento, fiscalização, educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e monitoramento contínuo. A gestão eficaz dos recursos hídricos depende, portanto, de planejamento urbano adequado, participação comunitária, investimentos permanentes e capacidade institucional de acompanhamento sistemático.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

A análise dos dados coletados revela cenário preocupante de degradação na Lagoa do Meio. A presença de coliformes fecais muito acima dos limites recomendados indica forte comprometimento da qualidade da água e sugere a existência de ligações clandestinas de esgoto, o que afeta a vida aquática e compromete o uso recreativo da área.

Os relatórios ambientais também indicam que a pesca precisou ser suspensa em determinados períodos em razão do risco sanitário. Esse dado evidencia impactos sociais relevantes, considerando que parte da população depende diretamente da pesca artesanal para sua subsistência ou para a manutenção de práticas cotidianas

vinculadas à lagoa. A degradação, portanto, não se limita à dimensão ambiental, mas repercute também sobre formas de vida e de trabalho no território.

Outro elemento importante diz respeito à atuação da autarquia SAAE, responsável pelo saneamento municipal, que enfrentou investigações relacionadas à inatividade de estação elevatória, o que teria contribuído para o despejo irregular de efluentes. Além disso, mais de 300 processos ligados à poluição foram contabilizados, o que reforça a dimensão estrutural do problema e sua persistência ao longo do tempo.

Em 2020, ações de limpeza removeram toneladas de materiais orgânicos e inorgânicos da lagoa. No entanto, a recorrência dos problemas sugere que medidas pontuais não são suficientes para assegurar melhoria permanente. A poluição visual, o mau cheiro e a proliferação de urubus e ratos em áreas próximas foram mencionados em diferentes registros, indicando que os efeitos da degradação ultrapassam a água em si e atingem o ambiente urbano mais amplo.

Outro problema identificado é a proliferação dos chamados “golfos”, vegetação que cresce intensamente em águas poluídas por esgoto doméstico, reduzindo o teor de oxigênio e prejudicando a fauna aquática. Em alguns trechos, essa vegetação cobre completamente a superfície da lagoa, impedindo a visualização da água e indicando processo severo de eutrofização e baixa circulação hídrica.

O desastre da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, também aparece como elemento de impacto indireto sobre a região, uma vez que a chegada da lama ao Rio Doce alterou a qualidade ambiental e afetou ecossistemas associados. Em 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente instalou balsas para remoção de plantas aquáticas mortas, buscando reduzir o mau cheiro e melhorar a circulação da água. Ainda assim, a persistência da degradação sugere que ações isoladas e paliativas não são suficientes para resolver o problema.

A experiência de despoluição do Rio Pinheiros, mobilizada no texto como referência comparativa, reforça que políticas eficazes de revitalização exigem gestão integrada, investimento contínuo, monitoramento frequente e participação social. À luz dos dados analisados, pode-se afirmar que uma política ambiental mais consistente para

Linhares deve contemplar, de forma articulada, a ampliação do saneamento básico, a fiscalização permanente, a desocupação de margens, o reflorestamento de áreas degradadas, a educação ambiental comunitária e o monitoramento contínuo das lagoas urbanas.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste capítulo evidencia que a degradação da Lagoa do Meio não constitui problema isolado, mas expressão de processo mais amplo de fragilidade da gestão urbana e ambiental em Linhares/ES. A poluição hídrica observada resulta da combinação entre saneamento insuficiente, descarte irregular de resíduos, ocupações inadequadas e respostas públicas descontínuas, produzindo impactos ambientais, sociais e sanitários relevantes.

Os dados examinados sugerem que a revitalização da lagoa exige políticas públicas permanentes e intersetoriais, capazes de articular saneamento, fiscalização, recuperação ambiental, educação comunitária e monitoramento técnico. Nesse sentido, a persistência do problema demonstra que ações pontuais, embora necessárias em situações emergenciais, não substituem a necessidade de planejamento continuado e gestão integrada.

Mais do que apresentar solução definitiva, este capítulo oferece diagnóstico preliminar sobre os desafios ambientais e de gestão hídrica relacionados à Lagoa do Meio, contribuindo para o debate sobre políticas públicas voltadas à revitalização de corpos d'água urbanos em contextos de desigualdade territorial e fragilidade institucional.

Referências

ANA. **Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil**. Brasília: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2023. Disponível em: https://www.ana.gov.br/portalpnqa/Publicacao/PANORAMA_DA_QUALIDADE_DAS_AGUAS.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Panorama do saneamento básico no Brasil 2021**. Brasília: MDR, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/panorama-do-saneamento-basico-do-brasil>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Projeto de despoluição do Rio Pinheiros**. São Paulo: CETESB, 2022.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 mar. 2005. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?id=450&option=com_sisconama&task=arquivo.download. Acesso em: 19 abr. 2026.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, 2012.

LINHARES. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Relatório técnico das lagoas urbanas**. Linhares, 2013-2025.

Capítulo XV

Políticas de segurança alimentar como fortalecimento da agricultura familiar: um estudo de caso a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e uma proposta a nível municipal

Matheus Amorim Caliman

Resumo

O trabalho objetivou avaliar a importância do PAA para a agricultura familiar (AF), identificando benefícios e desafios. A metodologia utilizada foi uma revisão da literatura (2015-2022) em bases de dados acadêmicas e governamentais, seguida de análise crítica. Os resultados da discussão demonstraram que o PAA é crucial para o fortalecimento da AF e da SAN. O programa aumenta significativamente a renda (média de 13,2%, chegando a 56,8% para os mais pobres), impulsiona a diversificação produtiva, e garante a permanência no campo ao reduzir riscos. Contudo, a efetividade é ameaçada pela instabilidade e desmontes orçamentários e operacionais ao longo dos anos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Diversificação de produção. Política Pública. Agricultura Sustentável

Introdução

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2022), a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários e 23% da área total agrícola do Brasil. Esse estilo de produção, é caracterizado pelo cultivo em pequena extensão, diversificação de produção, adoção de práticas mais adequadas, redução do uso de químicos, além de preservar o patrimônio genético com uso de sementes crioulas (Nardini da Silva et al., 2023).

Dentre algumas dificuldades encontradas pela agricultura familiar, a comercialização e escoamento da produção para o mercado formal, podem se destacar como uma das

principais (Rocha et al., 2022). Incertezas mercadológicas e climáticas, acesso a crédito,

local para comercialização, garantia de preços mínimos de comercialização, ausência de assistência técnica e extensão rural aumentam os riscos e dificultam ainda mais a produção agrícola de pequeno porte.

Neste contexto de fragilidades, as políticas públicas voltada para garantia de preços mínimos e compra institucional de produtos da agrícola familiar, podem auxiliar o pequeno produtor na comercialização e ainda distribuir alimentos de qualidade garantindo a segurança alimentar e nutricional de parte da população.

Dentre os programas existentes, para este estudo, iremos focar no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela Lei Federal nº 10696/2003 (Brasil, 2003). O programa é caracterizado por realizar compra direta de alimentos da agricultura familiar, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os objetivos principais são fortalecer a agricultura familiar, gerar emprego e renda, desenvolver a economia local e promover acesso aos alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2024; Sambuichi et al., 2020). Desta forma, o objetivo deste trabalho é avaliar a importância deste programa identificando os benefícios trazidos e as dificuldades superadas na ótica do agricultor familiar.

Políticas públicas direcionados aos pequenos produtores é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar. Programas conduzidos pelo poder público incentivam a produção sustentável de alimentos saudáveis, facilitam a comercialização e elevam as condições de vida e permanência no campo. Por meio da promoção de acesso a crédito, compras governamentais, assistência e extensão rural, a agricultura mais diversificada ganha forças e gera benefícios tanto para quem cultiva quanto para quem consome.

Desde criação do PAA, diversos autores já estudaram os impactos econômicos e sociais dos programas, avaliando a efetividade e eficácia para os agricultores. O PAA incentiva a produção de maneira diversificada, valoriza a cultura e alimentos regionais, fortalece a agroecologia e agricultura orgânica, auxilia na inserção do

mercado local, garante o preço mínimo dos produtos e elevam a renda dos produtores (Assis; Priore; Franceschini, 2017; Morais; Morais; ALVES, 2022; Silva; Barim; Murta-Nascimento, 2025).

O texto, dividido em duas partes, é baseado em revisão da literatura. Na primeira parte, foi realizado o levantamento e coleta de dados. E na segunda parte, uma análise crítica dos estudos e discussão dos resultados. A busca na literatura foi realizada, em um recorte temporal de 10 anos (2015 a 2022). Utilizou-se a base de dados SciELO Citation Index (Web of Science), Google Scholar, Portal Periódicos Capes e nos sites do Governo Federal do Brasil.

Discussão teórica

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é reconhecido como uma política pública de grande importância para o desenvolvimento rural e o combate à insegurança alimentar. O programa possui dois eixos principais, o de incentivar a agricultura familiar e garantir o segurança alimentar para populações em situação de vulnerabilidade. Ao garantir um canal de comercialização, o PAA atua diretamente na vida dos agricultores familiares como um poderoso instrumento de fomento socioeconômico.

O aumento na renda dos agricultores familiares, é sem dúvida um dos impactos mais significativos do PAA. Esse efeito é possível pela garantia de acesso ao mercado e pelo escoamento seguro da produção, o que reduz os riscos relativos atividade agrícola. Segundo levantamento realizado pelo IPEA (2022), a participação dos agricultores no PAA gerou um aumento médio de 13,2% na renda, beneficiando ainda mais os agricultores mais pobres, para os quais o crescimento chegou a 56,8% em um período analisado.

A estabilidade de vendas e o aumento da renda propiciam melhorias no sistema de produção e incentivam a diversificação produtiva, elevando a diversificação de produtos (Assis; Priore; Franceschini, 2017; IPEA, 2022). Essa diversificação é essencial, pois reduz a dependência de um único cultivo, incentiva a rotação de

culturas, manejo e conservação de água e solo e uma agricultura com menos utilização de químicos.

Essa segurança econômica e produtiva se reflete diretamente para a permanência dos agricultores em sua atividade e no meio rural. A garantia de um comprador institucional permite ao pequeno produtor planejar a longo prazo e investir no processo produtivo. A interrupção do programa, segundo a percepção dos próprios agricultores, afetaria drasticamente a renda domiciliar, o que sublinha o papel do PAA como um fator de fixação e de continuidade da vida no campo (Morais; Moraes; Alves, 2022).

As avaliações do impacto do PAA evidenciam a efetividade do programa em alcançar seus objetivos (Brasil, 2023). O programa além de melhorar as condições financeiras das famílias no campo, também promovem segurança alimentar e nutricional para os agricultores e as quem é destinada. Desta forma, o PAA não apenas gera capital, mas também melhora a qualidade de vida por meio de uma alimentação mais diversificada, valorizando a cultura e os alimentos regionais.

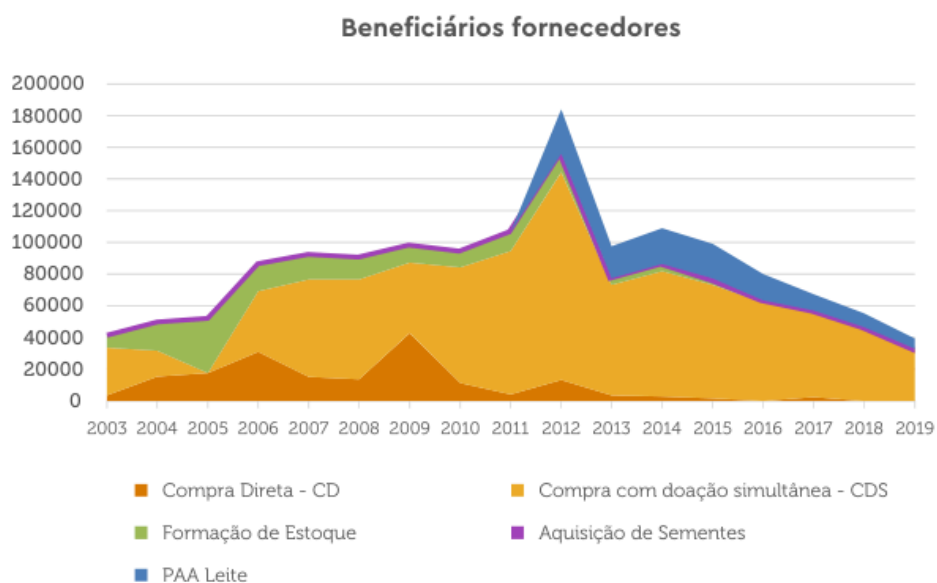
Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

Desde a criação do Programa, muitas mudanças ocorreram no PAA ao longo de sua existência. O PAA ampliou sua atuação, assumiu relevância nos estados e municípios que aderiram, principalmente no envolvimento dos agricultores familiares e os grupos beneficiários. Ao longo dos anos de operações do PAA, muitas famílias de agricultores familiares têm sido beneficiadas pela venda de seus produtos ao Governo Federal, obtendo garantia de renda e melhoria da qualidade de vida. A Figura 1 mostra a quantidade de fornecedores beneficiários do PAA de 2003 a 2019, para as diferentes modalidades do programa.

É possível observar, que a partir de 2014 começa uma redução nos beneficiários fornecedores do PAA. Isso pode ser explicado, não pelo desinteresse de adesão dos agricultores, mas as mudanças políticas, mudanças na estrutura do PAA, desmonte

de programas sociais, escândalos de fraude, seca severa e de conjuntura social e econômica que ocorreram no país durante o período.

Figura 1. Quantidade de fornecedores beneficiários do PAA de 2003 a 2019.



Fonte: Brasil (2023)

Mesmo diante a esta realidade, é inegável que o PAA demonstra um impacto positivo e sobre a produção dos agricultores familiares. A atuação do poder público como principal comprador, utilizando o potente mercado das compras governamentais como estratégia para fomentar ações socioeconômicas, resulta na transformação da capacidade produtiva dos beneficiários.

Essa estabilidade financeira tem efeito direto na permanência dos agricultores em sua atividade e no meio rural. A garantia de vendas e a receita estável são fatores que auxiliam a fixação no campo, combatendo o êxodo rural e permitindo que as famílias invistam e deem continuidade à produção.

Além do fator renda, o PAA induz a melhorias no sistema de produção. A demanda institucional, em muitos casos, incentiva a diversificação produtiva, que é altamente benéfica ao meio ambiente. Os agricultores tendem a cultivar uma maior variedade de

alimentos, rompendo com a especialização excessiva e adotando sistemas agrícolas mais regenerativos.

Segundo IPEA (2022) a participação dos agricultores ao programa aumentou índice de diversidade e o número de produtos cultivados nas unidades de produção. Essa diversificação tem um impacto de amplamente positivo: aumenta a variedade de produtos comercializados no programa; propicia o autoconsumo das famílias agricultoras, conserva água e solo, aplica rotação de cultivos e caminha para uma agricultura com menos utilização de químicos e alimentos mais nutritivos.

A ampliação dos investimentos na estrutura de produção e à melhoria dos níveis tecnológicos aplicados nos cultivos, também é observado nos agricultores participantes do programa. A garantia de renda e de mercado incentiva o investimento no processo produtivo, tornando-o mais eficiente e capaz de atender a essa demanda institucional estável.

A análise da execução do PAA em municípios brasileiros evidencia a importância desta política também em níveis e governo municipal (IPEA, 2020a). Dados específicos de avaliação revelam que o programa exerce um dinamismo econômico proporcionalmente maior em municípios de menor porte populacional (IPEA, 2020b). Nesses locais, o valor total aplicado pelo PAA pode representar uma proporção grande do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, atuando como uma forte âncora de desenvolvimento.

Considerando a comprovada eficácia do PAA em diversos contextos, a criação de um Programa Municipal de Aquisição de Alimentos em Linhares/ES, financiado pelo orçamento municipal, configura uma estratégia política e econômica de grande valor. O PMAA local atuaria como uma janela de mercado complementar, somando-se às compras federais e estaduais e aumentando substancialmente o volume total de recursos destinados à agricultura familiar de Linhares.

Para os agricultores, os impactos diretos seriam a garantia de escoamento, aumento de renda e possibilidade de diversificação de produção. O município já é comprador produtos da agricultura familiar local para merenda escolar, através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Agregando a um PMAA, o recurso investido na compra ficaria retido na cidade, gerando um efeito multiplicador na economia local, fortalecendo toda a cadeia produtiva linharensense.

Referências

ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, Silvia Eloiza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 jul. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_280.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

Observação: não consegui confirmar com segurança, a partir do resultado público disponível, o título bibliográfico exato do PDF “relatorio_280.pdf”; manteve, portanto, a forma institucional mais segura vinculada ao programa.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoese-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 3 dez. 2025.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3101/agro_2017_caracteristicas_gerais.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

IPEA. **Execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos municípios brasileiros**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. (Texto para Discussão, 2606). Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240800/1/td-2606.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

IPEA. **Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a produção dos agricultores familiares**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. (Texto para Discussão, 2820).

IPEA. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de Covid-19**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; SILVA, Sandro Pereira (org.). **Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2023. p. 211-233. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/0c09559a-41eb-4d87-8b8d-2ed9254ca5e5/content>. Acesso em: 3 dez. 2025.

MORAIS, M. G. C.; MORAIS, T. L. C.; ALVES, F. P. de A. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 8, n. 2, p. 13932-13941, 2022.

NARDINI DA SILVA, Monica; EHLERT POLLNOW, Germano; SACCO DOS ANJOS, Flávio; VELLEDA CALDAS, Nádia. A quem pertence o futuro? Agricultura familiar e sucessão geracional no Brasil meridional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 19, n. 2, 2023.

ROCHA, Tatiana Cristina da; SILVA FILHA, Olimpia Lima; ALMEIDA, Rodrigo Lopes de; MATOS, Rogério da Silva; FREITAS, Rômulo Magno Oliveira de; MACIEL, Elayna Cristina da Silva. Desafios do mercado para os produtos de origem animal da agricultura familiar. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 182-197, 2022.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, jul./ago. 2020.

SILVA, Vanessa Cristina da; BARIM, Elen Mara; MURTA-NASCIMENTO, Cássia. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: revisão integrativa. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 35, e350106, 2025.

Capítulo XVI

O PNAE e a agricultura familiar de Linhares: o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e do êxodo rural no município de Linhares por meio de políticas públicas

Ana Neri Barcelos Soares

Raphael Palaoro

Resumo

A fome constitui fenômeno social multideterminado, fortemente atravessado por fatores econômicos e por desigualdades estruturais. No Brasil, políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional assumem diferentes funções, entre as quais se destaca o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, que busca garantir acesso regular e permanente a alimentos de qualidade no âmbito da educação básica pública. Este capítulo analisa, em perspectiva preliminar, a relação entre o PNAE e a agricultura familiar no município de Linhares/ES, discutindo seu potencial para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e para a redução do êxodo rural. O texto parte da compreensão de que a articulação entre produção local, compras públicas e apoio institucional pode fortalecer a permanência no campo, a soberania alimentar e o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Políticas públicas. Segurança alimentar e nutricional. Agricultura familiar. Êxodo rural. Sucessão rural.

Introdução

A história do enfrentamento da fome no Brasil está associada, em grande medida, ao reconhecimento progressivo da fome como problema público. A obra *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, ainda na década de 1940, representou marco importante nesse processo, ao evidenciar a dimensão estrutural da questão alimentar no país. Décadas depois, sobretudo nos anos 1990, iniciativas da sociedade civil, como a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, contribuíram para ampliar o debate e pressionar por respostas institucionais mais consistentes. Nesse contexto, o país avançou na formulação de políticas públicas voltadas ao combate à fome, como

o Fome Zero, o Bolsa Família e a estruturação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) refere-se ao direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. A Lei nº 11.346/2006 instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), articulando esforços entre Estado e sociedade civil para formulação e execução de políticas públicas nessa área. No interior desse conjunto de ações, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ocupa posição estratégica, pois busca garantir alimentação adequada e saudável aos estudantes da educação básica pública e, ao mesmo tempo, estimular a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Paralelamente à crescente demanda por alimentos, observa-se, em diferentes contextos, o enfraquecimento de parte da produção alimentar da agricultura familiar, decorrente da combinação entre desafios climáticos, dificuldades de acesso a crédito e tecnologia, barreiras de mercado e insuficiência de assistência técnica. Ao mesmo tempo, cresce na sociedade a valorização de uma alimentação mais saudável e de sistemas produtivos mais sustentáveis, o que recoloca a agricultura familiar em posição central no debate público. Isso se deve ao fato de que ela responde por parcela significativa dos alimentos consumidos pela população brasileira e, diferentemente da lógica predominante da monocultura voltada a commodities, tende a preservar diversidade produtiva, vínculos territoriais e práticas de menor impacto socioambiental.

No caso do PNAE, trata-se de política pioneira que articula alimentação escolar, educação alimentar e nutricional e compras públicas. Entre suas atribuições, destacam-se a oferta diária de refeições aos estudantes, o estímulo a hábitos alimentares saudáveis e a aquisição de parte dos alimentos diretamente da agricultura familiar. Essa relação entre alimentação escolar e produção local permite pensar o programa não apenas como ação compensatória de combate à fome, mas também como instrumento potencial de fortalecimento do campo e da economia local.

No município de Linhares, segundo dados do IBGE de 2025, a população estimada é de 183.797 habitantes. O município registrou, em 2024, 24.105 matrículas no ensino fundamental, e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos, em 2022, foi de 98,5%. Além disso, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, existem 1.337 estabelecimentos de agricultura familiar no município. O mesmo censo também destaca Linhares na produção de diferentes culturas agrícolas, como banana, cacau, café conilon, coco da baía, mamão, maracujá e melancia, entre outras. Esses dados revelam forte potencial produtivo e importante capacidade de articulação entre agricultura familiar e políticas públicas de alimentação.

Apesar disso, o texto aponta que ainda não existem dados sistematizados sobre o impacto local das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. No edital municipal de compras públicas para o ano letivo de 2025, destinado à agricultura familiar, o valor previsto é de R\$ 1.686.455,00, distribuído em uma lista de apenas 22 produtos para atendimento de 33 equipamentos da rede de educação. A baixa diversidade dessa lista, somada à dificuldade de acesso a informações claras nos portais de transparência, indica limitações importantes para a avaliação da política e para o planejamento de ações mais consistentes.

Diante desse cenário, torna-se necessário desenvolver leitura crítica sobre as políticas públicas de fomento à agricultura familiar e aos povos tradicionais em Linhares, trazendo à tona dados e questões que possam subsidiar a formulação de estratégias construídas em diálogo com agricultores, conselhos municipais e secretarias como as de Educação e Agricultura. Este capítulo apresenta, assim, uma análise preliminar, de caráter bibliográfico, documental e exploratório, sobre a relação entre o PNAE e a agricultura familiar em Linhares/ES, com foco nos desafios de fortalecimento da produção local, da segurança alimentar e da permanência no campo.

Discussão Teórica

A segurança alimentar e nutricional depende não apenas da existência de alimentos, mas também da forma como eles são produzidos, distribuídos e acessados. Nesse

contexto, a agricultura familiar assume papel estratégico, tanto por sua contribuição à oferta de alimentos diversificados quanto por sua inserção em circuitos produtivos mais próximos dos territórios e das populações consumidoras. Ao mesmo tempo, a permanência dessa agricultura no campo depende de condições mínimas de reprodução econômica, apoio técnico, canais de comercialização e políticas públicas de incentivo.

O PNAE destaca-se como uma das principais políticas brasileiras nesse campo, ao articular o direito à alimentação escolar com a compra institucional de alimentos provenientes da agricultura familiar. Essa conexão permite compreender o programa como mecanismo que pode produzir efeitos simultaneamente sociais, alimentares, econômicos e territoriais. Ao estimular compras públicas locais, o PNAE apresenta potencial para fortalecer pequenos produtores, diversificar a alimentação escolar e manter parte dos recursos públicos circulando no próprio município.

No entanto, a efetividade dessa articulação depende de fatores que vão além da existência formal da política. A literatura e a experiência prática sugerem que seu alcance está condicionado à capacidade de organização da produção, à diversificação dos alimentos ofertados, à assistência técnica e extensão rural, à transparência dos editais, ao diálogo entre agricultores e poder público e à integração com outras políticas de apoio à agricultura familiar.

Nesse sentido, o PNAE pode ser analisado não apenas como programa de alimentação escolar, mas como instrumento potencial de desenvolvimento territorial. Sua capacidade de fortalecer a agricultura familiar local e de enfrentar, ainda que parcialmente, processos de êxodo rural e fragilidade da sucessão geracional depende da forma como é apropriado e implementado no contexto municipal.

Breve análise dos dados e resultados encontrados/esperados

Os dados apresentados no texto revelam que Linhares reúne condições relevantes para uma articulação mais robusta entre alimentação escolar e agricultura familiar. O município possui contingente expressivo de estudantes da rede pública, elevado

número de estabelecimentos de agricultura familiar e forte tradição produtiva em diferentes culturas agrícolas. Esse quadro sugere a existência de base material favorável à ampliação do vínculo entre compras públicas e produção local.

Entretanto, a análise também aponta limites significativos. Um dos problemas centrais identificados é a ausência de dados compilados e facilmente acessíveis sobre os impactos das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no município. Tal lacuna dificulta o acompanhamento da execução do PNAE, a avaliação dos produtos efetivamente adquiridos, a mensuração dos efeitos econômicos sobre os agricultores e a formulação de políticas complementares baseadas em evidências locais. Nesse sentido, a própria escassez de informação aparece como dado relevante do diagnóstico.

Outro ponto importante diz respeito à baixa diversidade do último edital de chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar, referente ao ano letivo de 2025. Embora o valor previsto para as compras seja expressivo, a limitação da lista a 22 produtos para atendimento de 33 equipamentos da rede de educação sugere que o potencial produtivo local ainda não está plenamente refletido no desenho da política. Esse descompasso entre capacidade de produção e diversidade de aquisição enfraquece tanto o potencial da alimentação escolar quanto a função do programa como indutor do desenvolvimento rural local.

O texto também chama atenção para a necessidade de fortalecimento da ATER em nível municipal. A assistência técnica e extensão rural não deve ser compreendida apenas como instrumento de acesso ao crédito, mas como política de apoio à produção de alimentos, à adequação às exigências dos mercados institucionais, à valorização de técnicas regionais e à superação de gargalos específicos da agricultura familiar local. A ausência ou fragilidade desse apoio pode limitar o alcance de políticas como PNAE, PAA e outras iniciativas de compras institucionais.

A partir desses elementos, o capítulo sustenta que a ampliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar em Linhares podem contribuir para: a) maior retenção dos recursos públicos no território; b) fortalecimento da

produção local; c) estímulo à permanência no campo; d) valorização da cultura alimentar regional; e e) enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional.

Mais do que isso, a análise sugere que um sistema de produção alimentar mais justo e territorialmente articulado pode gerar efeitos simultâneos sobre sustentabilidade ambiental, dinamização econômica e fortalecimento da soberania alimentar.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste capítulo indica que a relação entre o PNAE e a agricultura familiar em Linhares/ES apresenta grande potencial para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional e para o fortalecimento da permanência no campo. O município reúne condições produtivas relevantes, possui número expressivo de estabelecimentos de agricultura familiar e já conta com mecanismo institucional de compra pública voltado à alimentação escolar.

Ao mesmo tempo, o texto evidencia que a efetividade dessa articulação encontra limites importantes, como a ausência de dados compilados, a baixa transparência das informações, a reduzida diversidade dos produtos adquiridos e a fragilidade de políticas complementares, especialmente no campo da assistência técnica e extensão rural. Tais elementos dificultam o pleno aproveitamento das potencialidades locais e limitam a formulação de estratégias mais integradas de desenvolvimento rural e segurança alimentar.

Mais do que apresentar conclusão definitiva, este capítulo oferece um diagnóstico preliminar sobre o tema, buscando contribuir para o debate público e institucional acerca das políticas de alimentação escolar e fortalecimento da agricultura familiar em Linhares. A análise sugere que o aprimoramento dessas políticas, em diálogo com agricultores, conselhos e secretarias municipais, pode representar caminho promissor para articular produção local, alimentação de qualidade, permanência no campo e desenvolvimento territorial.

Referências

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE**. Brasília, DF: FNDE, [2026]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 19 abr. 2026.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, [2019-2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/linhares/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 19 abr. 2026.

IBGE. **Linhares**. Rio de Janeiro: IBGE, [2026]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/linhares.html>. Acesso em: 19 abr. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. **Chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar - ano letivo de 2025**. Linhares, ES, 2025.

Considerações Finais

Este volume reuniu estudos que, embora elaborados em caráter preliminar, permitem vislumbrar com nitidez a complexidade dos problemas públicos que atravessam o município de Linhares. Os capítulos aqui apresentados evidenciam que temas como proteção social, saúde, educação, juventudes, segurança alimentar, agricultura familiar, meio ambiente e uso do território não podem ser tratados de forma isolada, pois se articulam em uma rede de desigualdades, vulnerabilidades e disputas que desafiam continuamente a ação estatal. Nesse sentido, o *Atlas de Políticas Públicas para Linhares* reafirma a importância do diagnóstico como etapa fundamental da formulação, da implementação e da avaliação de políticas públicas, uma vez que é a partir da leitura atenta do território e de suas contradições que se tornam possíveis respostas institucionais mais consistentes, sensíveis e socialmente referenciadas.

Ao mesmo tempo, esta obra não pretende encerrar debates nem oferecer soluções acabadas. Seu propósito é, antes, abrir caminhos de reflexão, fomentar agendas de pesquisa e contribuir para o fortalecimento de uma cultura pública orientada pelo planejamento, pela intersetorialidade e pelo compromisso com a efetivação de direitos. Os textos aqui reunidos demonstram que pensar políticas públicas em Linhares exige reconhecer tanto as potencialidades quanto os limites das estruturas existentes, bem como a necessidade de ampliar a escuta do território, o uso qualificado de dados e a construção de estratégias integradas. Espera-se, assim, que esta obra funcione como instrumento de devolutiva social, de formação acadêmica e de provocação institucional, estimulando novas investigações e ações públicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a redução das desigualdades no município.

Sobre os autores

Organizador

Marcelo Chaves Soares

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense com Período Sanduíche no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/PT. Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré. Possui graduação em Direito pela Faculdade Castelo Branco - FCB, é licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, é licenciado em História pela Universidade de Uberaba - UNIUBE. Atualmente é Advogado, Professor Adjunto de Direito Público e na Pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares, onde também é Coordenador do curso de Direito. É vinculado ao Laboratório de Sociologia Digital (LSD) da Universidade Federal Fluminense. É coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisas em Direito e Contemporaneidades (GEPEDiC) vinculado ao colegiado de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli. Tem seus estudos voltados para a Educação, Direito, Sociologia Digital e Econômica, Políticas Públicas, Gêneros, Sexualidades, Cultura e suas representações.

E-mail: marcelo.soares@faceli.edu.br

Os/As autores/as

Adriana Vilela Pinto Machado

Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Pós-graduação Lato Sensu em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Graduada em Pedagogia desde 2006. Atuou como professora em escolas das Redes Particular e Municipal de Ensino. Pedagoga da Rede Estadual do ES desde 2018. Foi Técnica e Supervisora Escolar na Superintendência Regional de Educação - Linhares. Coordenou uma Escola do Campo, em área de Assentamento. Atualmente está Coordenadora Pedagógica na EEEFM Professora Regina Banhos Paixão - Linhares. Tem seus estudos voltados para a Educação e Políticas Educacionais.

E-mail: drivp@yahoo.com.br

Alessandra Lopes Siqueira da Penha

Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli, também Pós-graduanda em Controle Gerencial e Finanças para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) da Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista MBA em Gestão Estratégica Comercial e Marketing pela Multivix, Especialista em Informática na Educação pelo IFES, Bacharela em Administração pela Faceli. Atualmente Servidora Pública na Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli no cargo de Técnico Municipal, atuando no setor de RH.

E-mail: alessandra.penha@faceli.edu.br

Ana Neri Barcelos Soares

Possui graduação em Letras e Literatura em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e cursando Pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares.

E-mail: ananeri.soares@gmail.com

Bárbara Broedel Sardinha

Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social e graduada em Direito, ambas pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Atuação na área jurídica, com ênfase em Direito Civil e Previdenciário, desempenhando atividades como análise processual, elaboração de peças jurídicas, assessoria legal e acompanhamento de demandas judiciais e administrativas. Experiência em contencioso e consultivo, com foco em soluções estratégicas e conformidade legal.

E-mail: barbarabroedel@gmail.com

Carlos Alberto da Silva Corrêa

Pós-graduando em Políticas Públicas Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da FACELI (2025/2026). Pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Anhanguera (2009/2010). Pós-graduado em Controladoria e Gestão Contábil pela Unilinhars (2002). Bacharel em Direito pela Faceli (2009). Bacharel em Ciências Contábeis pela FACCL (1994). Atua como há mais de 30 anos como contador, controller, consultor de empresas e advogado. Além disso, possui mais de 15 anos de experiência na docência do ensino superior (Unilinhars, Pitágoras e

Anhanguera). Tendo também atuado como Diretor do Departamento de Administração Tributária do Município de Linhares (2017/2024).

E-mail: carlos@vmn.adv.br

Eliane Vieira Celestrini Dias

Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental e Neuropsicologia, pela Faculdade Pitágoras, Linhares ES. Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social, pela Faceli, Linhares ES. Formação em psicologia, pela faculdade Pitágoras, Linhares ES. Atualmente atuo como Psicóloga Clínica, atendendo o público Infanto-juvenil e adulto, realizado avaliação, diagnóstico e tratamento com foco em Transtornos do Neurodesenvolvimento, transtornos de ansiedade e depressão.

E-mail: elianecelestrinidias2@gmail.com

Francisco Hábnner de Almeida Silva

Bacharel em Administração pela Faculdade Pitágoras de Linhares (2013) e acadêmico de Direito pela Faculdade Anhanguera de Linhares. Possui diversas especializações concluídas, com ênfase em Direito Previdenciário, além de MBA em Gestão de Pessoas. Atualmente cursa também a Pós-graduação em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli). Tem experiência profissional nas áreas administrativa e jurídica, atuando em órgãos públicos, escritórios de advocacia e instituições privadas, com atividades que abrangem elaboração e análise de peças processuais, pesquisas de jurisprudência e doutrina, gestão de processos administrativos, atendimento ao público e suporte administrativo-financeiro.

E-mail: juniorhabnner@hotmail.com

Gabriela Maderi Fantichelli Rabello Frohlich

Assistente social, graduada pela Universidade Norte do Paraná em 2022. Atuou como estagiária na Prefeitura Municipal de Linhares, com experiência na Proteção Social Básica. Entre 2023 e 2025, concluiu a Residência Multiprofissional em Saúde, com especialização em Urgência e Emergência. Atualmente, em 2026, exerce a função de assistente social materno-infantil no Hospital Rio Doce, desenvolvendo ações de acolhimento, cuidado integral e garantia de direitos às famílias. É pós-graduanda na

Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli.

E-mail: gabrielamaderii@gmail.com

Gerline Deolinda de Paiva

Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faceli. Possui graduação em Administração, Faculdade de Ensino Superior - Faceli.

E-mail: gerlinep@gmail.com

Jani Pereira Dos Santos Ramos

Pós-graduada em Prevenção às Violências pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com especializações em andamento em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli) e Cidades Inteligentes (UFES). Possui graduações em Direito (Faceli), Pedagogia (Pitágoras) e Educação Teológica (CETEBES). Advogada e Pedagoga atua como Educadora Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Bebedouro/Regência, concentrando suas pesquisas e prática profissional na intersecção entre Educação, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Meio Ambiente e Gêneros.

E-mail: jani.santos.ramos@gmail.com

Jefferson Azevedo Goulart

Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Graduação na Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli, em Administração. Servidor Público do Município de Linhares há 18 anos. Com áreas de interesse em Políticas Públicas de Saúde Mental.

E-mail: jeffinhobill50@gmail.com

Joelso Costalonga

É Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. É graduado em Direito pela Faculdade Castelo Branco. Atualmente é Advogado e tem experiência no serviço público.

E-mail: jcostalonga10@gmail.com

João Pedro Gonçalves da Silva

Pós-graduado em Educação Especial e Psicopedagogia pela Faculdade Única, Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social e graduado em Pedagogia pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli). Atualmente é psicopedagogo infanto-juvenil e tem seus estudos voltados para a educação especial e desenvolvimento social.

E-mail: pedrosilva158io@gmail.com

Juliana Barcelos Mariano

Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Profissional com 12 anos de experiência em relacionamento com comunidades em projetos complexos de entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Atuou com públicos diversos, como jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social, pessoas com deficiência e atingidos por impactos socioambientais. Possui formação na área social, com graduação em Psicologia (UERJ), especializações em Governança e Enfrentamento de Conflitos Socioambientais (Univale) e Gestão de Projetos Ágeis (Conquer). Tenho experiência prática em mobilização comunitária, engajamento de stakeholders, mediação de conflitos, remoção involuntária, diagnósticos e planejamentos territoriais, além da implementação de projetos socioambientais.

E-mail: mariano.juliana@gmail.com

Juliano Salaroli

Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI). Pós-graduado em Direito Obrigacional pela Faculdade Paraná (FACUPAR) e em Advocacia Criminal pela Legale. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares (FACELI). Atua como advogado com escritório próprio e Assessor Jurídico no Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Linhares/ES.

E-mail: julianosalaroli@gmail.com

Lidiane Bastos Souza

Assistente Social graduada pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), com Pós-graduação *lato sensu* em Gestão e Auditoria em Serviços de Saúde e, atualmente, cursando Pós-graduação em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Atua na Proteção Social Básica, compondo a equipe do PAIF, com experiência no acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolvimento de ações socioassistenciais, orientação de usuários e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Possui compromisso com a ética profissional, a garantia de direitos e a promoção da cidadania.

E-mail: asslidianebs@gmail.com

Luiz Werllen da Silva Santana

Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social. Advogado, inscrito na OAB/ES, especialista em Direito Trabalhista, Previdenciário e Tributário, além de possui larga experiência na defesa de pleitos relativos ao Direito Civil e Direito do Consumidor, nas áreas de telecomunicações, serviços bancário e da saúde.

E-mail: lwss_santana@hotmail.com

Luzia Joyce Carvalho de Souza

Possui pós-graduação *lato sensu* em Serviço Social e Educação; atualmente, encontra-se cursando pós-graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Potiguar – UNP; cursou alguns períodos da graduação em Pedagogia na Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Atualmente, atua como Assistente Social e tem estudos voltados à formação em rede de atenção ao usuário de drogas, à atuação na saúde mental, à gestão de políticas públicas da assistência social, e formação sobre o Escritório Social.

E-mail: joycecarvsouza@gmail.com

Matheus Amorim Caliman

Doutor e Mestre pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em Engenharia Agrícola na área de concentração Recurso Hídricos e Ambientais. Possui graduação em Agronomia pela UFV. Atualmente é Engenheiro Agrônomo da Prefeitura Municipal de Linhares, atuando com Agricultura Família, Agricultura Orgânica e Agroecológica, Cafeicultura de Qualidade, Recursos Hídricos e Recuperação de

Áreas Degradadas. Tem seus estudos na área de políticas públicas voltada para Agricultura Familiar, Programas de Compra e Distribuição de Alimentos e Recuperação de Áreas Degradadas.

E-mail: matheusacaliman@gmail.com

Milena Afonso de Souza Reis

É Técnica em Administração, Bacharel em Direito e Tecnóloga em Gestão Pública. Possui pós-graduação em Ciências Políticas aplicadas à Advocacia Pública e em Direito das Famílias e Sucessões. Atualmente é pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social. É residente jurídica na área de Direito de Família, Órfãos e Sucessões no Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES). Tem seus estudos voltados para o Direito das Famílias e Sucessões, Políticas Públicas, Gestão Pública e promoção dos direitos sociais.

E-mail: milena.adijus@gmail.com

Nairo Bustamante Pandolfi

Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli (2021) e Especialização em Criminologia pelo GRAN Centro Universitário. Atualmente é sócio no escritório Pandolfi Bisineli advogados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Trânsito.

E-mail: pandolfinairo@gmail.com

Naywska Nascimento Filgueiras

Especialista em Docência no Ensino Superior e Gestão Escola pela Multivix, Pós-graduanda *latu sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pelas Faculdades Integradas de Linhares-FACELI, Bacharel em Direito pela Pitágoras Linhares. Atualmente é Secretária Acadêmica da Faceli.

E-mail: naywska.filgueiras@faceli.edu.br

Patrícia Firme

Pós-graduada em Educação Especial (UCB) e Treinamento Desportivo (UVA); cursando a Especialização em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social (Faceli).

Graduada em Pedagogia (Faceli) e em Licenciatura/Bacharelado em Educação Física (UFES). Professora de Educação Física na Secretaria Municipal de Educação de Linhares e Profissional de Educação Física na Secretaria Municipal de Ação Social de Linhares. Interesses de pesquisa: juventude, infância e políticas sociais; políticas educacionais; igualdade social, pobreza e políticas de bem-estar; saúde e políticas de saúde.

E-mail: patriciafpos3@gmail.com

Ranyelle Ferreira dos Santos Scherp

Pós-graduanda em Políticas Públicas pela FACELI. Bacharela em Administração pela Faceli (2021). Atua como Analista Administrativa na Alupar, com experiência em rotinas administrativas, organização de processos e apoio à gestão. Possui experiência anterior no Centro de Juventudes, com atuação em atividades voltadas ao público jovem. Tem interesse de pesquisa nas áreas de políticas públicas, desenvolvimento social, inclusão e diversidade na administração pública.

E-mail: scherpina@gmail.com

Raphael Alves Gomes Palaoro

Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Advogado especialista em sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

E-mail: ragp.adv@gmail.com

Raquel Santos Saraiva

Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Assistente Social CRESS 17º Região/ES, tem atuação com adolescentes e jovens em vulnerabilidade social.

E-mail: raquelssaraiva@outlook.com

Rullyan Henrique Janut Oliveira

Pós-graduando em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social. Servidor público no município de Linhares (ES), possui graduação em Bacharel de Psicologia - Faculdades Integradas Pitágoras (2018) e Licenciatura em Psicologia pela mesma

Instituição. Pós Graduado em Docência do Ensino Superior (2019), em Psicanálise e Desafios da Contemporaneidade (2021) e Psicologia Hospitalar (2021). Já exerceu função técnica no CREAS do município de Vila Valério-ES pelo período de 1 (um) ano e no Hospital Maternidade Sílvio Avidos, em Colatina-ES, pelo período de 1 (um) ano e 8 (oito) meses. Atualmente ocupa cargo de Docente na Instituição de Ensino Superior “Faculdade Anhaguera” e desempenha cargo técnico no CRAS presente no território de Rio Quartel, ambos em Linhares (ES). Também realiza atendimentos clínicos, em clínica própria, norteado pela psicanálise.

E-mail: rullyan.henrique@gmail.com

Rony Preto Pião

Pós-graduando lato sensu em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares. Graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental pela Universidade Norte do Paraná. Participou da Trilha Formativa da Primeira Infância Cidadã (PIC) ministrada pela empresa Avante em parceria com a Petrobrás. Compôs o Comitê Gestor que elaborou o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPPI) do município de Linhares. Atualmente está atuando no cargo de Subsecretário de Assistência Social do município de Linhares/ES. Atuou como Conselheiro Tutelar no município de Linhares de 2016 à 2024. Atuou como Diretor de transporte da Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2013. Atuou como Diretor de Transporte na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Linhares de 2013 à 2015. Foi Conselheiro no Conselho Municipal do Direitos da Pessoa Idosa no município de Linhares biênio 20013-2015. Área de interesse de pesquisa: Infância e Políticas Sociais

E-mail: ronypreato@hotmail.com

Samanta Sampaio

Graduada em Publicidade e Propaganda pela UNIVC-São Mateus. Pós-graduanda em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social. Possui experiência profissional há mais de 7 anos na área de Marketing, com atuação em estratégias de comunicação, posicionamento de marca e relacionamento com o público. Desenvolve trabalhos voltados à comunicação aplicada ao contexto social. Tem interesse nas áreas de marketing, comportamento do consumidor e desenvolvimento social, com ênfase no público infantil. Seus estudos concentram-se na relação entre comunicação, sociedade e políticas públicas.

E-mail: samantasampaio29@gmail.com

Sheila Lopes Siqueira da Penha

Pós-Graduada em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli. Especialista em Prevenção às Violência, Promoção da Saúde e Cuidado Integral pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Atualmente é Advogada. Tem seus estudos voltados para o Direito, para os temas de Violência Doméstica, Gestão e Políticas Públicas.

E-mail: sheilal.adv@gmail.com

Vinicius de Souza Sant' Ana

Publicitário de formação pela Faculdade Pitágoras e estrategista de comunicação com ênfase em Relações Governamentais. cursando Pós-graduação em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social pela Faceli. Sua trajetória acadêmica inclui MBAs em Gestão Pública, Gestão de Projetos (Project Management) e Marketing Digital pela UNOPAR, além de especializações em Gestão Empresarial e Gestão Aplicada à Política pelo Ifes. Atuando na intersecção entre a comunicação institucional e a articulação política, destaca-se pela expertise no gerenciamento de imagem e na facilitação do diálogo entre o setor público e empresas. Possui histórico em comunicação legislativa e coordenação de campanhas eleitorais, ambientes nos quais aplica o marketing técnico e ferramentas de gestão estratégica para otimizar o posicionamento de agentes e instituições no cenário governamental.

E-mail: web.vinicius@outlook.com

Índice Remissivo

A

Acolhimento desburocratizado, 30
Acolhimento e reinserção social, 25-32
Agricultura familiar, 142-156
Alimentação escolar, 67-74, 150-156
Atenção Primária à Saúde (APS), 105-111
Atividade física, 128-135

B

Beco da Junal, 25-32
Bolsa Família, 34-40
BR-101, 15
Burocracia de nível de rua, 25-29

C

CadÚnico, 16, 38
Caps II, 112-118
Caps AD, 29-30
Centro de Referência das Juventudes (CRJ),
75-84
Cidadania, 36
Condições habitacionais, 16
Condicionalidades, 34-40
Conselho Editorial, 1
Congo, 8
CREAS, 28-30
CRAS, 28, 35-38
Criança com deficiência, 85-90
Crimes contra o patrimônio, 15

D

Déficit habitacional, 16
Descentralização da saúde, 105-111
Desenvolvimento rural, 21-22, 142-156

Desenvolvimento social, 5-6, 22, 157
Diagnósticos preliminares, 5-6, 14-23, 157
Dignidade menstrual, 119-127
Direitos fundamentais, 6, 25, 119-127
Drogas, uso abusivo de, 25-32

E

Educação, 14, 18-20, 34-40, 60-104
Educação Infantil Básica, 60-66
Educação Superior Pública, 91-104
Emprego formal, 15, 49-59
Ensino superior municipal, 91-104
Espaços públicos de lazer, 128-135

F

Faceli, 1-7, 91-104, 158
Famílias beneficiárias, 34-40
Fotografias, 7-10
Formulação de políticas públicas, 14-15, 22-23

G

Gênero, desigualdades de, 18, 41-48, 60-66
Gestão hídrica, 136-141
Gestão intersetorial, 30, 36-39
Guarda Municipal, 30

I

Implementação de políticas públicas, 14-15,
25-32, 34-40, 41-48
Indenizações, 49-59
Infância, 18-20, 60-66, 67-74
Insegurança alimentar, 67-74, 142-156
Intersetorialidade, 25-30, 36-39, 75-84, 85-90,
105-111

J

Juparanã, Lagoa, 9
Juventudes, 18-20, 75-84

L

Lagoa do Meio, 136-141
Linhares, 5, 7-10, 14-23
Lazer público, 128-135

M

Maior concentração de lagoas da América Latina, 15
Meio ambiente, 21-22, 136-141
Merenda escolar, 67-74
Mercado de trabalho, 15, 19, 49-59, 60-66
Monitoramento, 6, 14-17, 29, 37-39, 41-48
Moradia, 15-16
Mulheres, proteção de, 41-48
Mulheres vítimas de violência doméstica, 41-48

N

Núcleo de Acolhimento e Reinserção Social, 25, 30-32

O

Observatório de Políticas Públicas, 1, 4
Oficina terapêutica, 112-118

P

PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), 142-149
PAEFI, 28
Paisagens, 15, 21
Parklog/BR, 15
Patrimônio territorial, 15-17, 21-23
PNAE, 150-156
PNAS, 25-32
Pobreza, 14, 34-40

Pobreza extrema, 34-35

Pobreza menstrual, 119-127

Políticas públicas, 5-6, 14-23

Políticas públicas de proteção social, 17-19, 25-40

Políticas públicas de saúde, 20-21, 105-135

Políticas públicas educacionais, 18-20, 60-104

Políticas públicas para mulheres, 41-48

Poluição hídrica, 136-141

População em situação de rua, 25-32

Povoação, 10

Primeira infância, 19, 60-66

Proteção integral, 19

Proteção social, 17-19, 25-40

Proteção social especial, 29

Q

Qualificação profissional, 59

R

Rede de proteção social, 34-40, 41-48

Rede pública de ensino, 67-74

Reinserção social, 25-32, 112-118

Recesso escolar, 67-74

Regência, 9

Renda, 15-16, 34-40, 49-59

Rio Doce, 9

S

Saúde coletiva, 135

Saúde menstrual, 119-127

Saúde mental, 20, 30, 112-118

Saúde pública, 20-21, 105-111

Segurança alimentar, 19, 21-22, 67-74, 142-156

Segurança Pública, 17, 25-32

Situação de rua, 25-32

Sudene, 16

SUAS, 25-32

SUS, 20, 105-111

T

Território, 14-23

Trabalhadores formais, 15-16

Transferência de renda, 18, 34-40

U

UBS (Unidades Básicas de Saúde), 35, 105-111

Uso do território, 157

Usuários de drogas, 25-32

V

Violência contra a mulher, 41-48

Violência de gênero, 18, 41-48

Violência doméstica, 41-48

Vulnerabilidade social, 16-19, 25-40

Z

Zona de Processamento de Exportação (ZPE),
15



A obra que você tem em mãos resulta de um esforço coletivo de pessoas interessadas em refletir sobre problemas públicos concretos e em pensar caminhos possíveis para o enfrentamento de demandas sociais latentes. Os debates que atravessam os capítulos aqui reunidos surgiram no âmbito da Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social da Faculdade de Ensino Superior de Linhares - Faceli, especialmente a partir da disciplina “Introdução às Políticas Públicas”.

Esta obra se inscreve, ainda, em um movimento institucional mais amplo. Nos últimos anos, a Faceli vem buscando consolidar e expandir seu campo de pesquisa e extensão, compreendendo-o como dimensão indispensável de sua função social. Nesse contexto, a criação do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Políticas Públicas de Desenvolvimento Social revelou-se uma iniciativa estratégica, ao abrir espaço para o debate qualificado sobre questões que ultrapassam os limites do ambiente acadêmico e interpelam diretamente a vida social do município e da região.

